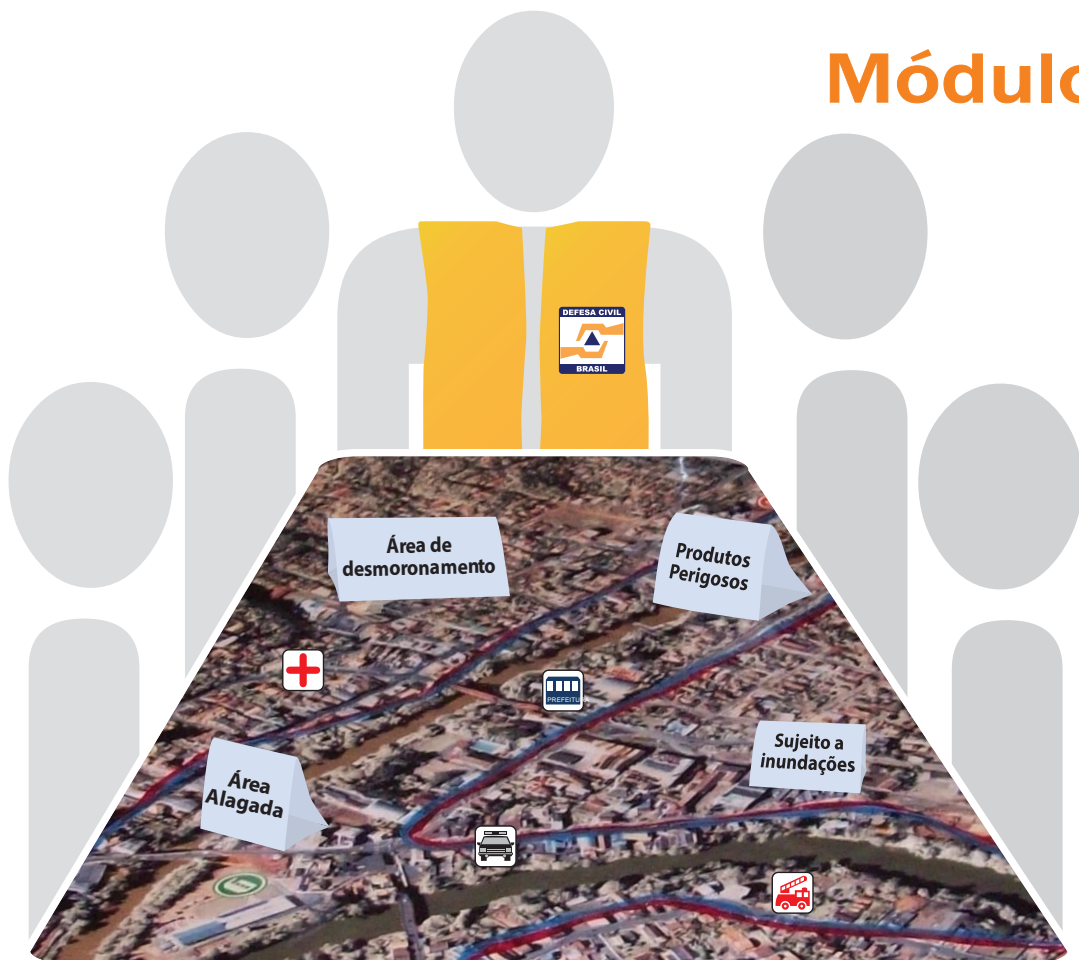


Gestão de Desastres e Ações de Recuperação

Módulo III



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres

Gestão de Desastres e Ações de Recuperação



© 2014. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – SEDEC/Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Todos os direitos reservados. A responsabilidade pelo conteúdo e imagens desta obra é do(s) respectivo(s) autor(es). A citação desta obra em trabalhos acadêmicos e/ou profissionais poderá ser feita com indicação da fonte. A cópia desta obra sem autorização expressa ou com intuito de lucro constitui crime contra a propriedade intelectual, com sanções previstas no Código Penal, artigo 184, Parágrafos 1º ao 3º, sem prejuízo das sanções cíveis cabíveis à espécie.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Excelentíssima Senhora Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Excelentíssimo Senhor Francisco José Coelho Teixeira

SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Excelentíssimo Senhor Adriano Pereira Júnior

Diretor do Departamento de Minimização de Desastres

Armin Augusto Braun

Coordenadora Geral de Prevenção e Preparação

Cristianne da Silva Antunes

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Magnífica Reitora da Universidade Federal de Santa Catarina

Professora Roselane Neckel, Dr^a.

Diretor do Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina

Professor Sebastião Roberto Soares, Dr.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES

Diretor Geral

Professor Antônio Edesio Jungles, Dr.

Diretor Técnico e de Ensino

Professor Marcos Baptista Lopez Dalmau, Dr.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Superintendente Geral

Professor Gilberto Vieira Ângelo, Esp.

Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Pesquisa e Estudos sobre Desastres.

Gestão de desastres e ações de recuperação / [Organização Janaína Rocha Furtado]. - Florianópolis: CEPED UFSC, 2014. 242 p.

ISBN 978-85-64695-79-5

1. Capacitação. 2. Desastres – Ações. 3. Gerenciamento. 4. Comunicação. 5. Preparação. 6. Recuperação. I. Universidade Federal de Santa Catarina. II. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres.

CDU 005.931.11

Prefácio

O presente Curso de Gestão de Desastres e Ações de Recuperação tem como objetivo principal capacitar e preparar os gestores e os agentes de Proteção e Defesa Civil no que se refere às ações de planejamento para o enfrentamento de eventos adversos. Esta é a primeira edição do Curso, que é fruto de uma parceria entre a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC) e o Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres CEPED/SC.

O material aqui apresentado tem como finalidade principal fornecer informações a respeito dos principais tipos de desastres que ocorrem no país e sobre o Ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil, com foco nas ações de preparação, resposta e recuperação aos desastres. Aqui foram desenvolvidos importantes temas, como o Plano de Contingência, os Simulados de Preparação para Desastres e a Comunicação em Desastres.

Acreditamos que a capacitação é essencial, pois permite aos gestores e agentes de Proteção e Defesa Civil adquirirem os conhecimentos necessários para atuarem de forma adequada nas ações de Proteção e Defesa Civil, o que possibilita uma atuação mais eficaz durante a gestão de risco e no gerenciamento dos desastres.

Desejamos a todos os participantes um excelente curso e que ele traga relevante contribuição, tanto no momento do planejamento das ações de Proteção e Defesa Civil quanto na resposta aos desastres.



Adriano Pereira Júnior
Secretário Nacional de Defesa Civil

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES

Coordenação do Projeto

Monica Curcio de Souza Tostes - SEDEC/MI
Janaina Rocha Furtado CEPED UFSC
Leno Rodrigues de Queiroz SEDEC/MI

Organização do Conteúdo

Janaina Rocha Furtado CEPED UFSC

Produção do Conteúdo

Anderson de Oliveira
Daniela da Cunha Lopes
Fabiane Pickush Costa
Jairo Ernesto Bastos Krüger
Janaina Rocha Furtado
Pedro Paulo de Souza
Rita de Cássia Dutra

Revisão Técnica do Conteúdo

Anderson Chagas da Silva SEDEC/MI
Anderson da Cruz Neves – SEDEC/MI
Cintia Macedo de Oliveira Rebelo – ASCOM/MI
Cristianne da Silva Antunes – SEDEC/MI
Giselle Paes Gouveia – SEDEC/MI
Juliana Sobrinho dos Santos Moretti – SEDEC/MI
Leno Rodrigues de Queiroz – SEDEC/MI
Mateus Medeiros de Oliveira – SEDEC/MI
Monica Curcio de Souza Tostes SEDEC/MI
Raquel da Silva Trombini – SEDEC/MI
Ricardo Mendes Soares – SEDEC/MI

EQUIPE DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS DIDÁTICOS CAD/UFSC

Coordenação de Produção de Recursos Didáticos

Denise Aparecida Bunn

Supervisão de Produção de Recursos Didáticos

Érika Alessandra Salmeron Silva

Designer Instrucional

Patrícia Regina da Costa

Ilustração

Joice Balboa

Projeto Gráfico

Annye Cristiny Tessaro

Diagramação

Annye Cristiny Tessaro
Claudio José Girardi

Revisão de Português e Normalização ABNT

Patrícia Regina da Costa

Apresentação

Olá estudante,

Seja bem-vindo ao curso de Capacitação em *Gestão de Desastres e Ações de Recuperação*. A partir de agora, você receberá informações sobre as etapas de preparação, resposta a desastres e reconstrução de áreas afetadas.

Todos os anos a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil propõe o desenvolvimento de cursos de capacitação para os seus agentes de Proteção e Defesa Civil, a fim de prepará-los para enfrentar os eventos adversos, conforme o Plano de Formação Continuada (PCDC). Essas iniciativas se justificam porque a capacitação é um dos eixos primordiais de ação estratégica para reduzir riscos de desastre e incentivar a adequada gestão do desastre e da reconstrução das comunidades afetadas.

Este curso foi elaborado para que você saiba o que fazer e a quem recorrer no momento da ocorrência de um desastre, dessa forma, você obterá conhecimento adequado dos meios para garantir a segurança da população e preparar-se para uma ocorrência.

Na Unidade 1, você conhecerá sobre os desastres que afetam o Brasil e como se caracteriza o Ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil, ao qual pertencem às ações de preparação a desastres, resposta e recuperação.

Na Unidade 2, o conteúdo trata das ações de preparação a desastres, incluindo a caracterização dessas ações, descrição do Plano de Contingência, organização de recursos humanos e materiais, entre outros temas.

A Unidade 3 enfatiza as ações de socorro e assistência, enfatizando o uso do Sistema de Comando em Operações (SCO), o gerenciamento de abrigos provisórios e o atendimento a grupos vulneráveis.

Na Unidade 4, o assunto é comunicação em desastre e você aprenderá a elaborar um plano de comunicação adequado e a gerenciar o fluxo de informações em situação de emergência.

A Unidade 5 trata da reabilitação e recuperação de cenários pós-desastres. Você poderá refletir sobre os principais aspectos para garantir o processo de reabilitação e de recuperação considerando a prevenção a riscos futuros.

A Unidade 6 traz o tema “aspectos administrativos do gerenciamento do desastre”, por meio da qual, você terá informações sobre a solicitação de recursos para Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública.

Na Unidade 7 será abordado o assunto Simulados de Preparação para Desastre, nela, você identificará quais os principais passos para organizar um simulado de preparação para desastres com foco na comunidade.

Como é possível observar, você será apresentado a um conteúdo extenso e a documentos para pesquisa complementar. Desejamos que você realize um bom curso, estabeleça metas e consiga cumpri-las, de forma a desenvolver com eficiência as suas ações em proteção civil, na preparação e reposta a desastres.

Organizadores

UNIDADE 1



Objetivos de aprendizagem

Após a leitura desta Unidade, você deverá ser capaz de:

- Identificar quais os principais desastres que afetam o Brasil;
- Caracterizar o Ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil; e
- Discriminar as ações relacionadas à gestão de riscos e o gerenciamento de desastres.

Desastres no Brasil e Ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil

Caro Estudante

Seja bem-vindo ao curso de Capacitação em *Gestão de Desastres e Ações de Recuperação*. Nesta primeira Unidade, vamos conhecer os típicos desastres que ocorrem no Brasil e como se caracteriza o Ciclo de Gestão de Proteção e Defesa Civil, que deve nortear os agentes para responder a desastres e preveni-los. Estaremos ao seu lado durante todo o curso ajudando no que for necessário, para isso, basta entrar em contato com o seu tutor, ele está pronto para auxiliá-lo.

Então, vamos ao trabalho!

Desastres no Brasil

Eventos adversos, sobretudo de origem climática, como inundações, enchentes, ciclones tropicais, secas, incêndios florestais e ondas de calor, afetam, atualmente, populações em todo o mundo e também no Brasil. Segundo dados da Estratégia Internacional para a Redução de Desastres, das Organizações das Nações Unidas (EIRD/ONU), todos os anos mais de 200 milhões de pessoas são afetadas por desastres de diferentes origens.

No Brasil, como em outros países da América Latina, as ocorrências de desastres, em especial os de origem natural, coincidem com a **deterioração** das condições de vida nas cidades, onde, em menos de um século, houve um crescimento significativo de sua população e inversão no tipo de ocupação do território, passando de uma maioria vivendo no meio rural para uma maioria vivendo no meio urbano. Soma-se a isso uma história mais do que centenária de degradação das condições de vida do povo brasileiro cujo resultado tem sido o surgimento contínuo de desastres que causam sofrimento à população.

Saiba mais sobre a Estratégia Internacional de Redução de Desastres em: <www.eird.org>. Acesso em: 5 jun. 2013.

Deterioração: tornar(-se) pior; agravar(-se), decair, degenerar(-se). Fonte: Houaiss (2009).

De acordo com *Atlas Nacional do Brasil Milton Santos* (IBGE, 2010), mais de 80% da população brasileira já vive em cidades. No entanto, a urbanização cresceu de forma desigual, abrangendo poucas cidades que concentram população e riqueza, multiplicando pequenos centros urbanos que abrigam uma força de trabalho pouco qualificada e fortemente vinculada às atividades primárias. As aglomerações urbanas e as 49 cidades com mais de 350 mil habitantes abrigam 50% das pessoas em situação urbana no País e detêm, aproximadamente, 65% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. No outro extremo, estão 4.295 municípios com menos de 25 mil habitantes, que respondem por 12,9% do PIB. Na evolução da rede urbana brasileira, podemos observar a predominância de 12 centros que reforçam sua atuação e se mantêm como as principais cabeças de rede do sistema urbano brasileiro entre 1966 e 2007. No topo, além de São Paulo, figuram Rio de Janeiro e Brasília. O quadro é completado com Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Goiânia.

O *Atlas Brasileiro de Desastres Naturais* pode ser consultado em: <<http://www.ceped.ufsc.br/biblioteca/projetos/encerrados/atlas-brasileiro-de-desastres-naturais>> e <<http://www.integracao.gov.br/atlas-brasileiro-de-desastres-naturais>>. Acesso em: 5 jun. 2013.

Segundo o *Atlas Brasileiro de Desastres Naturais 1991 a 2010*, os desastres que mais afetam o território brasileiro, por região, como podemos observar na Figura 1, são:

- seca e estiagem;
- inundação brusca;
- inundação gradual;
- vendaval e/ou ciclone;
- granizo e outros.

Na Região Norte, a maior frequência de desastres concentra-se no Estado do Pará, mais especificamente na porção Centro-Norte. No Nordeste, a mancha de recorrência engloba a maior parte dos Estados da região, com exceção do Maranhão e do Oeste baiano. A Região Centro-Oeste é a que apresenta áreas com menos frequência, os desastres se concentram apenas no Noroeste do Estado do Mato Grosso. No Sudeste do país, o Norte mineiro, o Norte do Rio de Janeiro, e, praticamente, todo o Estado do Espírito Santo apresentam-se como áreas de maior frequência de desastres. No Sul brasileiro, as

maiores frequências abrangem o Sudoeste do Rio Grande do Sul e, praticamente, toda a extensão territorial do Estado de Santa Catarina.

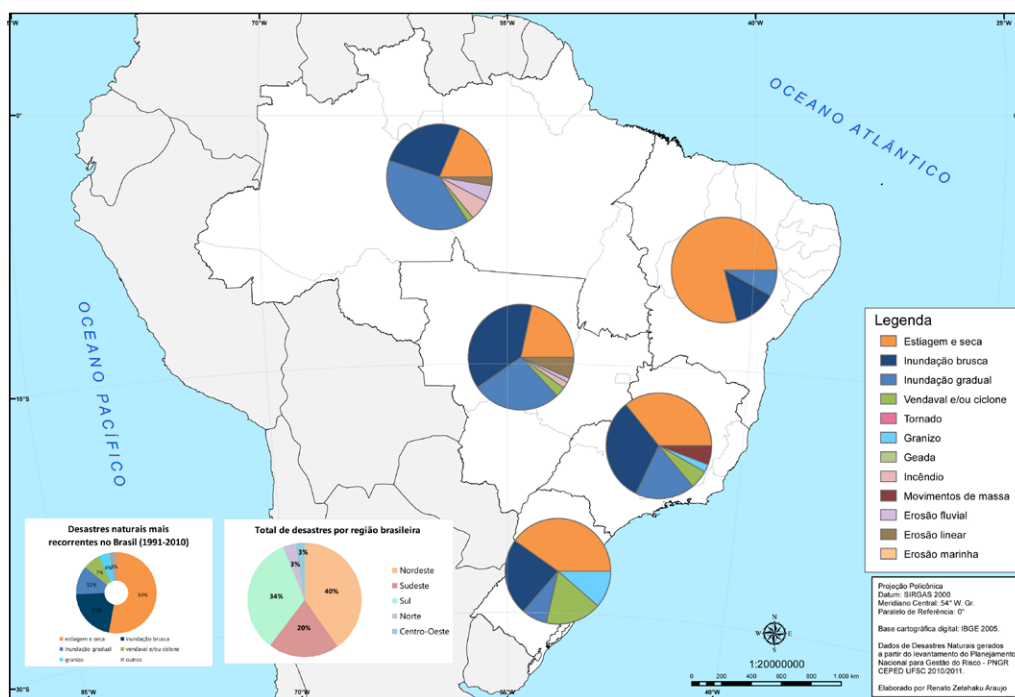


Figura 1: Mapa de distribuição dos desastres naturais por região no Brasil
 Fonte: Atlas Brasileiro de Desastres Naturais 1991 a 2010 (2012, p. 86)

A ocorrência desses desastres nos obriga a reconhecer, por um lado, que, nos países organizados para enfrentar esses eventos, ocorre uma redução dos efeitos desastrosos para a população, principalmente no que diz respeito à perda de vidas.

Por outro lado, fica evidente a necessidade de o Brasil continuar investindo, entre outros aspectos, em:

- Mecanismos de autoproteção social e melhor aproveitamento dos recursos públicos para desenvolvimento de programas em prevenção, mitigação e preparação a desastres.
- Ações com foco na redução de vulnerabilidade ao desastre: mobilidade urbana, habitação, trabalho, acesso a equipamentos sociais e a serviços, etc.
- Desenvolvimento contínuo de ações comunitárias e locais de redução de riscos de desastres.
- Operacionalização das ações de resposta a desastres: socorro e assistência; reabilitação de cenários e recuperação pós-desastre.

Dados de 2011 podem ser obtidos no *Anuário Brasileiro de Desastres Naturais de 2011*, disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/defesa-civil/publicacoes>>. Acesso em: 5 jun. 2013.

Durante períodos da história brasileira o foco foi o desastre. Esse fato foi alterado na década de 1990 quando se passou a investir no risco do desastre; entretanto, o novo milênio trouxe de volta a prevalência em ações focadas no desastre e no pós-desastre.

Tornou-se imperativo, entretanto, que tal paradigma fosse substituído pela ideia da **concepção social do desastre**, na qual os desastres são produtos de uma combinação particular entre as ameaças e as vulnerabilidades da sociedade. Assim são as condições sociais de existência de uma população que determinam fortemente o nível de destruição ou de interrupção de serviços essenciais numa sociedade após a ocorrência de **um evento adverso**.

Nessa perspectiva, os desastres são produtos de processos de transformação e de crescimento da sociedade, que não garantem uma adequada relação com o ambiente natural e o construído que lhe dá sustento. Essa forma de entender “os desastres” fortalece a ideia da gestão integral de riscos, que se desenvolve num **contínuo** intimamente ligado a uma visão de desenvolvimento sustentável da sociedade e que não pensa em etapas distintas, senão em uma sequência complexa de etapas integradas horizontalmente. De onde se aceita que aquilo que é feito em um momento do processo pode representar severas repercussões, positivas ou negativas, no momento seguinte.

Como se organizam as ações de Proteção e Defesa Civil? De que maneira integrar as ações de prevenção, de mitigação, de preparação, de resposta e de recuperação a desastres? Para obter as respostas, vamos conversar sobre o Ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil, o qual inclui a gestão de riscos de desastres e o gerenciamento de desastres.

O módulo I, *Capacitação Básica em Defesa Civil*, apresenta discussão sobre a concepção social de desastres, consulte em: <<http://goo.gl/Cwu44l>>. Acesso em: 5 jun. 2013.

Contínuo: que tem continuidade ou coerência.
Fonte: Houaiss (2009).

Ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil

As ações de Proteção e Defesa Civil compreendem ações antecipatórias aos desastres, que devem ser executadas regularmente, como:

- prevenção;
- mitigação; e
- preparação.

Essas ações compreendem um ciclo de gestão de risco de desastres, além daquelas ações que são realizadas durante e após os desastres denominadas ações de **resposta e de recuperação**, respectivamente, compreendendo, ambas, um ciclo de gestão dos desastres.

A gestão do risco e o gerenciamento dos desastres integram o Ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil. Na Figura 2, podemos visualizar o ciclo completo de ações de Proteção e Defesa Civil.

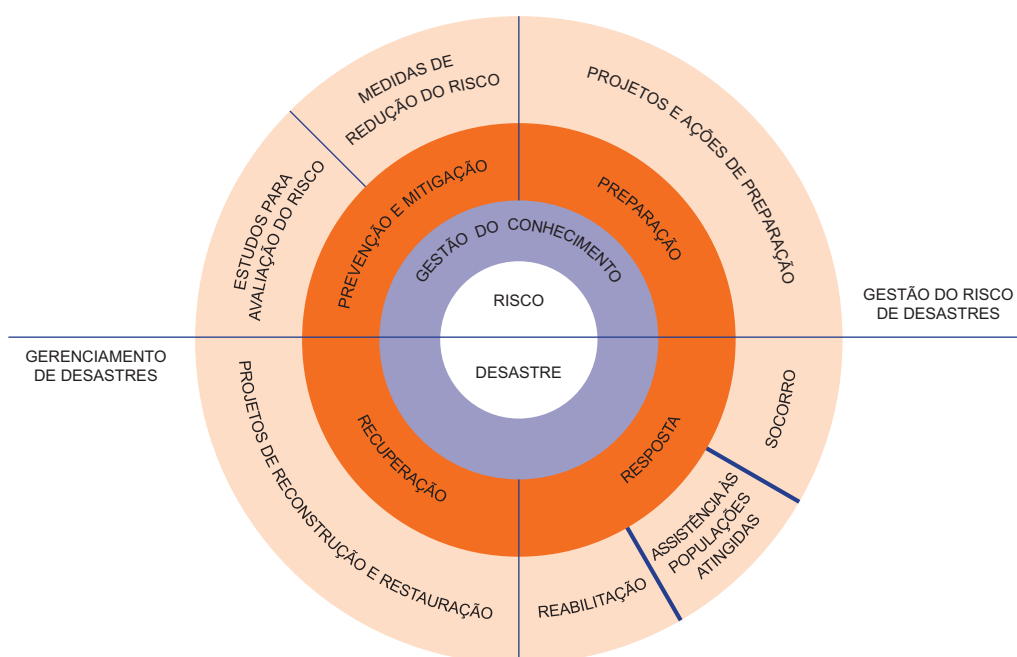


Figura 2: Ciclo de Gestão de Proteção e Defesa Civil

Fonte: Adaptado de Ferreira (2012, p. 52)

Para a efetividade do Ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil, as ações do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), independentemente do nível federativo, priorizam a redução do risco de desastres (prevenção, mitigação e preparação para os desastres), pois são essas ações as mais efetivas para:

- evitar que o desastre ocorra;
- minimizar os impactos humanos, ambientais e materiais em decorrência de eventos adversos; e
- contribuir para o aumento da resiliência local para a ocorrência de desastres.

Os processos relacionados à gestão de riscos de desastres não são separados em etapas distintas e **estranques**, mas estão tecidos e articulados em todo o processo de gestão em Proteção e Defesa Civil.

Assim sendo, a gestão de riscos se refere a processos que devem ser desenvolvidos em todas as etapas, da prevenção à recuperação. Isso quer dizer que, ao tratar sobre a recuperação dos danos causados pelo desastre, ainda assim devemos pensar preventivamente, com foco na redução de riscos, por meio da gestão integrada de riscos, evitando desastres futuros.

A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC), do Ministério da Integração Nacional, possui em sua estrutura órgãos que atuam em todas as ações de gestão de risco e do gerenciamento de desastres, que serão apresentadas no decorrer desta unidade.

Gestão de Riscos de Desastres (GRD)

A Gestão de Riscos de Desastres (GRD) consiste em um processo social cujo objetivo é prever a redução e o controle permanente dos fatores de risco de desastre na sociedade, integrado ao desenvolvimento humano, econômico ambiental e territorial sustentável. (LAVELL; NARVÁEZ; ORTEGA, 2009)

De um ponto de vista global e integrado, a gestão de riscos deve ser aplicada em todo o ciclo de atuação em Proteção e Defesa Civil. Trata-se de um processo que requer planejamento, organização, direção e controle dirigido à efetiva redução de risco, com uma sólida base institucional, integrando todas as etapas nas atividades de desenvolvimento sustentável do território. Nesta etapa, são frequentemente realizadas as seguintes ações:

- identificar os riscos;
- avaliar e gerar conhecimento;
- prevenir e mitigar o risco futuro;
- criar uma cultura de prevenção; e

Estaque: que não corre; estagnado. Fonte: Houaiss (2009).

- preparar e melhorar o sistema de resposta das organizações e da sociedade.

Um componente importante do processo de gestão de riscos é a identificação e a instrumentação de soluções concretas para cenários de riscos diversos. Os cenários de risco de uma comunidade ou município podem ser representados por um mapa de risco, que é uma representação gráfica e escrita das condições de risco determinadas pelas ameaças e vulnerabilidades existentes no lugar. Para desenvolver um adequado processo de gestão de riscos é necessário contar com capacidades locais para gerir os riscos e resgatar as experiências passadas.

Nas ações de prevenção, mitigação e preparação temos na SEDEC o Departamento de Minimização de Desastres (DMD), que desenvolve e implementa programas e projetos voltados à prevenção de desastres e de preparação para emergências. Também é responsável por organizar, promover e realizar capacitações, reuniões, conferências, campanhas e fóruns sobre o tema, além de difundir a doutrina de Proteção e Defesa Civil no país.

Gerenciamento de Desastre (GD)

Compreende o planejamento, a coordenação e a execução das ações de resposta e de recuperação. Essa gestão desenvolve ações que priorizam a capacidade de resposta individual e coletiva, diminuindo, assim, as possibilidades de perdas e danos ocasionadas pelo impacto dos eventos adversos.

A implementação das seguintes atividades podem favorecer a execução das ações de resposta e recuperação:

- Fortalecimento da capacidade normativa, técnica e institucional na gestão nacional, regional e local das situações de emergência e/ou desastres.
- Intercambio de informação e a coordenação em todos os níveis.
- Fortalecimento de preparação com enfoques regionais coordenados.
- Formulação de normas e planos.
- Promoção e estabelecimento de fundos de emergência e/ou desastre para apoiar as medidas de reabilitação e de recuperação.

Veja a cartilha *Gestão de Riscos de Desastres*, CEPED UFSC (2012). Disponível em: <http://www.cepud.ufsc.br/sites/default/files/projetos/gestao_de_riscos_de_desastres_0.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2013.

Leia *La gestión local del riesgo: nociones y precisiones em torno al concepto y la práctica*. Programa Regional para la Gestión del Riesgo en América Central. Guatemala (2003). Disponível em: <http://www.desenredando.org/public/libros/2006/ges_loc_riesg/gestion_riesgo_espanol.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2013.

Lembre-se de que a necessidade do fortalecimento da preparação para as ações de resposta é de fundamental importância para que possamos resolver eficazmente o problema quando o risco é materializado e não foi possível impedir o impacto de alguma ameaça.

Neste curso, você aprenderá sobre as ações de Resposta e Recuperação, que estão dentro dos procedimentos para o gerenciamento de desastres. É importante saber que:

Resposta é o conjunto de medidas que visam à provisão de serviços de socorro, assistência e reabilitação dos cenários, incluindo o restabelecimento dos serviços essenciais, durante ou após um desastre.

Recuperação é o conjunto de medidas que visam a reabilitação de infraestrutura, do meio ambiente, da economia e da saúde da comunidade atingida por desastre, tendo como foco evitar a instalação de novas situações de risco.

De acordo com o *Manual de Gerenciamento de Desastres*, a gestão de emergências inclui planos e arranjos institucionais para comprometer e guiar os esforços dos governos, das organizações não governamentais, das entidades voluntárias e dos órgãos privados de forma coordenada e integral para responder a todas as necessidades relacionadas a uma emergência.

Cada etapa no Gerenciamento de Desastre (GD) conta com ações específicas e com metodologias de trabalho previamente definidas, existindo uma estreita relação entre elas. Cada uma dessas ações é diferenciada do ponto de vista da administração, incluindo a execução de medidas estruturais e não estruturais no processo de gestão.

As ações de Gerenciamento de Desastre (GD), quando são mal coordenadas, podem provocar situações de crises, expondo a população afetada a novos riscos e aumentando ainda mais sua vulnerabilidade.

A coordenação das ações de resposta da SEDEC é de responsabilidade do *Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD)*, que de acordo com a Portaria n. 117, de 7 de março de 2012, baseada no Decreto n. 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, tem as seguintes competências, dentre outras:

- consolidar as informações de riscos e desastres;
- difundir alerta e alarme de desastres e prestar orientações preventivas à população;

O *Manual de Gerenciamento de Desastres e o Sistema de Comando em Operações (SCO)* estão disponíveis em: <http://www.ceped.ufsc.br/biblioteca/projetos/encerrados/sistema-de-comando-em-operacoes-sco>. Acesso em: 8 mar. 2014.

Saiba mais sobre este Centro em: <http://www.integracao.gov.br/web/guest/defesa-civil/cenad/apresentacao;jsessionid=DAEDD38B1C55A585A17ED6B196BCD4B8.lrl>. Acesso em: 7 mar. 2014.

- coordenar, em âmbito nacional, o desenvolvimento das ações de resposta aos desastres e as atividades de assistência humanitária; e
- mobilizar recursos para pronta resposta às ocorrências de desastres.

Cabe ao CENAD gerenciar as informações de risco, de modo a apoiar Estados e Municípios nas suas ações de preparação para desastres junto às comunidades mais vulneráveis.



Figura 3: Sala de Monitoramento de Riscos e Desastres do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres

Fonte: CEPED UFSC

A dinâmica de funcionamento do CENAD consiste no recebimento de informações de diversos órgãos do Governo Federal responsáveis pela **predição** de tempo e temperatura; avaliação de condições geológicas de áreas de risco; monitoramento dos movimentos das placas tectônicas; acompanhamento das bacias hidrográficas; controle de queimadas e incêndios florestais; e pelo transporte e armazenamento de produtos perigosos.

As informações são avaliadas e processadas por especialistas do CENAD e encaminhadas aos órgãos de Proteção e Defesa Civil dos Estados e Municípios com risco de ocorrência de desastres, sendo que o alerta acontece de acordo com a intensidade do evento adverso.

De acordo com o Protocolo CENAD/**CEMADEN** (BRASIL 2012), os níveis de alerta são:

- Nível de Observação;
- Nível Moderado;
- Nível Alto;
- Nível Muito Alto.

Predição: ato ou efeito de predizer, de afirmar o que vai acontecer no futuro; profecia, previsão. Fonte: Ferreira (2010).

CEMADEN: Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais.

Como o CENAD é o responsável pelas ações de planejamento e de mobilizações para atuação em situação de riscos e desastres, sua participação é fundamental para as discussões em Comitês e Comissões que tratem de assuntos relacionados à Proteção e Defesa Civil como, por exemplo, as representações no Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON).

Além disso, o CENAD coordena o Grupo de Apoio a Desastres (GADE), uma equipe técnica multidisciplinar, composta por especialistas em gerenciamento de crises, com amplo conhecimento e experiência em Proteção e Defesa Civil, mobilizável a qualquer tempo para desenvolver ações de preparação e de resposta a desastres, em território nacional ou internacional, assim que demandado. Sua missão é coordenar as ações propostas pelo Governo Federal, evitando a sobreposição de ações e o desperdício de recursos humanos e materiais, oferecendo atendimento mais adequado à população afetada.

O CENAD atua em parceria com diversos órgãos. Entre eles, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN); o Serviço Geológico do Brasil (CPRM); o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); a Agência Nacional de Águas (ANA); a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN); o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC/INPE); o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET); e o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM).

Cabe destacar que além do DMD e do CENAD, a SEDEC possui outros dois Departamentos que atuam durante o Ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil que são:

- O Departamento de Articulação e Gestão (DAG), que é responsável por analisar e instruir os processos, bem como formalizar convênios, contratos, termos de cooperação técnica e instrumentos similares no âmbito da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil; e
- O Departamento de Reabilitação e Reconstrução (DRR), que é responsável por realizar a análise técnica das propostas e prestação de contas de convênios, contratos, ajustes e outros instrumentos congêneres, relacionadas com as atividades de respostas aos desastres e de reconstrução, bem como supervisionar as vistorias técnicas dos objetos conveniados.

Para finalizar essa unidade é fundamental que o gerenciamento dos desastres não seja compreendido somente como a mobilização de recursos financeiros, de logística e de recursos humanos. Os desastres

podem resultar em problemas complexos, que exigem respostas específicas, não inseridas no cotidiano da comunidade.

Nas próximas Unidades deste curso, você aprenderá sobre as etapas de preparação, socorro e assistência, reabilitação e recuperação de cenários. Essas etapas fazem parte do Ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil como você pôde observar nesta Unidade. Além disso, serão tratados os temas de comunicação de desastre e solicitação de recursos, pois são importantes ações do agente de Proteção e Defesa Civil no momento de responder a um desastre de forma efetiva.

Observe a Figura 4 que representa os processos-chave e atente-se para localizar onde estarão situados os temas que você estudará nas próximas unidades.

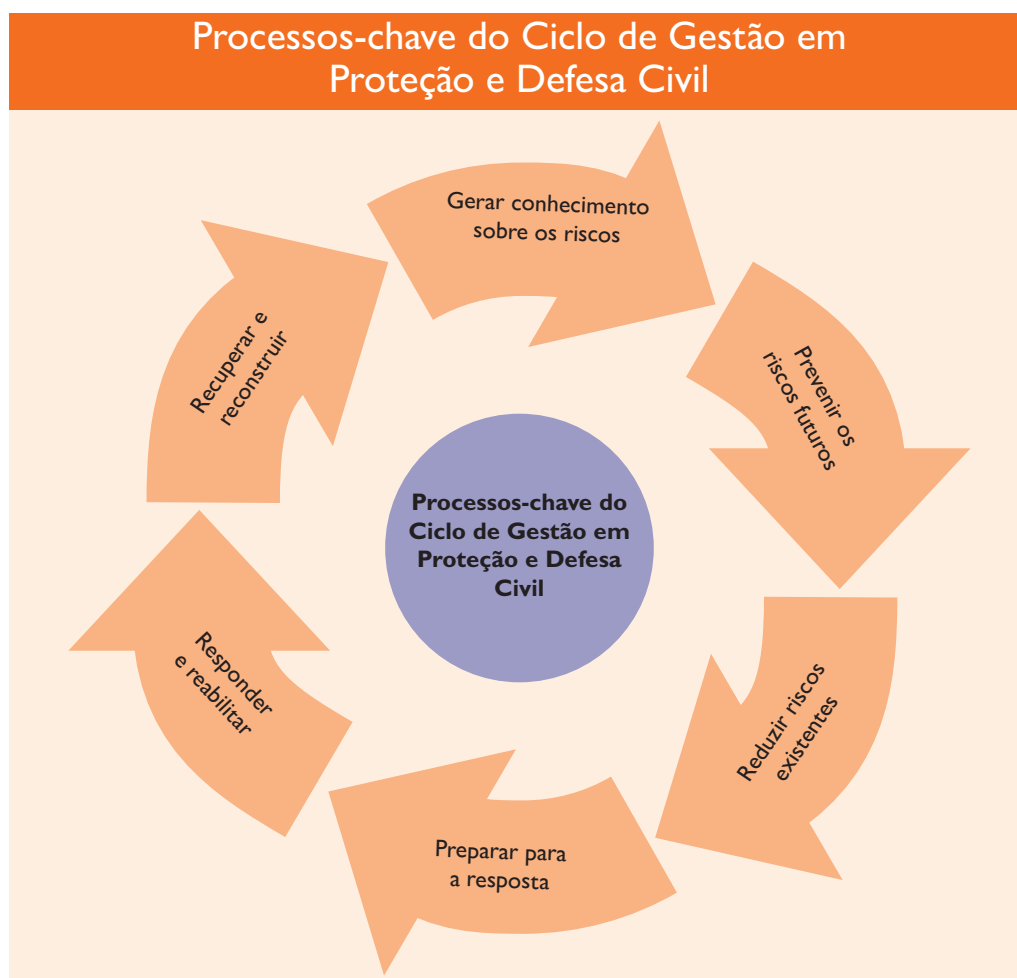


Figura 4: Processos-chave do Ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil
Fonte: Dutra e Galan (2013b)

Lembre-se de que, ao tratarmos nas próximas Unidades acerca das ações específicas do Ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil,

as etapas apresentadas não são estanques, ou seja, não podem ser vistas isoladamente. Isso significa que elas não possuem início e fim, pois se interconectam, se completam e, muitas vezes, ocorrem em simultaneidade, considerando a complexidade e os diversos aspectos que compõem a gestão de riscos e de desastres.

Resumo...

Nesta Unidade, você conheceu sobre os principais desastres que afetam o Brasil e em quais regiões eles ocorrem. Além disso, você foi informado sobre o Ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil, o qual inclui ações de gestão de riscos e ações de gerenciamento de desastres.

Muito bem, concluímos esta Unidade. Lembre-se de que você tem total apoio do seu tutor, então, se precisar de auxílio, não hesite em entrar em contato, pois ele está ansioso em ajudá-lo!

Complementando...

Para ajudá-lo no entendimento do conteúdo tratado nesta Unidade, leia o texto a seguir. Ele apresenta os principais conceitos que devem nortear a atuação dos técnicos e dos gestores em Proteção e Defesa Civil em seu ciclo de gestão. Outros conceitos ainda serão apresentados no decorrer das Unidades.

Abrigo Provisório	É uma unidade de serviço de proteção social especial de alta complexidade, pública ou privada, que atende pessoas ou famílias desabrigadas.
Ações de Socorro	Ações imediatas de resposta aos desastres com o objetivo de socorrer a população atingida, incluindo a busca e salvamento, os primeiros socorros, o atendimento pré-hospitalar e o atendimento médico e cirúrgico de urgência, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional. (BRASIL, 2010)

Ações de Assistência às Vítimas	Ações imediatas destinadas a garantir condições de incolumidade e cidadania aos atingidos, incluindo o fornecimento de água potável, a provisão e meios de preparação de alimentos, o suprimento de material de abrigo, de vestuário, de limpeza e de higiene pessoal, a instalação de lavanderias, banheiros, o apoio logístico às equipes empenhadas no desenvolvimento dessas ações, a atenção integral à saúde e o manejo de mortos, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional. (BRASIL, 2010)
Ações de Restabelecimento de Serviços Essenciais	Ações de caráter emergencial destinadas ao restabelecimento das condições de segurança e habitabilidade da área atingida pelo desastre, incluindo a desmontagem de edificações e de obras de arte com estruturas comprometidas, suprimento e distribuição de energia elétrica e de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem das águas pluviais, transporte coletivo, trafegabilidade, comunicações e desobstrução e remoção de escombros, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional. (BRASIL, 2010)
Ações de Reconstrução	Ações de caráter definitivo destinadas a restabelecer o cenário destruído pelo desastre, como a reconstrução ou recuperação de unidades habitacionais, infraestrutura pública, sistema de abastecimento de água, açudes, pequenas barragens, estradas vicinais, prédios públicos e comunitários, cursos d'água e contenção de encostas, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional. (BRASIL, 2010)
Alarme	Sinal, dispositivo ou sistema que tem por finalidade avisar sobre um perigo ou risco iminente. (BRASIL, 1998)
Alerta	Dispositivo de vigilância. Situação em que o perigo ou risco é previsível a curto prazo. (BRASIL, 1998)
Ameaça	Estimativa de ocorrência e magnitude de um evento adverso, expressa em termos de probabilidade estatística de concretização do evento e da provável magnitude de sua manifestação. (BRASIL, 2011)
Dano	Medida que define a intensidade ou severidade da lesão resultante de um acidente ou evento adverso. Perda humana, material ou ambiental, física ou funcional, que pode resultar, caso seja perdido o controle sobre o risco. Ou ainda, a intensidade das perdas humanas, materiais ou ambientais, induzidas às pessoas, comunidades, instituições, instalações e/ou ecossistemas, como consequência de um desastre. (BRASIL, 2011)

Defesa Civil	Conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos para a população, e restabelecer a normalidade social. (BRASIL, 2010)
Desabrigado	Desalojado ou pessoa cuja habitação foi afetada por dano ou ameaça de dano e que necessita de abrigo provido pelo Sistema. (BRASIL, 1998)
Desalojado	Pessoa que foi obrigada a abandonar temporária ou definitivamente sua habitação, em função de evacuações preventivas, destruição ou avaria grave, decorrentes do desastre, e que, não necessariamente, carece de abrigo provido pelo Sistema. (BRASIL, 1998)
Desastre	Resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais. (BRASIL, 2012)
Desaparecido	Pessoa que não foi localizada ou de destino desconhecido, em circunstância de desastre. (BRASIL, 1998)
Estado de Calamidade Pública	Situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado Município, Estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo substancialmente sua capacidade de resposta. (BRASIL, 2012)
Gerenciamento de Desastre	Compreende o planejamento, a coordenação e a execução das ações de resposta e de recuperação.
Mitigação	Medidas destinadas a diminuir ou limitar a configuração de situação de risco.
Plano de Ação (ou Operacional)	Conjunto de procedimentos que orientam a intervenção e o gerenciamento em um cenário de desastres. (OLIVEIRA, 2009)
Plano de Contingência	Planejamento realizado para controlar e minimizar os efeitos previsíveis de um desastre específico. (BRASIL, 1998)
Prejuízo	Medida de perda relacionada com o valor econômico, social e patrimonial, de um determinado bem, em circunstâncias de desastre. (BRASIL, 2012)

Preparação	Conjunto de ações desenvolvidas pela comunidade e pelas instituições governamentais e não-governamentais, para minimizar os efeitos dos desastres, através da difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e da formação e capacitação de recursos humanos para garantir a minimização de riscos de desastres e a otimização das ações de resposta aos desastres e de reconstrução. (BRASIL, 1998)
Prevenção	Refere-se às ações destinadas a reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres, por meio da identificação, do mapeamento e do monitoramento de riscos, ameaças e vulnerabilidades locais, incluindo a capacitação da sociedade em atividades de defesa civil, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional. (BRASIL, 2010)
Recuperação	Conjunto de medidas que visam à reabilitação de infraestrutura, do meio ambiente, da economia e da saúde da comunidade atingida por desastre, e que tem como foco evitar a instalação de novas situações de risco.
Recursos	Conjunto de bens materiais, humanos, institucionais e financeiros utilizáveis em caso de desastre e necessários para o restabelecimento da normalidade. (BRASIL, 2012)
Resiliência	Capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade, potencialmente exposta a ameaça, para adaptar-se, resistindo ou modificando com o fim de alcançar ou manter um nível aceitável em seu funcionamento e estrutura. (EIRD, 2004)
Resposta	Conjunto de ações desenvolvidas imediatamente após a ocorrência de desastre e caracterizadas por atividades de socorro e de assistência às populações vitimadas e de reabilitação do cenário do desastre, objetivando o restabelecimento das condições de normalidade (BRASIL, 1998)
Risco	Medida de danos ou prejuízos potenciais, expressa em termos de probabilidade estatística de ocorrência e de intensidade ou grandeza das consequências previsíveis. É a relação existente entre a probabilidade de que uma ameaça de evento adverso ou acidentes determinados se concretize, com o grau de vulnerabilidade do sistema receptor a seus efeitos. (BRASIL, 2011)

Serviço Voluntário	Atividade não remunerada, prestada por pessoa física à entidade pública de qualquer natureza, ou instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. (BRASIL, 1998)
Simulados	Exercício de desastre que implica a simulação, a mais realista possível, de um desastre provável, durante o qual são testadas as normas, os procedimentos, o grau de adestramento das equipes, o planejamento e outros dados que permitam o aperfeiçoamento do processo.(BRASIL, 1998)
Situação de Emergência	Situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado Município, Estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo parcialmente sua capacidade de resposta. (BRASIL, 2012)
Vulnerabilidade	Condição intrínseca ao corpo ou sistema receptor que, em interação com a magnitude do evento ou acidente, caracteriza os efeitos adversos, medidos em termos de intensidade dos danos prováveis. Ou ainda, a relação existente entre a magnitude da ameaça, caso ela se concretize, e a intensidade do dano consequente. (BRASIL, 2011)

Atividades de aprendizagem

Agora, vá até o Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA) e participe do Fórum. Sua participação é muito importante.

Tema do Fórum:

Descreva sobre os desastres que ocorrem na sua região e cite pelo menos duas ações de preparação adotadas pelo seu Órgão de Proteção e Defesa Civil.

UNIDADE 2



Objetivos de aprendizagem

Após a leitura desta Unidade, você deverá ser capaz de:

- Entender as ações relacionadas à etapa de preparação para desastres;
- Identificar e cadastrar os recursos necessários para gestão de emergências ou desastres;
- Saber como realizar a aquisição e o armazenamento de materiais de Assistência Humanitária;
- Reconhecer os aspectos relacionados ao estabelecimento de acordos e de convênios para desenvolver projetos de preparação para desastres; e
- Elaborar o Plano de Contingência.

Ações de Preparação para Desastres: introdução, conceitos e finalidades

Caro estudante,

Vamos iniciar a segunda Unidade deste curso. Agora, você será apresentado aos conceitos e às finalidades das ações de preparação para desastres. Saiba que estamos à sua disposição para o que você precisar.

Bons estudos!

Como você deve saber, a Defesa Civil atua no sentido de evitar que o desastre aconteça, bem como na diminuição dos seus impactos, danos e prejuízos e busca a proteção e a segurança global da população.

Para a sua estruturação e operacionalização foi criado o **Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC)**, que tem por finalidade contribuir no processo de planejamento, articulação, coordenação e execução dos programas, projetos e ações de Proteção e Defesa Civil em todo o território nacional, conforme previsto no parágrafo único, do artigo 10 da **Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012**.

A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC) do Ministério da Integração Nacional (MI) é o órgão central do SINPDEC e responsável pela articulação, coordenação e supervisão técnica.

Compondo a estrutura concebida pelo SINPDEC, os órgãos regionais, estaduais e municipais de Proteção e Defesa Civil têm por finalidade articular, planejar, organizar, coordenar e executar as atividades de Defesa Civil e estudos sobre desastres, no âmbito dos seus territórios.

As ações de Proteção e Defesa Civil são executadas pelas entidades que integram o SINPDEC e pela Sociedade Civil em sua circunscrição territorial.

Para mais informações sobre o SINPDEC, acesse a Lei n. 12.608 em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm>. Acesso em: 17 jun. 2013.

No material do curso de *Capacitação Básica em Defesa Civil (2012/2013)* constam informações relacionadas às atribuições do SINPDEC e à Lei n. 12.608. Acesse <http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=50a50482-1db3-4f73-bcfa-d76b82d9b1a6&groupId=10157> ou <http://www.ceped.ufsc.br/sites/default/files/livro_defesacivil_3_edicao_completo_alterado.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2013.

Observe que a atuação dos órgãos de Proteção e Defesa Civil na resposta a desastres se dá pela sucessão de esforços, centrando-se na minimização das consequências dos desastres locais e no atendimento das ocorrências pontuais.

Os Governos Estaduais e o Federal atuam em parceria com os Municípios, tanto nas ações de preparação, quanto nas de resposta. Nas ações de preparação, eles prestam suporte e apoio técnico na estruturação das Defesas Civas, na capacitação de gestores e agentes de Proteção e Defesa Civil, no treinamento de equipes e da comunidade durante a realização de exercícios simulados de preparação para desastres, dentre outras. Já nas ações de resposta aos desastres, a atuação é realizada de forma complementar, nos casos em que houver a decretação de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública pelo Município ou pelo Estado, que devem ser reconhecidos pelo Governo Federal quando, caracterizado o desastre, for necessário o estabelecimento de um regime jurídico especial, que proporcione o atendimento complementar às necessidades temporárias da população afetada.

Esta Unidade dará ênfase às ações de preparação, **aquelas que permitem ao Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, em todas as suas esferas, se fortalecer para otimizar uma resposta efetiva no gerenciamento dos desastres por meio do planejamento da interoperabilidade entre as agências.**

As ações de preparação têm por objetivo fomentar a articulação entre os órgãos do SINPDEC, para garantir uma resposta adequada aos desastres e minimizar os danos e os prejuízos consequentes.

A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil define preparação como: conjunto de medidas anteriores ao desastre destinadas a minimizar seus efeitos e a otimizar as ações de resposta e de recuperação.

As ações de preparação ocorrem no contexto da gestão integral de riscos e desastres, e seu objetivo principal é desenvolver capacidades necessárias para gerenciar de forma eficiente e eficaz todos os tipos de emergências e alcançar uma transição ordenada desde a resposta até uma recuperação.

Por sua vez, a Estratégia Internacional de Redução de Desastres (EIRD, 2009, p. 24), define Preparação assim:

Preparação são conhecimentos e capacidades desenvolvidas pelos governos, profissionais, organizações de resposta e re-

cuperação, comunidades e pessoas para prever, responder e se recuperar de forma efetiva dos impactos dos eventos ou das condições prováveis, iminentes ou atuais que se relacionam com uma ameaça. (EIRD, 2009, p. 24, tradução nossa)

Podemos verificar, portanto, que a preparação contribui com as capacidades ideais para a gestão efetiva dos desastres, visando orientar as ações desenvolvidas pelas agências de proteção e a própria comunidade na minimização do risco e dos desastres.

Um Importante Passo que Antecede as Ações de Preparação

Identificar e mapear as áreas de risco de desastres é uma das primeiras ações de gestão de riscos a serem realizadas. O ideal é que o órgão municipal articule-se com os demais órgãos setoriais para a elaboração deste tipo de estudo, garantindo sua multidisciplinaridade, incluindo assim os aspectos ambientais, geológicos, hidrológicos, sociais, de infraestrutura e outros, conforme o caso. Entendemos que devido à sua importância cabe, nesta Unidade, ressaltar alguns aspectos desta etapa voltados para a preparação, considerando que todas as ações de preparação são baseadas em informações produzidas nessa fase antecipatória.

Inicialmente deve ser realizado o **diagnóstico da comunidade** por meio da coleta de informações relacionadas ao Município:

- topografia;
- clima;
- população;
- temperatura;
- principais atividades econômicas;
- registros históricos dos desastres;
 - ▶ jornais;
 - ▶ reportagens;
 - ▶ entrevistas com moradores antigos e atuais;
- mapas;
- volume pluviométrico mensal e anual.

Para confeccionar o mapeamento das áreas de risco do Município, o gestor de Proteção e Defesa Civil, de posse das informações básicas coletadas, deverá identificar:

- As ameaças: estimativa de ocorrência e magnitude de um evento adverso, expressa em termos de probabilidade estatística de concretização do evento e da provável magnitude de sua manifestação. (BRASIL, 2011)
- As vulnerabilidades: condição intrínseca ao corpo ou sistema receptor que, em interação com a magnitude do evento ou acidente, caracteriza os efeitos adversos, medidos em termos de intensidade dos danos prováveis. Ou ainda, a relação existente entre a magnitude da ameaça, caso ela se concretize, e a intensidade do dano consequente. (BRASIL, 2011)
- Capacidades: habilidade da população, das organizações e dos sistemas mediante o uso de recurso e de conhecimentos disponíveis para enfrentar e gerenciar as condições adversas em situações de emergência e/ou desastre. (EIRD, 2009, tradução nossa)

Observe que é importante priorizar neste levantamento as áreas atingidas por desastres em anos anteriores e as que os estudos demonstram suscetibilidade a esses eventos.

Após o levantamento das informações, devemos fazer a relação entre as variáveis estudadas e a **hierarquização dos riscos**, considerando alguns aspectos principais na análise dos riscos:

- a **frequência**;
- a **magnitude**; e
- a vulnerabilidade das pessoas e das edificações.

O balanço realizado entre esses aspectos é que permitirá mapear os Municípios em modelos de setorização. **Os riscos ainda podem ser subdivididos em graus: muito alto, alto, médio e baixo**, devendo ter o macromapeamento dos municípios, com uma visão geral das áreas; e o micromapeamento dos bairros, com a identificação real das áreas atingidas; inclusive com o detalhamento das ruas e das residências em risco, se for o caso.

Observe que essas informações servirão de base para direcionar as ações de prevenção, mitigação e preparação, pois mesmo que o órgão de Proteção e Defesa Civil seja bem articulado, ele terá dificuldades em realizar ações simultâneas em todo o Município.

A frequência se refere ao número de casos ocorridos ao longo da história do Município e que já permite a aferição da probabilidade de reincidência, portanto, é preciso considerar tais casos nas ações de preparação. Como exemplo, podemos citar as inundações que ocorrem várias vezes em uma área do Município em um mesmo período chuvoso.

A magnitude se refere aos danos que podem causar situações que não aconteceram ainda, mas diante da observação do cenário vulnerável ou pelos estudos, é possível inferir a possibilidade real de acontecer e causar graves danos humanos, ambientais e materiais à comunidade. Um exemplo é a existência de uma refinaria de petróleo ou empresa que manuseia produtos perigosos, mesmo sem o registro de qualquer caso na localidade, pode-se intuir o risco, através de estudos ou informações técnicas.

O mapeamento pode ser feito com recursos de tecnologia como sensoriamento remoto, estudos cartográficos, utilizando especialistas como geógrafos, geólogos e engenheiros. Contudo, considerando a realidade brasileira de municípios pequenos, com poucos habitantes e com reduzido recurso orçamentário para esse fim, destacamos que o mapeamento pode ser realizado inclusive por pessoas sem conhecimentos técnicos específicos. Essas pessoas poderão utilizar bases e mapas já existentes na prefeitura e na plataforma aberta de mapas digitais (Google Earth).

É muito importante a realização do mapeamento como diagnóstico inicial, pois ele permite um planejamento coerente com os problemas reais enfrentados na Gestão em Proteção e Defesa Civil.

Identificação e Catalogação de Recursos Humanos e Logísticos

Recursos: conjunto de bens materiais, humanos, institucionais e financeiros utilizáveis em caso de desastre e necessários para o restabelecimento da normalidade. Fonte: Brasil, (2012).

Na sequência, vamos discutir os seguintes tópicos:

- os recursos operacionais disponíveis;
- os abrigos provisórios;
- a capacidade de atendimento hospitalar;
- os demais recursos a serem cadastrados e preparados; e
- o cadastramento e capacitação de voluntariado.

Os Recursos Operacionais Disponíveis

Além da descrição e do detalhamento dos cenários de risco existentes, já citados durante a etapa de preparação a desastres, o agente de Proteção e Defesa Civil deve conhecer os recursos humanos e materiais disponíveis e que podem ser mobilizáveis para execução das suas atividades no momento da resposta. Dessa forma, o gestor precisa:

- identificar os recursos disponíveis, mobilizáveis, que possam ter seus usos previamente definidos;
- estabelecer os mecanismos de solicitação dos recursos, a partir da relação entre as agências envolvidas; e

- definir a logística necessária para mobilizá-los.

O gestor de Proteção e Defesa Civil é o responsável por planejar, organizar, dirigir e coordenar as atividades de gestão de riscos e o gerenciamento de desastre; e, um passo importante é conhecer e catalogar os recursos orgânicos da prefeitura em suas diversas secretarias, assim como os existentes nos órgãos apoiadores locais, órgãos estaduais e federais, por exemplo: corpos de bombeiro, polícia militar, instituições das áreas setoriais, empresas privadas, associações comunitárias, ONGs, entre outros.

Os recursos operacionais que comumente são utilizados, como ambulâncias, veículos de emergência, tratores, caminhões, ônibus, viaturas, barcos, etc., devem ser cadastrados e sua forma de acionamento deve ser realizada a qualquer tempo.

É importante ter o registro de todas as informações necessárias para mobilizar o recurso e disponibilizá-lo em tempo hábil ao cenário de emergência e desmobilizá-lo após o término da ação ou do período determinado. O cadastro deve conter algumas informações, como:

- tipos de recursos;
- responsáveis pela liberação;
- telefones e contatos 24 horas da pessoa responsável pela chave;
- local para ser abastecido;
- obtenção de recurso para deslocamento; e
- pessoa capacitada para guiar e operar o veículo, no caso de maquinário.

Observe o Quadro 1 em que apresentamos um exemplo básico de como registrar as informações:

N.	Recurso	Localização	Instituição	Responsável			Condutores/operadores			Situação dos recursos
				Nome	Contatos	E-mail	Nome	Contatos	E-mail	
01	Trator esteira	R. Treze, 12, Centro	Secretaria Municipal de Obras	Raimundo Silva (Secretário)	8800-1212 3212-1313 C 3541-1212 R	silva@bol.com.br	Flávio Siqueira	9454-9900 3451-2233	flavio@yahoo.com.br	Disponível – (sempre abastecido)
04	Caminhões basculantes X, Y, Z, W	R. Treze, 12, Centro	Secretaria Municipal de Obras	Raimundo Silva (Secretário)	8800-1212 3212-1313 C 3541-1212 R	silva@bol.com.br	Reinaldo Alves Márcio Trindade Júlio Rocha (Julinho) Túlio Torres (Tulipa)	8877-6032 3451-2453 9450-8765 3451-3576 8877-1234 3451-2341 8600-3465 3451-1345	alvesfs@gmail.com trindade@uol.com.br julinho@gmail.com tulio@hotmail.com	disponíveis
04 01	Barcos motor 32 Hp Barco remo	R. Florindo, 14, JK, R. A, nº 4, Centro	Bombeiros Particular	Maj Bravo Sr. Zé Couve	8655-5555 9908-1321 3211-2222 R	lisa@gmail.com	Sd BM Forte Voluntário Cleiton Oliveira	9900-3451 199 8765-8909 3251-1566	cbmforte@gmail.com com não tem.	disponíveis

Quadro 1: Controle de recursos operacionais mobilizáveis

Fonte: Elaborado pelos autores deste material

Os Abrigos Provisórios

Outra importante infraestrutura logística utilizada na resposta a desastres são os locais potenciais, que apresentam características adequadas para montagem de abrigos provisórios. Sabemos que o ideal é a localidade possuir um abrigo estruturado, que possa ser utilizado em situações de emergência. Contudo, o mais comum é a utilização de estruturas como: escolas, igrejas, associações comunitárias e clubes. Esses locais funcionam de forma improvisada, podendo não apresentar os recursos necessários para o seu funcionamento como abrigo. Além disso, a utilização de locais improvisados como abrigo interrompe a prestação dos serviços habituais.

É fundamental, para o sucesso da operação de abrigo, um planejamento prévio, incluindo **a preparação da equipe de atendimento**, de preferência com a participação de assistentes sociais, psicólogos e líderes comunitários.

O abrigo deve estar localizado em uma área segura, não suscetível a ameaças e riscos. É preciso, para cada abrigo planejado, conduzir os desabrigados de uma ou mais áreas de risco para serem direcionados ou transportados para o abrigo referência.

O Quadro 2 exemplifica as principais funções a serem desenvolvidas pela equipe que compõe o abrigo:

Abrigo 1 – Referência para a Área de Risco: Moradores da Vila Catuti		
Nome	E. E. Dona Maria Silva	
Capacidade	120 Pessoas	
Endereço	Rua Levi Lopes, n. 789, Igino Madeira	
Telefone	3214-1590	
Responsável	Atividade	Contatos
Samuel SMAS	Gerente Abrigo	9800-7788
Ademir SME	Controle	8800-1200
Cabo Reinaldo PM	Segurança	190
Cleide SMAS	Entrada	8567-1230
Ramalho SMAS	Triagem	8716-5232
Suely SME	Cadastramento	8636-9988
Susi SMS	Alimentação	9714-5588
Dolores SME	At. Psicológico	9625-5546
Mirtes SME	Recreação	9755-9933
Dr. Robson SMS	Recreação	8366-2332
Maria Inês SME	At. Médico	9879-9911
Lourdes SMO	Limpeza	9877-6098

Quadro 2: Relação dos abrigos

Fonte: Elaborado pelos autores deste material

Com relação a isso, veremos mais sobre o assunto na Unidade 3, não se preocupe!

Ao determinar os abrigos provisórios, o gestor de Proteção e Defesa Civil deve considerar alguns aspectos, como estes:

- a participação das comunidades no processo de tomada de decisão em relação aos abrigos provisórios;
- a determinação de abrigos de acordo com as normas humanitárias;
- a informação compartilhada sobre o local dos abrigos provisórios e seus responsáveis;
- a garantia, sempre que possível, do direito das crianças e dos adolescentes à **manutenção das aulas e do ano letivo**.

Capacidade de Atendimento Hospitalar

Considerando que, em caso de situações críticas, o atendimento hospitalar é uma das ações de assistência para salvar vidas, quanto maior for a velocidade no atendimento especializado, com equipamentos adequados, maior será a chance de sobrevivência da vítima. Durante as atividades de preparação, o conhecimento da capacidade de resposta hospitalar do Município, sua estrutura e especialidades do corpo clínico, otimiza o serviço de assistência às pessoas atingidas e aumenta a chance de êxito.

Nessa ótica, é preciso destacar que **não é suficiente que as equipes de resposta prestem o socorro realizando a retirada da vítima da área atingida, os primeiros socorros e a condução para o hospital. Em desastres com múltiplas vítimas, corremos o risco de transferir parte do desastre para a entrada do hospital, caso a capacidade de atendimento seja inferior à demanda de vítimas.**

Numa situação de desastre com muitas vítimas, os profissionais da saúde encontram dificuldades para realizar a triagem das vítimas e podem sofrer pressão de familiares e de amigos, dificultando ainda mais as ações de tratamento, que já possuem suas complicações em si mesmas.

O gestor deve se reunir com a direção da saúde e dos estabelecimentos para verificar:

- a capacidade de atendimento emergencial de cada hospital;
- a possibilidade de expansão em caso de grave desastre;

De acordo com o Protocolo Nacional Conjunto para a Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres, instituído pela Portaria Interministerial n. 2 de 6 de dezembro de 2012, é preciso:

- restringir, ao máximo, o uso de escolas como abrigos temporários;
- permitir que seja cumprida sua função educacional, coordenando ações junto
- com as áreas de educação e assistência social.

Para tanto, **é preciso** verificar a legislação de criação do órgão de Proteção e Defesa Civil, lei municipal, como Unidade Gestora de Orçamento, órgão da estrutura administrativa. Em seguida, devemos providenciar a inscrição do órgão no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, visando obter o CNPJ próprio, vinculado ao do Poder Executivo a que pertença. Logo após, é preciso realizar a abertura de conta bancária específica no Banco do Brasil, conforme definições do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, essa conta é para cada desastre a ser enfrentado, recebendo assim o Cartão de Pagamento em Defesa Civil para cada servidor definido pelo gestor. Atualmente, o CPDC pode ser obtido utilizando-se o CNPJ da prefeitura municipal. Lembre-se de que o cartão deve ser solicitado antes de o desastre ocorrer. Portanto, prepare-se! É importante destacar, ainda a necessidade da estrita observância de todas as regras previstas na Cartilha Informativa do Cartão de Pagamento, disponível para *download* em: <www.integracao.gov.br/defesa-civil/solicitacao-de-recursos>, e os requisitos da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. Mas não se preocupe, pois esse assunto será tratado com mais detalhes na Unidade 5.

- o estabelecimento de um plano de chamada para profissionais da área de saúde; e
- a utilização de médicos enfermeiros e voluntários especializados para apoiarem uma situação de emergência vivenciada pelo Município.

Além de conhecer a estrutura local, é preciso estudar e contatar as unidades de saúde de polos municipais da região para verificar a capacidade de apoio e de estrutura, no sentido de estabelecer um fluxo de acionamento emergencial 24h.

Outros Recursos a Serem Cadastrados e Preparados

Além dos recursos operacionais, devemos considerar os recursos logísticos de apoio, como alimentação, estrutura para descanso, incluindo parcerias com hotéis, pousadas, quartéis e montagem de barracas para áreas com pouca infraestrutura.

O gestor de Proteção e Defesa Civil deve preparar as condições administrativas e financeiras necessárias para o recebimento de aporte de recursos complementares a serem empregados na resposta a desastres.

Observe que esses procedimentos burocráticos, quando **são realizados antecipadamente**, agilizam a liberação de recursos complementares que podem ser fundamentais para o aporte às operações de resposta a desastres.

Cadastramento e Capacitação de Voluntariado

A Lei n. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, disciplina o serviço voluntário no país, sendo considerado serviço voluntário:

[...] a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. (BRASIL, 1998, art. 1º)

Em momento de emergência, o trabalho voluntário é necessário, especialmente aquele que é qualificado, ou seja, com formação específica para atender às demandas ou que tenha recebido uma capacitação prévia pelo órgão de Proteção e Defesa Civil local com conhecimentos básicos. Os principais profissionais a serem cadastrados como recursos humanos para situação de emergências e/ou desastres são:

- médicos;
- enfermeiros;
- psicólogos;
- educadores;
- geólogos;
- engenheiros;
- cozinheiras;
- assistentes sociais;
- nutricionistas;
- membros do clube de jipeiros;
- condutores de barcos;
- tratoristas;
- motoristas de categoria especial;
- pilotos de helicópteros;
- socorristas;
- radioamadores, entre outros.

Mais do que boa vontade, o voluntário precisa trabalhar com segurança e técnica, deve estar voltado para uma função específica e necessária. O gestor do desastre não pode mobilizar os, comumente, escassos recursos que possui para monitorar constantemente o trabalho voluntário.

Os voluntários devem ser cadastrados previamente junto ao órgão de Proteção e Defesa Civil, assinando o termo de adesão, no qual deve constar a forma de execução das suas atividades.

Devemos, ainda, estabelecer um protocolo de acionamento emergencial dos voluntários, pois, no momento dos desastres, o tempo de resposta é fundamental para o sucesso das operações.

Dessa forma, criar grupos de apoios voluntários para a Proteção e Defesa Civil é uma forma moderna e cidadã de incentivar a contribuição da comunidade com o próximo, de aumentar o senso de pertencimento e de criar apoio mútuo e maximização dos recursos existentes em áreas vulneráveis para o fortalecimento da atividade protetiva.

É relevante que o gestor municipal de Proteção e Defesa Civil estimule a implantação de Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil. Constitui-se o Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa Civil no elo mais importante do SINPDEC com a comunidade mobilizada para as ações, pois congrega o trabalho participativo em Proteção e Defesa Civil.

A legislação internacional é muito mais rica sobre o assunto, e podemos consultar, por exemplo, as diretrizes da Assembleia Geral da ONU para o trabalho voluntário, que sugerem o código de conduta e os direitos e os deveres, tanto os do voluntário como os das organizações promotoras envolvidas na atividade.

Planejamento das Campanhas de Arrecadação de Materiais de Assistência Humanitária

Os impactos dos desastres estão relacionados aos prejuízos e aos danos humanos, ambientais e materiais. Os danos materiais podem ser minimizados por meio de campanhas de arrecadação, que possuem o objetivo de sensibilizar a população para compartilhar, por meio de doação, os bens necessários para atender uma comunidade vitimada por desastre.

A arrecadação de produtos e de bens não exige o Município, o Estado e o Governo Federal de adotarem as medidas necessárias para garantir os direitos básicos e a dignidade humana, previstos pela Constituição Brasileira, à pessoa afetada por desastres. Temos de nos empenhar em construir políticas específicas para atendê-las minimizando o sofrimento humano decorrente desses eventos. Observe o próximo item desta Unidade.

Há algumas entidades de apoio que possuem ampla experiência na atividade, como é o caso da Cruz Vermelha, que trabalha na mobilização de recursos, utilizando voluntários para montagem dos **kits de Assistência Humanitária** para atendimento de catástrofes.

Para que uma campanha de arrecadação seja bem-sucedida, é imprescindível o planejamento da atividade da seguinte forma:

- identificar claramente o gestor da arrecadação;
- definir o local adequado para recepção das doações, longe de **intempéries** e das ações de roedores e de insetos;
- divulgar o tipo de material assistencial que será útil, por exemplo, toalhas, roupas de cama, produtos de higiene, fraldas, leite em pó, conforme a necessidade das vítimas;
- estabelecer um canal de comunicação com os doadores, normalmente utiliza-se a imprensa, mas o *site* da instituição deve postar claramente o funcionamento;
- mobilizar uma equipe para coordenar a montagem dos *kits* a serem distribuídos, podemos envolver na execução: associações, voluntários e organizações não governamentais;
- organizar e controlar o acesso ao local de arrecadação;
- controlar o estoque de materiais, incluindo e analisando a segurança do local, sobretudo no horário noturno;
- acompanhar o prazo de validade dos materiais perecíveis;
- cadastrar os desabrigados e os desalojados e realizar a triagem socioeconômica para verificar o enquadramento nos objetivos do programa;
- definir o meio e o local de distribuição: por meio de pontos divulgados pela mídia ou entregues nas imediações de cada residência ou rua atingida, por exemplo; e
- apresentar relatório posterior, contendo a prestação de contas e, inclusive, os recibos de entrega dos donativos.

Tais procedimentos visam minimizar o desvio de materiais, dando transparência a essa atividade. Normalmente, as Secretarias de Assistência Social estão preparadas para exercer essa atividade por meio do emprego de profissionais formados em Serviço Social. É importante, entretanto, que o gestor de Proteção e Defesa Civil desenvolva a articulação com as equipes e a mobilização dos demais órgãos de apoio.

A composição do kit assistencial deve ser adequada para cada localidade, dependendo da caracterização do desastre, no caso de uma Seca, por exemplo, o atendimento emergencial humanitário pode ser feito com o caminhão pipa, cisternas/tanques para armazenamento de água e cestas básicas.

Intempérie: os rigores das variações das condições atmosféricas (temperatura, chuvas, ventos, umidade). Fonte: Ferreira (2010).

Observe que as campanhas de arrecadações apresentam divergências na adesão. Algumas instituições sempre recorrem a esse recurso, mas outras demonstram resistência, pois já participaram de grandes campanhas e tiveram dificuldades na gestão dos doativos.

Na realidade, muitas pessoas doam o que não lhes servem mais, e isso, normalmente, não atende às vítimas de desastres. Há casos extremos de doações de roupas sujas, e apenas um pé de sapatos, alimentos vencidos, grandes móveis velhos que necessitam de transporte, entre outras situações. Quando as doações acontecem em grande quantidade, há o risco ainda de desvios, pois o controle é muito difícil nesses casos.

No terremoto do Haiti, por exemplo, houve grandes dificuldades para conseguir transporte para todas as doações brasileiras efetuadas, considerando o alto custo que inviabilizava a ação quando analisamos o investimento x com o resultado prático. Nesse caso, talvez a campanha para arrecadação financeira surtisse melhor resultado.

A expectativa de quem doa é a de que o recurso chegue à vítima, e qualquer impedimento ou desvio do doativo gera frustração e revolta no doador, podendo ser extremamente desagradável para o gestor do desastre. Tal frustração pode ser causada por excesso de doações, perfil do material inadequado para a comunidade atingida, dificuldades na seleção e no transporte, por questões de logística ou acesso de vias interrompidas.

Uma forma de minimizar esse problema é adotar a boa forma de comunicação para a solicitação de doativos, essa forma deve ser criteriosa em relação às necessidades e aos costumes locais. Veja orientações na Unidade 4.

Aquisição e Armazenamento de Materiais de Assistência Humanitária

O gestor de Proteção e Defesa Civil deve, contudo, prever e organizar a aquisição e o armazenamento de materiais de Assistência Humanitária, com recursos do poder público, para serem utilizados em situação de emergência e/ou desastres.

O objetivo está na preparação dos recursos de suporte no período de normalidade, sem o tumulto e a compressão de tempo que ocorre no momento do desastre. Nesse momento, devemos realizar:

- a especificação dos materiais necessários;
- os orçamentos;
- os procedimentos de compra;
- a montagem dos depósitos;
- o armazenamento;
- o controle de estoque;
- a vigilância;
- o estabelecimento de mecanismos; e
- a logística de distribuição.

O ideal é que cada Município tenha recursos mínimos de Assistência Humanitária estocados para o primeiro atendimento, até nova aquisição ou a chegada de aporte complementar dos órgãos estaduais e federais.

Alguns Municípios menores optam pela compra em supermercados locais para o suprimento emergencial, o que permite não mobilizar recursos financeiros antes da ocorrência do desastre. No entanto, a aquisição pública de bens e de serviços segue as práticas legais de licitações, e a resposta a emergências tem que ser rápida, não podendo esperar quaisquer **entraves** burocráticos.

Entraves: obstáculo, empecilho, estorvo.
Fonte: Ferreira (2010).

Salientamos, também, que o custo de uma compra no momento do desastre é superior a uma compra planejada. Além disso, existe a possibilidade de os supermercados serem atingidos em casos de desastres.

Diante desse cenário, os Municípios mais preparados montam os *kits* para Assistência Humanitária aos desabrigados ou aos demais afetados. Para exemplificação, o *kit* assistencial atualmente preparado e armazenado para atendimento pela Defesa Civil do Estado de Minas Gerais possui a seguinte composição:

- Cesta básica 15,700 kg – composta por:
 - ▶ 5 kg arroz;
 - ▶ 2 kg açúcar;
 - ▶ 2 kg feijão;
 - ▶ 800 g leite em pó;
 - ▶ 2 embalagens de óleo 900 ml;
 - ▶ 1 kg farinha,
 - ▶ 1 kg sal; e
 - ▶ 2 kg de macarrão.
- *Kit* de limpeza – composto por:
 - ▶ 2 litros de água sanitária;
 - ▶ 1 pano de chão;
 - ▶ 500 ml de detergente;
 - ▶ 2 barras de sabão;
 - ▶ 1 kg de sabão em pó;
 - ▶ 2 pacotes de esponja de aço; e
 - ▶ 1 bucha.
- *Kit* higiênico – composto por:
 - ▶ 3 escovas de dentes;
 - ▶ 2 cremes dentais;
 - ▶ 2 sabonetes;
 - ▶ 1 absorvente e
 - ▶ 4 rolos de papel higiênico.
- Colchões de solteiro.
- Cobertores de solteiro.
- Telhas de 2,44 x 50 cm.
- Rolos de lonas com 80m x 50m = 400m².

O Japão é um país que gerencia diversos desastres em seu cotidiano e é reconhecido mundialmente pela efetividade de suas ações preparatórias, por isso, é importante saber que lá os *kits* são regionalizados e estocados em contêineres no interior de escolas, que são referências e funcionam como abrigos.



Figura 5: Fotos de contêiner com *kit* de Assistência Humanitária – Escola Fundamental Ishihamanishi – Município de Higashiura – Japão

Fonte: Oliveira (2012)

Observe no quadro a seguir os principais itens que são estocados no Japão:

Principais itens estocados (por unidade):
Refeição emergencial (arroz instantâneo): 1.600 refeições.
Água armazenável (2 litros): 200 garrafas.
Leite em pó (10 porções cada): 20 caixas.
Mamadeira: 5 unidades.
Pilha: 100 unidades.
Lanterna: 10 unidades.
Rádio portátil: 5 aparelhos.
Gerador de energia: 2 unidades.
Holofote: 2 unidades.
Gasolina: 8 litros.
Divisória (<i>one touch</i>): 4 jogos.
Banheiro químico: 5 jogos.
Produto químico: 500 folhas.
Fralda infantil: 500 unidades; adulto: 300 unidades.
Cobertores: 50 peças.
Lona impermeável: 10 unidades.

Quadro 3: Itens estocados no Japão

Fonte: Elaborado pelos autores deste material

Considerando o custo e a logística que estão envolvidos no processo de compra, de armazenamento, de controle e de distribuição, podemos identificar parceiros para contribuir no processo no

sentido de ceder recursos humanos e meios para o transporte de materiais, locais para armazenamento, entre outros.

A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, por meio do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres, instituiu o **Estoque Estratégico para Assistência Humanitária**. Trata-se de uma forma de complementar as ações de Assistência Humanitária dos Governos Municipais e Estaduais em atendimento emergencial das comunidades afetadas por desastres classificados na Codificação Brasileira de Desastre em todo o território nacional.

O público-alvo são pessoas desabrigadas ou desalojadas atingidas por desastres.

Os *kits* são confeccionados para famílias com até cinco pessoas, com tempo médio de utilização de 15 dias (exceto *kit* dormitório, que é individual e por tempo indeterminado), sendo eles: água mineral, *kit* de alimentos, *kits* de limpeza, *kit* de higiene pessoal e *kit* dormitório. São compostos da seguinte maneira:

- Água Mineral:
 - ▶ Galão de 5 litros.
- *Kit* Alimentos:
 - ▶ Arroz (2 pacotes de 5 kg).
 - ▶ Feijão (3 pacotes de 1 kg).
 - ▶ Óleo vegetal (2 embalagens pet de 900 ml).
 - ▶ Macarrão (4 pacotes de 500 g).
 - ▶ Açúcar (1 pacote de 1 kg).
 - ▶ Leite em pó (2 pacotes de 500g).
 - ▶ Farinha de mandioca (2 pacotes de 500 g).
 - ▶ Doce em massa (2 embalagens de 500 g).
- *Kit* Limpeza:
 - ▶ Saco plástico de lixo (1 pacote com 30 unidades).
 - ▶ Vassoura.
 - ▶ Rodo.
 - ▶ Pá de lixo.
 - ▶ Sabão em barra (1 pacote com 5 unidades de 200 g).
 - ▶ Pano de limpeza.
 - ▶ Balde.

- ▶ Luva de borracha.
 - ▶ Sabão em pó (1 pacote de 500 g).
 - ▶ Esponja de limpeza multiuso (1 pacote com 4 unidades).
 - ▶ Esponja de aço (1 pacote com 8 unidades).
- **Kit Higiene Pessoal:**
 - ▶ Sabonete (1 pacote com 5 unidades).
 - ▶ Pasta dental (2 tubos).
 - ▶ Toalha de banho (1 pacote com 5 unidades).
 - ▶ Papel higiênico (1 pacote com 8 rolos).
 - ▶ Absorvente higiênico (3 pacote com 10 unidades).
- **Kit Dormitório:**
 - ▶ Colchão de solteiro.
 - ▶ Cobertor de solteiro.
 - ▶ Lençol de solteiro.
 - ▶ Fronha.
 - ▶ Travesseiro.
 - ▶ Barracas: barraca desmontável (piso e cobertura de PVC e estrutura tubular de duralumínio).

A distribuição e armazenagem dos *kits* é realizada por meio de logística integrada da Empresa de Correios e Telégrafos, sendo disponibilizados em cinco Centros de Distribuição para formação dos estoques estratégicos, contemplando todo o território nacional. No Quadro 4 é possível identificar as regiões e os Centros de Distribuição dos Estoques Estratégicos:

Região de Abrangência	Centro de Distribuição
NORTE	Manaus (AM)
NORDESTE	Recife (PE)
CENTRO-OESTE	Brasília (DF)
SUDESTE	Rio de Janeiro (RJ)
SUL	Porto Alegre (RS)

Quadro 4: Centros de Distribuição dos Estoques Estratégicos para Assistência Humanitária
Fonte: SEDEC/MI (2014)

Observe na Figura 6 o fluxo para solicitação e distribuição dos Estoques Estratégicos:

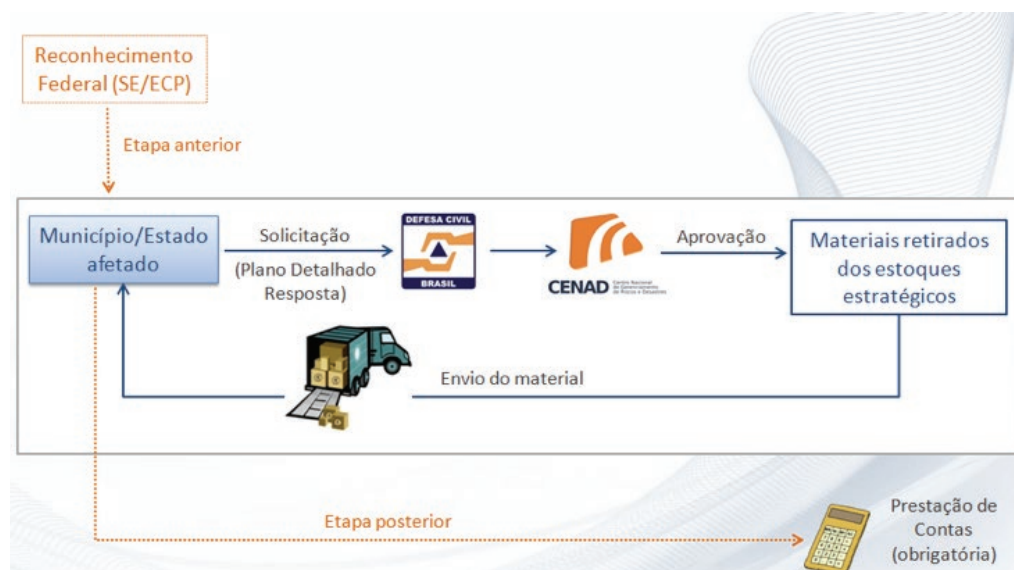


Figura 6: Fluxo de solicitação e distribuição de materiais dos estoques estratégicos da SEDEC/MI

Fonte: CENAD (2014)

A prestação de contas dos *Kits* Emergenciais de Assistência Humanitária deve ser enviada em **até 30 dias após o recebimento do material**.

Dessa forma, são necessários os seguintes documentos para conclusão do processo:

- Plano de Detalhado de Resposta com Formulário RM (formulário de solicitação de Recursos Materiais);
- Termo de Compromisso (se o Plano Detalhado de Resposta for enviado, o Termo de Compromisso estará contemplado no documento);
- Termo de Recebimento Definitivo;
- Relatório Fotográfico;
- Relação de Beneficiários (planilha); e
- Parecer Técnico.

Saiba que você terá acesso a informações mais completas sobre solicitação de recursos federais na Unidade 6 deste curso.

O Plano de Contingência para a Resposta

Na gestão de um desastre, o princípio fundamental que direciona todo o trabalho operacional é o planejamento. Por meio dele ocorre toda a organização do ambiente de trabalho e o direcionamento dos recursos operacionais. Sem ele, a chance de fracasso no momento da resposta ao desastre é grande.

O Plano de **Contingência** é uma ferramenta fundamental para balizar as ações de resposta. Ele deve ser elaborado em conjunto com os órgãos que atuam de forma direta e indireta na resposta às emergências, prevendo as ações a serem realizadas na ocorrência de um desastre.

O Plano de Contingência é citado como o planejamento tático, que é elaborado a partir de uma determinada hipótese de desastre. Podemos citar hipóteses de desastres como deslizamentos, inundações bruscas, seca, incêndio florestal, desastres relacionados a transporte de produtos perigosos, colapso em edificações, entre outras descritas na Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE), prevista na **Instrução n. 1, de 24 de agosto de 2012**.

Esses planos resultam, preliminarmente, da análise de riscos, e tratam da primeira etapa para o planejamento operacional de uma situação de desastre. Assim, o Plano de Contingência é o documento planejado, elaborado a partir de estudos de uma determinada hipótese de desastre, e resultante de uma análise de riscos. Ele deve ser elaborado com antecipação, previamente à situação crítica, com a discriminação de ações comuns a cada órgão, entidade ou indivíduo.

O Plano de Contingência deve ser elaborado com grande antecipação, para atingir a finalidade de se tornar o instrumento norteador das ações de monitoramento dos riscos e da resposta a desastres. Além disso, o plano determinará, em linhas gerais, os diversos aspectos, como localização e organização de abrigos, estrutura de socorro às vítimas, procedimentos de evacuação e coleta de donativos, entre outros recursos citados anteriormente, ou seja, vai desenvolver todo o gerenciamento do desastre.

Contingência: é a situação de incerteza quanto a um determinado evento, fenômeno ou acidente, que pode se concretizar ou não, durante um período de tempo determinado. Fonte: Castro (1999, p. 3).

Esta Instrução está disponível em: <http://www.defesacivil.pr.gov.br/arquivos/File/publicacoes/InstrucaoNormativa24082012.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2013.

Ressaltamos que o Plano de Contingência pode ser elaborado para integrar outros planos desenvolvidos por órgãos ou empresas, tanto da esfera federal, estadual ou municipal.

Acesse as orientações para elaboração do Plano de Contingência em: <<http://www.mi.gov.br/orientacoes-para-elaboracao-de-um-plano-de-contingencia>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

Em relação à forma do **Plano de Contingência**, há diversas possibilidades, a SEDEC elaborou um modelo do Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLANCON, 2012) salientamos que o padrão não deve limitar a ação do planejador, pois ele deve apenas segui-lo como orientação procurando sempre adequar o plano à realidade específica e às características da região.

O primeiro passo na construção de um plano é a realização do diagnóstico, conforme comentado anteriormente, pois, é por meio dos dados gerais do Município coletados, alinhados com as informações sobre desastres e suas análises, que é possível construir o quadro baseado na situação e ter o aprofundamento no cenário de risco.

Veja a seguir alguns itens importantes para todo o planejamento:

- **a identificação;**
- **a articulação; e**
- **a definição da atribuição dos atores intersetoriais e dos não governamentais.**

É importante verificar quem pode contribuir com o Plano de Contingência. Devemos listar os órgãos setoriais (todas as Secretarias do Município com capacidade de apoio, considerando a sua *expertise*, os recursos humanos e logísticos).

Expertise: perícia, avaliação ou comprovação realizada por experto. Fonte: Ferreira (2010).

Em seguida, devemos avaliar os órgãos do Estado e da União com sede na localidade ou na circunvizinhança com atuação regional. Além dos órgãos, as entidades de apoio são fundamentais, portanto, devemos mobilizá-las para participarem de todo o processo decisório, com análise das variáveis e para o estabelecimento de objetivos e de estratégias, pontos norteadores de todas as ações operacionais.

Os representantes da comunidade, os líderes comunitários e os presidentes dos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil, sobretudo aqueles que representam pessoas que residem em áreas de risco, devem ser convidados para participar do processo. Isso dará transparência e estabelecerá um vínculo forte de confiança e respeito entre o poder público e a comunidade.

Observe que a participação de representantes da comunidade legitima a ação do poder público, pois a construção do plano é feita em várias mãos e o sucesso dependerá do envolvimento e da dedicação de todos.

A mobilização dessas entidades deve ser realizada por ofício em nome do prefeito e de preferência deve ser entregue pessoalmente pelo Coordenador, já que nessa oportunidade, ele já começará a estabelecer um diálogo com os órgãos e entidades envolvidas na elaboração e execução do plano.

A reunião inicial deve ser rápida, entre uma hora e uma hora e meia, em local que comporte confortavelmente a todos. É preciso seguir fielmente a pauta confeccionada previamente e divulgada no convite, evitando, assim, as divagações.

Sugerimos como ferramenta de envolvimento a apresentação do diagnóstico, descrevendo a situação do Município e o cenário de risco. Depois é recomendado destinar um tempo adequado para que cada instituição se manifeste quanto ao seu portfólio de serviços, os quais podem ser utilizados na resposta ao potencial desastre a ser enfrentado. Além disso, é possível discutir sobre outros recursos disponíveis, além dos pré-cadastrados pelo órgão de Proteção e Defesa Civil.

Observe que neste momento começa a identificação, articulação, a definição e atribuições dos atores, baseando-se nas previsões legais de missões e responsabilidades de cada agência participante.

Um secretário escolhido passará a lista de presença, fará o **registro** das principais colocações e, no final, o Coordenador se comprometerá a confeccionar uma matriz de responsabilidades, com relação ao potencial operacional de cada agência oferecido por colaboração e suas atribuições, baseando-se na legislação própria de cada um. Sugerimos, ainda, que na oportunidade o Coordenador solicite que cada instituição indique pelo menos um servidor para realizar um Curso Básico de Proteção e Defesa Civil que é oferecido, normalmente, pelos Estados, Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil e pelas Universidades, nas modalidades: presencial ou a distância. Tal medida permitirá agregar com maior facilidade ainda os representantes.

Na **segunda reunião** já é possível apresentar a matriz construída e se iniciam discussões operacionais como posicionamento do Posto de Comando e organização do local do desastre, mecanismos de acionamento dos órgãos e entidades, locais adequados para abrigos e hospitais referências, Instituto Médico Legal, entre outros assuntos.

A base para nortear e definir as ações de cada agência deve ser o contraponto existente entre as características específicas de cada ente e a sequência lógica de resposta aos desastres que será descrita a seguir.

O Monitoramento, o Alerta e o Alarme

O monitoramento visa acompanhar a evolução dos eventos adversos causadores do desastre, sendo executado anteriormente ao seu impacto catastrófico, ou seja, o momento da sua intensidade máxima. Dependendo do tempo antecedente de previsibilidade, o monitoramento possibilita a retirada de pessoas, de animais e até mesmo facilita o resgate de bens da área a ser atingida.

Como exemplo, sugerimos algumas técnicas para monitoramento de inundações e de deslizamentos:

- Instalação de pluviômetros para acompanhar o volume (mm) de água da chuva.
- Estabelecimento de parcerias com empresas ou órgãos de previsão meteorológica, bem como o acesso constante dos *sites* para acompanhamento diuturno das mudanças do tempo.
- Instalação de medidores ou réguas em pontos dos principais cursos d'água, para acompanhamento das cheias.
- Realização de vistorias em áreas de risco de deslizamento para acompanhamento da movimentação do solo, como o surgimento de rachaduras, degraus de abatimento e movimentações.
- Avaliação do escoamento de água pluvial, dos sistemas de drenagem e a sua **percolação** nos solos.
- Avaliação do nível de assoreamento dos cursos d'água.
- Envolvimento dos membros dos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil na observação antecipada de alterações surgidas nas residências das áreas vulneráveis,

Percolação: operação de passar um líquido através de um meio para filtrá-lo ou extrair substâncias desse meio.
Fonte: Ferreira (2010).

como trincas e movimentações do terreno para acionamento de técnico especializado.

Dentre as vantagens de prever a ocorrência de um desastre, destacamos a redução da surpresa, permitindo a mobilização antecipada de profissionais e voluntários que farão a preparação dos recursos operacionais de resposta, socorro, assistência à população e reabilitação do cenário, principalmente com o restabelecimento dos serviços essenciais, como por exemplo:

- ambulâncias;
- caminhões;
- equipamentos de busca e salvamento;
- barcos; e
- hospitais.

No momento do alerta já podemos organizar o **Posto de Comando**, ou seja, o local onde estarão presentes os gestores com poder de decisão e os representantes dos principais órgãos e instituições envolvidos. Podemos, também, mobilizar o plano de comunicações para atender ao desastre.

É possível, ainda, permitir o aporte de recursos de outras localidades que podem ser remanejados e mobilizados para auxiliar a região a ser atingida.

Após a observação e a constatação do perigo ocorre um “Alerta” que pode ser um telefonema, mensagem por SMS, *e-mail* e uso da imprensa, para avisar órgãos e entidades envolvidas na preparação e resposta sobre o risco da ocorrência de um desastre.

Já o “Alarme” deve ser emitido quando existe uma grande possibilidade de ocorrer um desastre. Ele pode ser um sinal emitido por meio de sirene, megafone, sirene de viaturas de emergência, sino de igreja, mensageiro da comunidade. É fundamental que o alarme seja de conhecimento da população e tenha sido selecionado de forma partilhada com os seus membros para que reconheçam o sinal, atendam e se preparem para a emergência. Destacamos, por exemplo, o papel das sirenes de alta potência que podem ser ouvidas por uma comunidade inteira.

Sobre Posto de Comando e Sistema de Comando em Operações veremos Unidade 3.

Lembre-se da orientação de que o Plano de Contingência deve ser elaborado com a participação das lideranças comunitárias.

Parametrizados: de parametrizar, descrever ou representar em termos de parâmetro. Fonte: Aulete (2014).

Uma dúvida comum entre os agentes de Proteção e de Defesa Civil é identificar o momento em que o sinal deve ser emitido. Para que isso não se torne um problema político, alguns acordos e esclarecimentos podem ser feitos com a comunidade, negociando, por exemplo, a emissão de sinais gradativos:

- sinal de alerta;
- sinal de alarme;
- sinal de evacuação.

Devemos ter clareza, contudo, que o alarme precisa ser emitido na iminência do evento perigoso. Cabe ressaltar, que tanto os alertas como os alarmes devem ser parametrizados com referências quantitativas sempre que possível.

Observe os exemplos:

- Quando o rio Chapecó atingir 3,50 metros na régua de medição n. 2 ocorrerá o alerta, ao passar dos 3,90 m, está muito próximo da cota de transbordamento, conseqüentemente terá inundação, ocorrendo assim o alarme.
- Quando chover 50 mm em duas horas, será realizado o alerta para a comunidade residente em uma encosta vulnerável a escorregamento, ao passar de 70 mm já ocorrerá o alarme, pois o risco de iniciar o escorregamento é muito alto.

As situações de alerta e de alarme permitem aos gestores dos desastres mobilizarem antecipadamente os recursos operacionais e as equipes técnicas necessárias para a resposta no menor tempo possível.

Preparação para a Resposta

A resposta a desastres ocorre imediatamente após a ocorrência do desastre e normalmente segue uma sequência lógica de ações que podem balizar o planejamento e a execução do Plano de Contingência, sendo agrupadas, conforme você observou na figura sobre o Ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil em: ações de socorro, assistências às comunidades atingidas e reabilitação do cenário com o restabelecimento dos serviços essenciais.

As ações de socorro se iniciam com o diagnóstico preliminar das conseqüências provocadas pelo desastre e a avaliação dos riscos

Não se preocupe, estes temas serão tratados com mais detalhes nas Unidades seguintes.

para as agências que trabalharão na resposta. Em seguida, é preciso instalar o Sistema de Comando em Operações, organizando o local e identificando as zonas de segurança para o trabalho, minimizando os riscos.

De acordo com Brasil (2010), as ações de socorro compreendem busca e salvamento; primeiros socorros e atendimento pré-hospitalar; atendimento médico e cirúrgico de urgência e evacuação. Em seguida ocorrem as ações de assistência, por meio das quais se proporciona o resgate da dignidade humana.

Primeiramente, devemos realizar o cadastramento, a triagem socioeconômica e, em seguida, o encaminhamento para o abrigo ou para o programa habitacional social.

Veja bem, a assistência visa suprir as necessidades básicas da pessoa afetada, como: alimentação, local para dormir, higiene e descanso, roupas, atendimento psicológico, entre outros.

A organização de campanhas de donativos também ocorre neste momento, mas é preciso realizar o levantamento das necessidades de doação. Na ocorrência de desastres, é muito comum que os serviços essenciais sejam atingidos, deixando a comunidade carente com relação ao atendimento primário de suas necessidades. Os serviços mais afetados normalmente são:

- abastecimento de água;
- sistema de esgoto;
- coleta de lixo;
- transporte; e
- acessos em suas diversas modalidades.

Considerando ainda a estabilização do desastre e da recuperação da área atingida, naturalmente ocorre a desmobilização, que deve ser planejada, já que a retirada dos recursos deve ocorrer de forma progressiva no cenário de um desastre. Tal medida serve para evitar que haja uma saída abrupta ao menor sinal de estabilização, sob pena de comprometimento de toda a operação.

Todas essas ações de resposta, que serão apresentadas detalhadamente nas Unidades a seguir, devem ser previamente

preparadas antes da iminência do desastre, por isso, elas devem ser pensadas na preparação para:

- as estratégias de mobilização de recursos humanos e materiais;
- as **ações que serão adotadas em cada cenário de risco**; e
- os planos de socorro, assistência e reabilitação que serão utilizados, entre outros.

Lembre-se de que o Plano de Contingência é a ferramenta de planejamento por meio da qual é possível organizar todas essas ações antecipadamente.

Plano de Contingência

Lembre-se de que já disponibilizamos um *link* para você saber mais sobre o PLANCON.

O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (**PLANCON**) é um documento formal, um protocolo concebido para atuação em desastres. O PLANCON é importante por ser o resultado de um processo de planejamento, envolvendo as atividades apresentadas nesta Unidade. Para ser eficaz, o plano deve contar com a participação dos órgãos e das instituições que irão executá-lo em caso de desastre.

O Plano de Contingência é elaborado a partir de uma hipótese de desastre (ou seja, um cenário) e visa direcionar as ações das entidades envolvidas de forma articulada, como na sua interoperabilidade, evitando as lacunas na disposição de recursos ou a sua sobreposição.

O plano deve ser elaborado a partir das seguintes prioridades: preservar a vida, proteger o meio ambiente e os sistemas coletivos e, por último, as propriedades, considerando a importância dos bens tutelados pela nossa legislação vigente.

Por meio da análise do diagnóstico efetuado, do direcionamento das prioridades e das contribuições das entidades, são estabelecidos os **objetivos globais** para o gerenciamento do desastre, que será, então, o objeto do plano. Os objetivos gerais delineados pela equipe nortearão todo o trabalho operacional. Os objetivos institucionais devem se pautar na base desenvolvida, esta é uma forma de administração por objetivos.

Os objetivos devem ser amplos para a operação, evitando-se, neste momento, considerar o interesse de determinado órgão ou instituição.

Os objetivos devem ser claros, mensuráveis e atingíveis. Sempre que possível devem ser quantificados em relação ao desempenho, pois se tornam metas para os envolvidos e podem ser aferidos em relação ao sucesso das ações. O objetivo traz em seu bojo o resultado futuro esperado, o que se deseja alcançar com as ações operacionais desenvolvidas. Normalmente, por representar uma ação real, ele é iniciado por um verbo no infinitivo, como por exemplo, estes:

- alertar e conscientizar a população sobre o risco;
- desobstruir o acesso ao Município pela Rodovia Principal; e
- limpar a área contaminada.

Cada objetivo ou a sua quantificação (meta) deve gerar estratégias para o seu cumprimento. A **ação estratégica** explica como alcançar o resultado almejado pelo objetivo e qual a maneira de emprego dos recursos produziria os resultados esperados nos objetivos. Veja a seguir os exemplos de estratégias:

- a confecção de 40.000 cartilhas informativas e sua distribuição para a população vulnerável;
- a criação de uma força tarefa composta por maquinário pesado da prefeitura e por caminhões do Departamento Estadual de Gestão das Estradas para realizar a retirada das barreiras e do cascalhamento das áreas com presença de lama;
- a organização de duas equipes para a busca e recolhimento a pé de frascos de óleo espalhados às margens do curso d'água.

Para cada estratégia desenvolvida, devemos inferir uma ou mais táticas, que são ações particulares a serem desenvolvidas por cada equipe operacional, ou seja, as tarefas a serem executadas. Nesse momento, a ação deve ser detalhada de modo que o executor não tenha dúvidas quanto ao seu cumprimento.

As táticas respondem às seguintes perguntas: o quê? (ação a ser executada) Quem? (recursos) Onde? (definição do local) Quando? (o momento) e Recursos adicionais? (quando for o caso).

Apresentamos, a seguir, a matriz de responsabilidades para cada etapa da resposta:

N.	O quê?	Quem?	Onde?	Quando?
1	Socorrer feridos	04 Resgate BM 03 SAMU	Vila Alpina	Imediatamente
2	Abrigar atingidos	05 Técnicos SMAS 08 funcionários da SME	Abrigo Norte Abrigo E. E. Jorge Silva	Após a retirada das pessoas das áreas de risco
3	Desobstruir estradas	03 tratores DER	Estradas rurais obstruídas ou danificadas que impeçam a passagem de pessoas e o escoamento da produção	Concomitante com a limpeza das áreas afetadas
4	Limpar áreas afetadas	05 tratores da SMO 08 caminhões Pipa DER 02 caminhões hidrojatos	Ruas com lama acumulada	Após vistoria de segurança e retirada das pessoas
5	Distribuir <i>kit</i> limpeza	10 funcionários SMS	Almoxarifado da Prefeitura – Rua Manoel Dantas, n. 15, Centro.	Após a limpeza pesada

Quadro 5: Exemplificação de táticas

Fonte: Elaborado pelos autores deste material

Os complementos para a construção do Plano de Contingência devem ser referenciados em suas diretrizes, visando criar protocolos padrões necessários para que haja o compromisso dos órgãos e das entidades que atuarão na resposta ao desastre. O Plano de Contingência deve ser elaborado observando os seguintes tópicos:

- **Introdução:** definir a apresentação do plano e o detalhamento formal de sua aprovação, incluindo a assinatura de cada representante dos órgãos e instituições envolvidas, uma vez que se reafirma a responsabilidade institucional de cada um em seu cumprimento. Considerando a necessidade de atualização, é preciso registrar as versões de cada mudança. O controle de cópias distribuídas com recibo de recebimento também é importante para comprovar a sua difusão. Por fim, é preciso construir o sumário com o detalhamento dos assuntos, sua página de referência e as instruções de uso e de manutenção do plano.
- **Finalidade:** descrição do objetivo do plano, ou seja, o que se deseja com a implantação do plano.

- **Situação e pressupostos:** apresenta o resumo das informações do Município, os cenários de riscos e a caracterização do evento que pode causar um desastre.
- **Operações:** trata-se de um modelo que orienta como definir o início do plano, como será ativado, dentro dos padrões de monitoramento, de alerta e de alarme definidos para cada desastre, incluindo a autoridade para a ativação e os procedimentos para início e a desmobilização dos recursos progressivamente. O desenvolvimento do plano ocorre neste tópico, no qual são detalhadas as atividades desenvolvidas nas ações de socorro, assistência e reabilitação do cenário.
- **Coordenação, comando e controle:** aqui é sugerida a implementação do Sistema de Comando em Operações (SCO) como ferramenta de gestão padronizada para integrar os órgãos na resposta ao desastre, exemplificando as principais funções à disposição do comando para serem ativadas no auxílio da gestão operacional.
- **Anexos:** findando o Plano de Contingência devemos anexar aquelas informações que podem auxiliar a coordenação, como relação dos abrigos, situação dos recursos, capacidade dos hospitais, relação dos contatos, mapas ou croquis.

O Plano deve ser revisado anualmente e atualizado constantemente. De acordo com a **Lei n. 12.340**, de 1º de dezembro de 2010, o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil será submetido à avaliação e à prestação de contas anual, por meio de audiência pública, com ampla divulgação.

Verificamos, dessa forma, que todos os passos das ações de preparação norteiam o planejamento e são coroados com a construção de um plano aplicável e condizente com a realidade do desastre e da gestão efetiva dos recursos disponíveis para a sua minimização.

Simulado

Os simulados de preparação para desastres se caracterizam como exercícios práticos que implicam na mobilização de recursos humanos e materiais para avaliar, em tempo real, as ações de

A Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de resposta e recuperação nas áreas atingidas por desastre e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas; e dá outras providências.

preparação e resposta a desastres que se iniciam com o alerta e se encerram com a desmobilização dos recursos.

Além desse caráter de avaliação preliminar, o simulado possui a principal função de ser uma etapa de aprendizagem para todos os envolvidos (órgãos, entidades e moradores), visando otimizar as ações de preparação dos envolvidos. É uma grande oportunidade para as pessoas se conhecerem e aprenderem a trabalhar em equipe, superando as vaidades e os conflitos muito comuns em situações de grande estresse.

Observe que o norteador dos simulados é a definição, por parte da equipe de planejamento, dos objetivos que deseja alcançar, de forma clara, tangível e mensurável.

A SEDEC incentiva e apoia Estados e Municípios a realizarem simulados de preparação para desastres, envolvendo os órgãos relacionados à resposta a emergências, parceiros e empresas. A simulação pode ocorrer com mapas e por meio de deslocamentos de recursos, podendo evoluir de forma gradual.

Dessa forma, sugerimos as seguintes modalidades:

- **Simulação de acionamentos:** é ligar para todos os contatos dos órgãos e entidades envolvidas, avaliando se o número está correto, se o atendente conhece o Plano de Contingência, se sabe as medidas que deveria adotar. Nessa modalidade não há deslocamentos reais de recursos.
- **Simulado de mesa:** por meio de recursos didáticos como mapas das áreas de risco ou, por exemplo, veículos de brinquedo dispostos em uma grande mesa, os representantes ficam em volta e simulam os deslocamentos e os posicionamentos de segurança e estratégicos dos recursos. Essa modalidade permite uma visão sistêmica de toda operação de resposta e a percepção da ocupação das áreas críticas e dos requisitos de segurança para as equipes.
- **Simulado interno:** nesse caso, é preciso apresentar um estudo de caso real ou hipotético para a equipe de resposta e, assim, avaliar a organização das informações e o desenvolvimento do plano de ação e organização estrutural e de controle de recursos da operação.
- **Simulado externo:** é preciso mobilizar a comunidade, treiná-la para evacuação das áreas de risco e para o

Este simulado é uma oportunidade para monitorar e cadastrar os aspectos peculiares de cada região, como pessoas enfermas e com mobilidade reduzida, relevo acidentado e de difícil locomoção.

deslocamento das equipes de resposta ao desastre e de gerenciamento propriamente dita de um desastre como se realmente ocorresse. Uma grande preocupação são as cautelas de segurança, uma vez que acidentes reais podem acontecer durante a realização.

Alguns processos para execução de simulados externos serão apresentados na Unidade 7.

Em todas as modalidades é importante escolher pessoas para tecnicamente apontar aspectos positivos e os que podem melhorar, que serão alvo de discussões na reunião pós-simulação. Essa reunião é fundamental para a captação de informações e melhoria dos planejamentos futuros. Para essa atividade sugerimos o envolvimento de Municípios vizinhos visando o fortalecimento de uma rede de colaboração em nível regional, com foco na preparação para desastres.

Voltando para o nosso assunto, os aspectos fundamentais que devem ser observados são:

- O entendimento quanto à particularização do desastre dentro da realidade de cada localidade atingida, permitindo aos moradores amadurecerem sua percepção quanto aos riscos e às áreas vulneráveis de sua localidade de atuação.
- O treinamento para o uso de ferramentas de gestão de risco e gerenciamento de desastre. A ferramenta Sistema de Comando em Operações (SCO) tem se tornado uma referência para os órgãos de Proteção e Defesa Civil.
- O alerta para a mobilização dos moradores de áreas de risco. É importante incentivar o envolvimento dessas pessoas.

O simulado ainda permite uma preparação de todos os recursos humanos envolvidos para mitigar as consequências dos desastres, principalmente os danos humanos. Podemos tornar mais efetiva as ações de Assistência Humanitária, inclusive mobilização logística e escolha de itens para composição dos *kits* emergenciais pessoais e institucionais. O simulado é uma aula de proteção e defesa civil em caso de calamidades e situações de emergência.

Capacitação dos Agentes e das Comunidades

Para realizar a capacitação dos agentes e da comunidade, conseqüentemente articular a rede de Proteção e Defesa Civil, o gestor deve considerar as dimensões de proteção pública, proteção comunitária e autoproteção.

As ações de proteção pública são aquelas direcionadas aos Municípios e aos Estados, por meio de programas de governo, de projetos aliados a cada um deles e de capacitação dos agentes de Proteção e Defesa Civil, preparando-os para atuar junto à comunidade e na aquisição de recursos ligados à proteção.

Observe que a proteção comunitária é aquela feita para as organizações não governamentais e para a própria comunidade, buscando a gestão integrada de riscos, a conscientização coletiva sobre a importância da redução de risco e as medidas a serem adotadas em casos de desastres.

O mais importante dos aspectos é a autoproteção, que consiste no desenvolvimento da consciência do indivíduo para realizar medidas para sua proteção e da própria família.

Na Figura 7, você pode observar as três dimensões que devem estar envolvidas na capacidade de Proteção em Defesa Civil, implicando na corresponsabilidade entre as partes para manutenção da segurança e do bem-estar:



Figura 7: Dimensões da capacidade de Proteção em Defesa Civil
Fonte: Adaptada de Hideki (2013)

Quando essas três dimensões exercem a cooperação mútua, é possível alcançar uma sociedade colaborativa, proativa e mais resiliente para o enfrentamento dos desastres.

Diante desse cenário, a capacitação é uma ferramenta de preparação muito efetiva para a Proteção e Defesa Civil. Nesse caso, é preciso incentivar a criação e a participação em projetos de capacitação, possibilitando a ampliação da percepção de risco dos indivíduos e estimulando a cooperação para tornar sua comunidade mais segura.

Devemos criar uma rede protetora com atores de todas as áreas e setores: públicas, privadas, terceiro setor, inclusive o próprio cidadão, pois é ele quem realiza as primeiras ações de resposta até a chegada efetiva e a **mobilização** de todas as entidades de apoio.

Vários recursos podem ser usados como estratégias para preparar a comunidade para atuar na gestão de riscos e na resposta a desastres, incentivando a realização de projetos locais de capacitação para a prevenção, preparação e resposta.

Previsão Orçamentária e Financeira

A realidade dos Municípios brasileiros em relação à previsão orçamentária e financeira é bem diversificada. Há poucos Municípios que fazem previsão de recursos orçamentários para ações de Proteção e Defesa Civil; a maioria não possui orçamento próprio, sobretudo os Municípios pequenos com número inferior a 10.000 habitantes e aqueles que não possuem uma frequência significativa de desastres. Há, ainda, os que possuem recursos mínimos e não conseguem executá-los.

A previsão orçamentária de um órgão de Proteção e Defesa Civil deve ser customizada, ou seja, atender às demandas existentes na localidade a ser protegida. O investimento prioritário deve estar direcionado enfaticamente para as ações de prevenção, de mitigação e de preparação para desastres, destacando a realização de:

- cursos de capacitação, seminários e eventos;
- confecção de peças educativas;
- estruturação mínima das atividades fundamentais como mapeamento de risco, sistema de monitoramento, alerta e alarme; e

Sobre Mobilização Social para Redução de Riscos de Desastres, consulte: <http://www.ceped.ufsc.br/sites/default/files/projetos/Edicao_28_Caderno.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2013.

Sobre Mobilização Comunitária e Comunicação de Riscos de Desastres, consulte: <http://www.ceped.ufsc.br/sites/default/files/projetos/mobilizacao_comunitaria_e_comunicacao_de_risco_0.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2013.

- vistorias e atendimento de ocorrências.

Para as ações de resposta, devemos direcionar o recurso para a aquisição de um estoque mínimo de Assistência Humanitária a ser empregado em caso de desastres. O planejamento orçamentário do Órgão Municipal de Proteção e Defesa Civil é inserido na Lei Orçamentária Anual e deve estar em sintonia com o Plano Diretor de Proteção e Defesa Civil, ou Plano Municipal de Redução de Riscos de Desastres, que descreve as principais ações a serem realizadas a longo prazo.

Além dos recursos de capital, é necessária a previsão do custeio, como combustível, peças de reposição, material de escritório, entre outros.

Como dito anteriormente, a maioria dos órgãos de Proteção e Defesa Civil não possui orçamento próprio ou um recurso mínimo para a atividade. Esses órgãos utilizam, contudo, o recurso orçamentário de outras secretarias do Município, como por exemplo:

- realização de obras de contenção de encostas pela Secretaria de Obras;
- dragagem de rios pela Secretaria de Meio Ambiente;
- compra de carros e equipamentos pela Secretaria de Defesa Social, entre outros.

Neste caso, um planejamento conjunto e um bom relacionamento intersetorial podem ser efetivos no emprego racional de recursos para ações de Proteção e Defesa Civil, mesmo que executados por outros setores.

Lembre-se do lema: a Defesa Civil somos todos nós.

Outra possibilidade é a previsão de um fundo de calamidade, por isso, salientamos a importância de uma previsão legal da origem de recursos, ligados a um percentual em determinada taxa, por exemplo. Caso contrário, o fundo já nasce sem ter recursos. Há alguns casos de fundos criados há mais de 30 anos que nunca foram utilizados para a sua finalidade.

Por fim, sabemos que os recursos são escassos e devem ser empregados racionalmente nas atividades mais importantes e que gerem os maiores benefícios e aumentem a resiliência da população vulnerável.

Saiba que a recente Medida Provisória n. 631, de 24 de dezembro de 2013, dispõe, além de outros aspectos, sobre Fundo Especial para Calamidades Públicas. A medida provisória está disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Mpv/mpv631.htm> Acesso em: 12 mar. 2014

Convênios e Acordos de Cooperação

A função de proteção da comunidade não pode ser exercida por apenas um órgão ou instituição, ela ocorre a partir da sucessão de esforços coordenados em sinergia, multiplicando forças de órgãos públicos, entidades não governamentais, empresas privadas, voluntários, escolas e universidades.

Os vínculos criados não podem ter apenas um caráter pessoal, mas devem ser fortalecidos institucionalmente. Nesse sentido, há a possibilidade de estabelecer vários mecanismos de comprometimento, produzindo, inclusive, corresponsabilidades entre as partes, por meio de convênios e de acordos de cooperação. A Portaria Interministerial MPOG/MF/n. 507, de 24 de novembro de 2011, traz a seguinte definição para convênio:

Convênio – acordo ou ajuste que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, do Distrito Federal ou municipal, direta ou indireta, consórcios públicos, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando à execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação. (BRASIL, 2008, art. 1º, § 2º, alínea VI)

Devemos observar, pelo conceito apresentado, que o convênio, sem fins lucrativos, é baseado na colaboração entre os conveniados para cumprir um interesse comum previsto no programa de governo. Pode ser celebrado entre órgãos das três esferas de governo ou entre órgãos e entidades privadas sem fins lucrativos.

O convênio gera um comprometimento entre as partes para repasse de determinada quantia de recursos para execução dos objetivos comuns.

De acordo com a **Portaria Interministerial MPOG/MF n. 507**, de 24 de novembro de 2011, Termo de Cooperação é o instrumento por meio do qual é ajustada a transferência de crédito de órgão ou entidade da Administração Pública Federal para outro órgão federal da mesma natureza ou autarquia, fundação pública ou empresa estatal dependente.

No artigo 89 desta Portaria, podemos ler o seguinte: Os termos de cooperação serão regulados na forma do artigo 18 do Decreto n. 6.170, de 25 de julho de 2007.

O Termo de Cooperação é um documento que prevê o repasse de créditos de um órgão da administração pública para outro da mesma natureza, podendo ser autarquia, fundação pública ou empresa estatal.

Já no Acordo de Cooperação Técnica não ocorre um repasse voluntário de recursos, ou seja, não há transferência de recursos, mas apenas uma cooperação técnica, administrativa ou operacional.

A legislação federal que disciplina convênios e contratos é ampla, mas a seguir apresentamos as principais referências para que você possa se aprofundar no tema:

- **Lei de Responsabilidade Fiscal** (Lei Complementar n. 101/2000)
- **Lei de Licitações e Contratos Administrativos** (Lei n. 8.666/1993)
- **Leis de Diretrizes Orçamentárias** (Lei n. 11.768/2008, LDO)
- **Decreto n. 6.170/2007** (Dispõe sobre normas relativas às transferências de recursos da União mediante Convênios).
- Decreto n. 8.180, de 30 de dezembro de 2013;
- Portaria Conjunta n. 8, de 7 de novembro de 2012;
- **Portaria Interministerial n. 507/2011;**
- Decreto n. 6.170/2007;
- Portaria MI n. 714, de 6 de setembro de 2006.

Resumo...

Nesta Unidade, você obteve informações sobre as ações relacionadas à etapa de preparação no Ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil. Além do cadastramento, da aquisição, da mobilização e da desmobilização dos recursos logísticos, humanos e materiais, você aprendeu também como elaborar convênios e acordos de cooperação; e quais os aspectos relevantes para desenvolver o Plano de Contingência em seu Município.

Lei de Responsabilidade Fiscal: disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 19 jun. 2013.

Lei de Licitações e Contratos Administrativos: disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 19 jun. 2013.

Leis de Diretrizes Orçamentárias: disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/L11768.htm>. Acesso em: 19 jun. 2013.

Decreto n. 6.170/2007: disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6170.htm>. Acesso em: 19 jun. 2013.

Portaria Interministerial n. 507/2011 disponível em: <http://goo.gl/pjO9JD>>. Acesso em: 26 mar. 2014

Muito bem, concluímos mais uma Unidade. Lembre-se de que você pode procurar seu tutor sempre que desejar, então, se precisar de ajuda, não hesite em entrar em contato, pois ele está ansioso para falar com você!

Complementando...

Conheça o modelo do Termo de Execução Descentralizada apresentado a seguir:

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº XX

I – Identificação *(Título/Objeto)*

Título:

Objetivo:

II – UG/Gestão Repassadora e UG/Gestão Receptora

UG/Gestão Repassadora:
UG/Gestão Favorecida:
UG/Gestão Receptora:

III – Justificativa *(Motivação/Clientela/Cronograma físico)*

IV – Relação entre as Partes *(Descrição e Prestação de Contas das Atividades)*

V – Previsão Orçamentária *(Detalhamento Orçamentário com Previsão de Desembolso)*

Programa de trabalho/Projeto atividade	Fonte	Natureza da Despesa	Valor (R\$ 1,00)

VI – Data e Assinatura

Brasília/DF, XX de XXXXXX de 2014.

Assinatura
Cargo

Assinatura
Cargo

Atividades de aprendizagem

Agora, vá até o Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA) e realize as atividades. Sua participação é muito importante!

UNIDADE 3



Objetivos de aprendizagem

Após a leitura desta Unidade, você deverá ser capaz de:

- Identificar as ações correspondentes à etapa de resposta a desastres, com foco em Socorro e Assistência às pessoas afetadas por desastres;
- Reconhecer de que forma acionar os órgãos e as agências necessárias para a gestão do desastre;
- Obter informações sobre o funcionamento do Sistema de Comando em Operações e como ativá-lo;
- Identificar as ações relevantes para a gestão de abrigos provisórios e a atenção a grupos vulneráveis em situação de emergência ou desastre.

Ações de Socorro e Assistência às Pessoas Afetadas – Contextualização e Principais Conceitos

Olá estudante,
Vamos iniciar a Unidade 3 deste curso. A seguir vamos entender quais são as ações de socorro e como podemos dar assistência às pessoas afetadas. Todo esse processo será contextualizado para que você se torne um excelente Agente de Proteção e Defesa Civil. Então, vamos ao trabalho!

O que Define as Ações de Socorro e Assistência?

Nesta Unidade serão apresentados os aspectos relacionados à resposta em situações de desastres. A resposta a desastres, que envolve ações de socorro e de assistência, se caracteriza pela prestação de serviços de emergência e de assistência pública durante, imediatamente ou após a ocorrência de um desastre, com o propósito de salvar vidas, reduzir impactos sobre a saúde, garantir a segurança pública e satisfazer necessidades básicas de subsistência da população afetada.

As ações de socorro e de assistência, como as ações de preparação, apenas terão eficiência e eficácia na medida em que forem organizadas com as demais ações que envolvem a gestão de riscos e o gerenciamento de desastres, incluindo a elaboração dos planos de contingência e a realização dos simulados de preparação para desastres.

Fundamentalmente, os Órgãos de Proteção e Defesa Civil devem implementar um Programa de Preparação para Emergências e Desastres, que tem como objetivo a otimização do gerenciamento dessas situações.

Lembre-se de que, em linhas gerais, as ações de prevenção de desastres englobam medidas adotadas com antecedência para evitar a instalação de situações de risco, inclusive por meio de ações de planejamento e gestão territorial. As ações de mitigação são aquelas destinadas a diminuir ou a limitar a configuração de situação de risco. As ações de preparação são medidas anteriores ao desastre destinadas a minimizar seus efeitos e a otimizar as ações de resposta e de recuperação.

As ações de resposta visam à provisão de serviços de socorro, assistência e reabilitação dos cenários, incluindo o restabelecimento dos serviços essenciais, durante ou após um desastre. Já as ações de recuperação visam à reabilitação da infraestrutura, do meio ambiente, da economia e da saúde da comunidade atingida por desastre, tendo como foco evitar a instalação de novas situações de risco.

A resposta diante de um desastre se concentra predominantemente nas necessidades de curto prazo e, por vezes, é difícil de definir uma divisão entre a etapa de resposta e a fase seguinte de recuperação/reconstrução. Por isso, algumas ações de resposta, como o suprimento de água potável, a provisão de alimentos, a oferta e a instalação de abrigos temporários, podem acabar se ampliando até a etapa seguinte.

As ações de socorro às populações afetadas são desenvolvidas no epicentro do desastre, prioritariamente nas áreas de exposição, nas áreas de riscos intensificados e nas áreas críticas em geral. Nessas áreas são desencadeadas atividades pontuais de enfrentamento do evento, como:

- o isolamento das áreas de riscos ou das áreas críticas;
- a evacuação da população local;
- o enfrentamento direto ao desastre;
- o controle de trânsito; e
- a segurança da área impactada, entre outros.

Observe que o socorro consiste nas seguintes ações:

- busca e salvamento;
- primeiros-socorros;
- atendimento pré-hospitalar; e
- atendimento médico-cirúrgico de urgência.

Entre as principais ações de gerenciamento do desastre e o socorro às populações em risco, podemos destacar estas:

- o isolamento das áreas de riscos ou áreas críticas;
- a evacuação das populações em áreas de risco;
- o controle da ameaça de toda ordem (extinção de incêndios, estabilização de áreas ou edificações instáveis, controle de vazamentos de produtos perigosos, etc.);
- o controle de tráfego;
- o socorro pré-hospitalar e hospitalar de pessoas feridas ou doentes; e
- a segurança das edificações e das áreas impactadas.

É importante que você saiba que a atenção para a população afetada é voltada à logística, à assistência e promoção social e às atividades de proteção e de recuperação da saúde.

Como logística, a administração de desastres compreende:

- ações de provisão de alimentos;
- água potável;
- limpeza; e
- roupas, entre outras.

As ações de assistência e promoção social englobam a:

[...] triagem socioeconômica e o cadastramento das famílias afetadas; entrevistas com as famílias e pessoas assistidas, ações com o objetivo de reforçar os laços de coesão familiar e as relações de vizinhança, fortalecimento da cidadania responsável e participativa, atividades de comunicação social com o público interno e com as famílias afetadas [...] ações de mobilização das comunidades, liderança de mutirões de reabilitação e de reconstrução. (CASTRO, 1999, p. 151)

As ações de promoção, de proteção e de recuperação da saúde: “[...] devem preexistir à ocorrência dos desastres e devem ser intensificadas e não improvisadas durante os mesmos” (CASTRO, 1999, p. 151). Podemos destacar as ações integradas de saúde e assistência médica primária, educação para a saúde, proteção da saúde mental, proteção de grupos populacionais vulneráveis e atividades de saúde pública nos acampamentos e abrigos provisórios.

Entre as principais ações de Assistência Humanitária das populações afetadas, podemos destacar:

- o suprimento de alimentos e de água potável;
- o suprimento de roupas, calçados e estrutura de abrigamento e utensílios de copa e cozinha (barracas, colchões, roupa de cama, travesseiros, fogões, panelas, talheres);
- o suprimento de material de limpeza e de higienização;
- a instalação de acampamentos e abrigos provisórios; e
- a oferta de serviços gerais, como transporte, comunicação, apoio médico, apoio psicológico, etc.

Geralmente, as primeiras medidas diante do impacto do desastre são desencadeadas pela própria comunidade, grande parte dos municípios brasileiros ainda não conta com equipes de socorro (ou de resposta) preparadas. Nesse caso, os indivíduos impactados pelo evento adverso é que tomam as primeiras decisões no cenário de desastre, determinando o agravamento ou a minimização dos efeitos desastrosos. Assim, a comunidade participa de forma decisiva da primeira resposta e, não estando preparada, pode potencializar os danos e prejuízos.

As ações de socorro e de assistência exigem medidas a partir de um enfoque multidisciplinar e interdisciplinar, já que os desastres evidenciam as diversas vulnerabilidades: econômica, social; a precariedade na saúde integral e as carências educativas, sendo necessário o desenvolvimento de ações, principalmente na assistência e na promoção social e, ainda, na promoção, proteção e recuperação da saúde, da mobilidade urbana e da infraestrutura básica que, ampliadas, exigem o saber de diferentes profissionais e de várias áreas de atuação, além do trabalho de voluntários.

Quando ocorre o desastre, o Plano de Contingência é executado, podendo ser adaptado de acordo com as proporções do evento. Cada órgão envolvido nas ações de resposta deve possuir seu **Plano de Operações (ou Plano de Ação ou Plano de Resposta)**. Qualquer um desses planos tem por objetivo organizar as atividades a serem desenvolvidas pelo órgão possibilitando uma atuação mais eficiente. O Plano de Operações também é executado de forma articulada, com ações multisetoriais e multidisciplinares, pois quando ocorre o desastre, as medidas de resposta necessárias são complexas e os encaminhamentos diversos. Essas ações são desencadeadas a partir do Sistema de Comando em Operações, que é uma ferramenta de gestão de desastre. Nesse Plano de Operações devem estar inscritas a sequência planejada para desenvolver desde o acionamento do órgão até a sua desmobilização.

Acionamento e Coordenação dos Órgãos Envolvidos

A ocorrência de desastres deve ser considerada uma possibilidade real e as medidas de preparação para a resposta devem ocupar lugar de destaque nas ações de gestão de riscos e gerenciamento de desastres.

Por isso, a capacidade de monitorar atividades e de intervir de forma rápida e eficiente em desastres de diferentes magnitudes e origens tem sido um objetivo perseguido de forma sistemática e continuada, recebendo investimentos consideráveis no desenvolvimento de estudos e de planos, na alocação de recursos humanos e materiais, bem como na capacitação de todos os níveis hierárquicos para lidar com tais situações.

Lembre-se de que a metodologia de elaboração do Plano de Contingência deve trazer a descrição dos recursos previstos e disponíveis para as principais ações de socorro e assistência. Também deve estar prevista a política de **assistência para a população afetada**, com a descrição específica destinada às pessoas desabrigadas, às desalojadas e àqueles **grupos mais vulneráveis** como crianças, mulheres, idosos e portadores de necessidades especiais.

Como você aprendeu na Unidade anterior, o planejamento para o gerenciamento dos desastres é possível a partir da elaboração dos Planos de Contingência. Depois de elaborar o Plano de Contingência, no que se refere ao levantamento e à descrição dos recursos disponíveis e necessários e à capacidade de resposta, é importante que haja a realização de treinamentos ou simulados, envolvendo todos os parceiros, para a definição real de papéis, encaminhamentos possíveis e ajustes, se for o caso.

Como você aprendeu na Unidade anterior, é importante ter uma lista atualizada com os órgãos que, normalmente, dão a resposta às situações rotineiras de emergência, com a descrição de suas possibilidades em termos de recursos e capacidade de atendimento. Esses órgãos, provavelmente, estarão envolvidos na resposta aos desastres, nas ações de socorro às populações em risco, na assistência às populações afetadas e na reabilitação dos cenários. O plano determina como cada órgão deve ser acionado e quais as pessoas responsáveis.

Outro aspecto importante do acionamento do plano diz respeito à ativação dos meios necessários para gerenciar as ações de resposta ao desastre, o que evita que a administração dos efeitos do evento adverso seja feita por uma única pessoa ou órgão. Nesse sentido, ressaltamos a importância do Órgão Municipal de Proteção e Defesa Civil, que é responsável pela coordenação das ações de Proteção e Defesa Civil no âmbito do Município, e deve ser o órgão responsável pelo acionamento do plano.

Além do Plano de Contingência, o Órgão Municipal de Proteção e Defesa Civil também é responsável pela coordenação do plano de ações que será empregado a partir da instalação da ferramenta de gestão de desastres utilizada pelo Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, o **Sistema de Comando em Operações (SCO)**.

Por exemplo, no caso de voluntários, é fundamental que seja previamente definido como, onde e quando se dará a sua atuação.

Em cenários de desastres, o voluntário deve considerar:

- As relações com a coordenação das operações:
 - ▶ conhecer o sistema de gerenciamento de desastres em termos locais, as etapas de desenvolvimento de um plano de operações para atendimento às pessoas e às instituições afetadas pelo evento, bem como o espaço de possíveis intervenções; e
 - ▶ em situação de emergência e desastre, antes de executar quaisquer intervenções, o voluntário deverá se dirigir ao coordenador das operações.
- Relação com a competência pessoal acumulada:
 - ▶ ter conhecimento sobre o Plano de Contingência local para a prática do trabalho voluntário.

Sobre o plano de ações, é importante destacar, novamente, a importância de os órgãos envolvidos, públicos e privados, comunidade e voluntários, conhecerem, participarem de sua elaboração e identificarem quais as suas ações no processo.

- Relação com a população atendida:
 - ▶ ter conhecimento dos riscos existentes na área do desastre, da realidade e das características da comunidade afetada e dos recursos existentes para as ações preconizadas.
- Relação com a imprensa:
 - ▶ toda informação deve ser encaminhada para a imprensa por meio do porta-voz do Sistema de Comando em Operações; e
 - ▶ contribuir para que a privacidade dos afetados seja preservada, e que a relação com a imprensa propicie a otimização do atendimento.

Muito bem, como está o seu entendimento até o momento? Lembre-se: se precisar de apoio, entre em contato com o seu tutor, pois ele está pronto para ajudá-lo. É muito importante que você entenda o assunto para poder continuar seus estudos!

Instalação do Sistema de Comando em Operações

Caro estudante,

Esta Seção foi elaborada a partir do *Manual de Gerenciamento de Desastres*, do Sistema de Comando em Operações. A seguir serão apresentadas uma introdução e a finalidade da instalação do Sistema de Comando em Operações.

Então, mãos à obra!

O manual está integralmente disponível em: http://www.ceped.ufsc.br/sites/default/files/projetos/manual_sco.pdf. Acesso em: 21 jun. 2013.

Introdução e Finalidade

A experiência adquirida pelas organizações de Proteção e Defesa Civil e de Segurança Pública, ao longo dos últimos anos, indica que, entre os vários problemas encontrados na implementação das ações de resposta aos desastres, estão as questões relacionadas ao comando e ao controle das operações, que se apresentam como o elo fraco de muitas intervenções.

A principal diferença entre uma emergência comum e uma situação crítica é que a primeira pode ser atendida com os recursos normais de resposta de uma determinada organização, sem a necessidade de coordenação ou de procedimentos especiais. A segunda exige uma postura organizacional não rotineira para a coordenação e o gerenciamento integrado das ações de resposta.

Situações críticas são geralmente de alto risco, dinâmicas, complexas e confusas, gerando problemas específicos, como:

- estrutura de coordenação e níveis de autoridade indefinidos;
- comunicação inadequada;
- fluxo de informações inadequado;
- falta de controle sobre os recursos;

- utilização inadequada de recursos especializados;
- dificuldade no ordenamento de áreas; e
- relacionamento precário com a imprensa.

Foi exatamente essa percepção que resultou no desenvolvimento do Sistema de Comando em Operações (SCO).

Na década de 1970, o problema dos incêndios florestais nos EUA tornou-se tão grave que uma série de incêndios devastadores ocorridos na Califórnia acabou por suplantar o sistema de proteção e controle do Estado. A falta de conceitos unificados e de modelos sistêmicos resultou em problemas operacionais sem precedentes. Como resultado, o Congresso Norte-Americano recomendou ao Departamento Florestal (U.S. Forestry) que desenvolvesse um sistema que pudesse resolver a questão. Sob a sua coordenação, reuniram-se vários departamentos de bombeiros para desenvolver um sistema de gestão para emergências. Esse grupo de trabalho ficou conhecido como FIRESCOPE (Firefighting Resources of California Organized for Potential Emergencies). Desse trabalho surgiu o Incident Command System (ICS) que passou a ser utilizado nos EUA como ferramenta modelo para a gestão de emergências.

O Sistema de Comando em Operações ou SCO pode ser conceituado como uma ferramenta gerencial (modelo), de concepção sistêmica e contingencial, que padroniza as ações de resposta em situações críticas de qualquer natureza ou tamanho. O SCO permite que seus usuários adotem uma estrutura organizacional integrada para enfrentar as demandas e as complexidades de uma situação crítica, sem prejuízo de suas competências e limites jurisdicionais.

A Defesa Civil Nacional adotou o Sistema de Comando em Operações (SCO) como sistema padrão para responder às emergências e estruturar a forma de organização e de gerenciamento de desastres ou eventos planejados.

Sua correta utilização permite que pessoas de diferentes organizações se integrem rapidamente em uma estrutura de gerenciamento comum, facilitando a integração das comunicações e

Staff: grupo qualificado de pessoas que assistem a um chefe, a um dirigente. Fonte: Ferreira (2010).

os fluxos de informações e melhorando os trabalhos de inteligência e de planejamento. O correto emprego do SCO fornecerá um melhor apoio logístico e administrativo ao pessoal operacional para melhorar a articulação do comando e de seu *staff* com elementos internos e externos à operação e facilitar relações e trocas agregando valor à operação (o que evita a duplicação de esforços e amplia a segurança dos envolvidos).

O Sistema de Comando em Operações tem por finalidade garantir:

- uma maior segurança para as equipes de resposta e demais envolvidos numa situação crítica;
- o alcance de objetivos e prioridades previamente estabelecidas; e
- o uso eficiente e eficaz dos recursos (humanos, materiais, financeiros, tecnológicos e de informação) disponíveis.

Observe alguns benefícios do SCO:

- fornece um modelo de gerenciamento padronizado para situações críticas de qualquer natureza ou tamanho;
- permite que pessoas de diferentes organizações se integrem rapidamente em uma estrutura de gerenciamento comum;
- facilita a integração das comunicações e os fluxos de informações, melhorando os trabalhos de inteligência e de planejamento;
- fornece apoio logístico e administrativo para o pessoal operacional;
- melhora a articulação do comando com elementos internos e externos à operação, facilitando relações; e
- agrega valor à operação e evita a duplicação de esforços, além de ampliar a segurança dos envolvidos.

Princípios e Características

Apresentamos, a seguir, os princípios e as características que constituem o Sistema de Comando em Operações, como ferramenta de gestão para situações críticas. Esses aspectos foram elaborados a partir das experiências e dos conhecimentos produzidos pelos órgãos que atuam em resposta à emergência e/ou desastres.

Princípios

O Sistema de Comando em Operações (SCO) baseia seu emprego em três princípios fundamentais: ele é sistêmico, contingencial e pode ser aplicado para todos os riscos e situações.

Concepção Sistêmica

O Sistema de Comando em Operações (SCO) propõe o uso do pensamento sistêmico ao abordar a complexidade das operações de resposta aos desastres. Assim, o planejamento e as ações de resposta ao desastre tendem a ser realizadas a partir de um entendimento integral da realidade por meio de fluxos sucessivos de ações (planejamento, organização, direção e controle) em vez de apenas por meio de ações lineares de causa/efeito.

Concepção Contingencial

De acordo com a concepção contingencial, a estrutura organizacional de resposta aos desastres deve ser capaz de adaptar-se ao ambiente (se expandindo ou diminuindo) conforme cada situação.

Tal modelo é garantido mediante o emprego de estruturas administrativas modulares e flexíveis de comando e de comunicação que fazem com que a estrutura se adapte de acordo com os objetivos estratégicos comuns de cada situação crítica.

Concepção de Emprego para todos os Riscos e Situações

Esse princípio indica que o modelo tem caráter universal, ou seja, deve ser utilizável como ferramenta gerencial para planejar, organizar, dirigir e controlar situações críticas de qualquer natureza, independentemente de sua causa, tamanho, configuração, localização ou complexidade.

Características

O Sistema de Comando em Operações (SCO) possui também 15 características básicas, são elas:

1. emprego de terminologia comum;
2. uso de formulários padronizados;
3. estabelecimento e transferência formal de comando;

4. cadeia e unidade de comando;
5. comando único ou unificado;
6. organização modular e flexível;
7. administração por objetivos;
8. uso de planos de ação;
9. adequada amplitude de controle;
10. instalações e áreas padronizadas;
11. gerenciamento integrado de recursos;
12. gerenciamento integrado das comunicações;
13. gerenciamento integrado de informações e inteligência;
14. controle de pessoal; e
15. controle da mobilização/desmobilização.

Emprego de terminologia comum: o SCO recomenda o uso de terminologia comum para facilitar a comunicação entre as pessoas e as organizações envolvidas na operação. O uso de códigos e de expressões peculiares a uma determinada atividade ou organização deve ser evitado a fim de não dar margem a interpretações inadequadas ou à falta de compreensão da mensagem.

Uso de formulários padronizados: o SCO recomenda o emprego de formulários preestabelecidos com vistas à padronização do registro de informações e de recursos, à consolidação do plano de ação e à documentação de tudo que foi realizado durante a operação. O uso dos formulários ajuda a consolidar a cadeia e a unidade de comando.

Estabelecimento e transferência formal de comando: o SCO recomenda que, dentre os primeiros que chegam à cena da emergência ou situação crítica, alguém assuma o comando da operação. As demais funções serão implementadas de acordo com a necessidade e a disponibilidade de pessoal.

A transferência de comando ocorre quando:

- uma pessoa mais qualificada assume o comando;
- a situação se altera ao longo do tempo exigindo tal transferência;
- o evento se prolonga exigindo uma rotatividade normal de comando; ou
- a situação volta à normalidade e o comando retorna à organização de origem.

Cadeia e unidade de comando: a cadeia de comando é uma linha ininterrupta de autoridade que liga as pessoas dentro do SCO. Unidade de comando significa que cada indivíduo responde a apenas uma pessoa, a quem deve reportar-se durante toda a operação. A base para o comando de uma operação está centrada na autoridade investida do comandante sobre seus subordinados/colaboradores.

Comando único ou unificado: o termo comando único é usado quando apenas uma pessoa, representando sua organização, assume formalmente o comando da operação. O comando unificado é usado numa abordagem mais cooperativa, na qual representantes das organizações envolvidas atuam em conjunto.

Organização modular e flexível: o SCO utiliza uma estrutura organizacional padronizada, porém flexível na sua implantação. Assim, apenas as funções realmente necessárias para o alcance dos objetivos do comando são ativadas.

Observe que a lógica é contingencial, ou seja, no momento em que se constata que determinada função demandará atenção especial, essa função é ativada e a estrutura se amplia para adaptar-se à situação!

Administração por Objetivos (APO): modelo de gestão que estabelece objetivos (resultados) a serem alcançados por determinadas pessoas ou grupos de pessoas, num determinado período de tempo e acompanha o desempenho (controle) procedendo as correções necessárias.

O principal apelo da APO está em converter prioridades e objetivos comuns em metas específicas para cada indivíduo dentro do sistema. Cada integrante da estrutura, desde o comando até o líder de um recurso único, precisa de objetivos claramente definidos.

Os objetivos da operação são estabelecidos de acordo com as seguintes prioridades:

- salvar vidas;
- estabilizar a situação; e
- preservar bens e propriedades.

Uso de planos de ação: o Sistema de Comando em Operações consolida a APO por meio de um Plano de Ação elaborado pelo comando da operação. O Plano de Ação fornece às pessoas e às

A expressão “Administração por Objetivos ou APO” foi cunhada por Peter F. Drucker, em 1954, no livro *The Practice of Management*.

organizações envolvidas uma ideia geral da situação, dos recursos disponíveis e, especialmente, dos objetivos e das prioridades que devem ser alcançadas num determinado período operacional, otimizando os esforços e gerando sinergia.

Adequada amplitude de controle: a amplitude de controle se refere ao número ideal de pessoas que um superior pode supervisionar pessoalmente, de maneira eficiente e eficaz. A amplitude de controle é influenciada por vários fatores, como: o tipo da emergência ou situação crítica, a natureza das tarefas, os riscos e os fatores de segurança exigidos, a distância entre as pessoas e os recursos, etc. O SCO recomenda que o número de pessoas ou os recursos sob a responsabilidade de um determinado coordenador, encarregado ou líder, seja compatível com a sua capacidade gerencial, logo, não deve ser inferior a três e nem superior a sete.

Instalações e áreas padronizadas: o SCO recomenda o uso de instalações adequadas e de áreas de trabalho padronizadas. As principais instalações (espaços físicos móveis ou fixos) são:

- posto de comando;
- base de apoio;
- acampamento;
- centro de informações ao público;
- helibases; e
- **helipontos**.

As principais áreas são:

- área de espera (local onde os recursos operacionais são recepcionados, cadastrados e permanecem disponíveis até seu emprego); e
- área de concentração de vítimas (local onde as vítimas são reunidas, **triadas** e recebem atendimento inicial até serem transportadas para estabelecimentos hospitalares).

O SCO recomenda também a organização da área em diferentes **Zonas de Trabalho**, de acordo com o tipo de emergência, a natureza das tarefas a serem realizadas e o risco presente no cenário em questão. As Zonas de Trabalho são divididas em: **Área Quente** (local de maior risco com acesso restrito), **Área Morna** (local intermediário não totalmente seguro com acesso e circulação igualmente restritos) e

Heliponto: porção de solo ou água, ou estrutura artificial, que é usada para pousos e decolagens de helicópteros. Fonte: Ferreira (2010).

Triadas: de triar, fazer triagem; selecionar; escolher; separar. Fonte: Ferreira (2010).

Área Fria (local seguro que abriga as instalações e os recursos que darão suporte à operação).

Gerenciamento integrado de recursos: o SCO orienta que todos os recursos empregados na operação sejam gerenciados de forma integrada. Para isso, faz-se necessário que todos os recursos (operacionais ou logísticos), assim que cheguem próximos à cena da emergência, sejam encaminhados para uma área de espera previamente definida, para serem recepcionados, cadastrados e permanecerem disponíveis para emprego.

A totalidade dos recursos deve ser monitorada pelo planejamento (através da unidade de recursos). Os recursos podem ser agrupados em duas categorias:

- **Recursos operacionais** – são recursos em condições de pronto emprego operacional, como por exemplo, um helicóptero com a sua tripulação, uma ambulância com sua equipe de socorro; e
- **Recursos logísticos** – necessários para dar suporte às operações, por exemplo, alimentação, colchões, travesseiros e cobertores, equipamentos de comunicação, etc.



Figura 6: Recursos

Fonte: Elaborada pelos autores deste material

Quando o recurso chega à área de espera e está pronto para emprego imediato, ele é chamado de **recurso disponível**. Quando o recurso entra em operação é considerado **designado**. Quando o recurso, por algum problema, não pode ser empregado na operação, ele é chamado de **indisponível**.

É importante observar que um helicóptero sem sua tripulação ou uma ambulância sem sua equipe não são considerados recursos operacionais (**recurso único**). Vale destacar também que recursos operacionais podem ser utilizados de forma combinada, somando recursos iguais (chamados de **equipes de intervenção**) ou recursos diferentes (chamados de **forças-tarefa**), desde que esses recursos sejam devidamente integrados sob a ação de um líder ou um responsável.

Conceitos Básicos

A seguir vamos apresentar conceitos relacionados a alguns termos básicos, observe:

Saiba mais sobre a cinotecnica assistindo ao vídeo *Cinotécnico 2009* em: <<http://www.youtube.com/watch?v=RuVjcysxNU4>>. Acesso em: 24 jun. 2013.

- **Recurso único:** é o equipamento somado ao seu complemento em pessoal pronto para emprego tático na operação sob a supervisão de um líder ou de um responsável (são exemplos de recursos únicos: uma ambulância com sua equipe de socorristas, um helicóptero com sua tripulação, um bombeiro **cinotécnico acompanhado de seu cão de busca**, etc.).
- **Equipe de intervenção:** é a combinação de recursos únicos do mesmo tipo agrupados para uma tarefa tática específica, sob a supervisão de um líder ou de um responsável (exemplo de uma equipe de intervenção: a combinação de duas ou mais embarcações devidamente tripuladas e sob comando para resgatar pessoas ilhadas numa área de inundação).
- **Força-tarefa:** é qualquer combinação de diferentes recursos únicos constituída para uma tarefa tática específica, sob a supervisão de um líder ou de um responsável (exemplo de uma força-tarefa: a combinação de viaturas de combate a incêndio, helicópteros e veículos de transporte de pessoal, devidamente tripulados e sob comando para controlar um incêndio florestal).

Voltando para as características do Sistema de Comando em Operações (SCO)...

Você terá mais informações sobre comunicação em desastres na Unidade 4, não se preocupe.

Gerenciamento integrado das comunicações: a capacidade de comunicação entre os diferentes atores do SCO é fundamental para o sucesso de qualquer operação. Para tanto, é necessário o desenvolvimento de um plano de comunicações (que diz quem conversa com quem e como) que estabelecerá diferentes redes de comunicação, de acordo com as necessidades da cada caso.

Seguem alguns exemplos de redes de comunicação:

- Rede de comando (integra as comunicações entre o comando e seu *staff* de comando e o *staff* principal).
- Rede tática (integra as comunicações entre as pessoas e as equipes subordinadas ao coordenador de operações).
- Rede administrativa (integra as comunicações não operacionais entre o comando e sua assessoria com órgãos externos que estão cooperando com o SCO).

- Rede logística (integra as comunicações da logística para tratar de assuntos referentes a suprimentos, serviços e instalações).
- Rede de operações aéreas (integra as comunicações do pessoal de operações aéreas).

Gerenciamento integrado de informações e de inteligência: o SCO recomenda que as informações relativas à situação crítica devam ser obtidas, analisadas e disseminadas de forma a favorecer uma administração eficiente e eficaz do sistema.

Dependendo da natureza, da complexidade e da magnitude do evento, será necessário coletar e analisar diferentes informações, como: dados meteorológicos, características geográficas, informações populacionais, dados socioeconômicos e culturais, explicações sobre fenômenos naturais específicos, etc.

Em situações críticas de menor complexidade, o uso de um formulário padronizado para reunir as informações básicas (formulário SCO 201) auxilia na consolidação das informações e dos dados iniciais de inteligência. Em situações de maior complexidade ou de repercussão, uma unidade de situação pode ser necessária (ligada ao planejamento) para integrar informações, produzir inteligência e manter quadros de situação sempre atualizados.

Controle de pessoal: uma das grandes preocupações do SCO é o adequado controle do efetivo envolvido na operação. Saber exatamente quantas pessoas estão envolvidas, onde elas estão trabalhando e o que estão fazendo representa um fator importante de segurança. Além disso, o controle adequado da disponibilidade e do emprego do pessoal envolvido da operação representa uma grande vantagem administrativa, sob a ótica da eficiência e da eficácia gerencial.

Controle da mobilização/desmobilização: o gerenciamento dos recursos (necessidade e alocação) deve ser realizado de forma eficiente e eficaz. A mobilização de pessoal e de equipamentos deve ser gerenciada adequadamente por uma autoridade competente. Assim, uma unidade de mobilização e de desmobilização pode ser ne-

cessária nos eventos de maior repercussão (a unidade de mobilização/desmobilização é ligada ao planejamento).

A seguir você conhecerá um pouco mais sobre a estrutura organizacional e as principais funções do Sistema de Comando em Operações (SCO). Esses aspectos são fundamentais para orientar a construção do organograma, a divisão de papéis e as responsabilidades em situações de emergências.

A Estrutura Organizacional e as Principais Funções

A Estrutura Organizacional Básica do SCO

O Sistema de Comando em Operações (SCO) prioriza que, dentre os primeiros que chegam ao local da emergência, alguém deve assumir formalmente o comando da operação. A pessoa que assume o comando é o responsável pelas operações.

Para facilitar seu trabalho, o comando deve utilizar uma estrutura organizacional padronizada (**organograma**) na qual deverão ser representadas as principais funções do SCO.

Normalmente, no início da emergência, o comando é conduzido por alguém de nível operacional (integrante das primeiras equipes de resposta), no entanto, com o passar do tempo, em função da própria situação, esse comando precisará ser transferido para alguém mais qualificado (transferência de comando). Dessa forma, inicialmente, o comando se estrutura a partir de um organograma simples e, conforme a situação crítica exigir, as demais funções do organograma são implementadas de acordo com a necessidade e a disponibilidade de pessoal.

A estrutura organizacional básica do SCO é composta de três partes principais, a saber:

- o **comando** (que poderá ser único ou unificado);
- o **staff/assessoria de comando** (composto de funções de segurança, ligações, informações ao público e secretaria); e
- o **staff geral/principal** (composto de seções de operações, planejamento, logística e administração/finanças).

Um organograma é uma representação visual da estrutura do SCO.

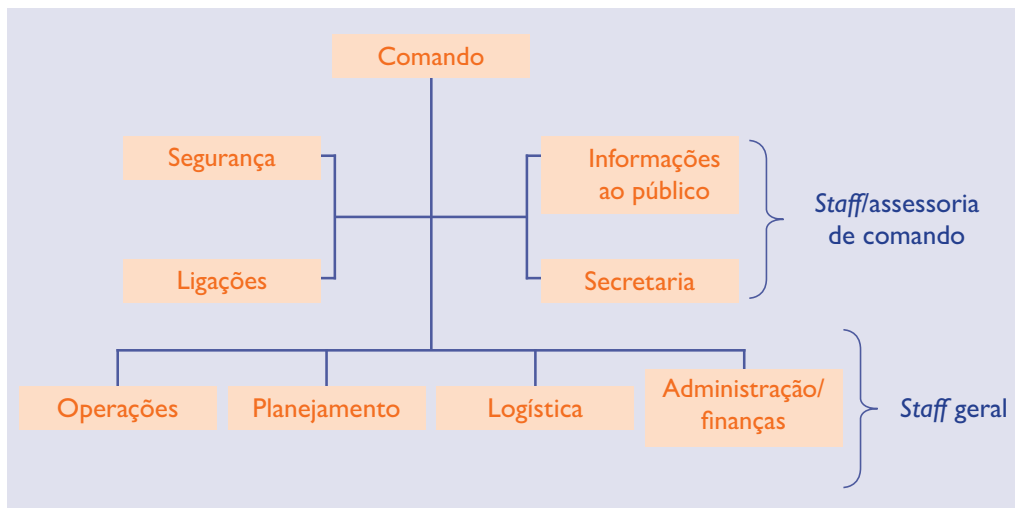


Figura 7: Estrutura organizacional básica (organograma) do SCO

Fonte: Oliveira (2010, p. 38)

Principais Funções do SCO

As funções no Sistema de Comando em Operações são definidas começando pela “função comando” que se estrutura a partir de um *staff* de assessoria e de quatro principais seções.

Função Comando

O comando é o responsável pela operação, pois cabe a ele instalar o SCO, avaliar a situação, designar instalações e áreas, estruturar o organograma, definir objetivos e prioridades, desenvolver um plano de ação e coordenar todas as atividades administrativas da operação. O comando é apoiado por uma estrutura de assessoria (*staff* de comando) que supre necessidades de **segurança, ligações, informações ao público e secretaria**. Suas principais atribuições são:

- instalar o SCO;
- designar um posto de comando e uma área de espera/estacionamento;
- buscar informações, avaliar a situação e suas prioridades;
- determinar objetivos estratégicos e táticos;
- desenvolver um plano de ação;
- implementar uma estrutura organizacional adequada;

- mobilizar e gerenciar os recursos disponíveis;
- coordenar as atividades;
- garantir a segurança;
- coordenar atividades com órgãos externos de apoio e cooperação;
- divulgar informações junto à mídia; e
- registrar as informações da operação em formulários padronizados.

Staff/Assessoria de Comando

O *staff*/assessoria de comando é responsável por algumas atribuições diretas do comando. Seguindo a lógica contingencial do SCO num primeiro momento, as atribuições peculiares desse *staff* pessoal são desempenhadas pelo próprio comando, no entanto, quando se tornam necessárias, essas assessorias são gradativamente ativadas, de forma a evitar que o comando acabe sobrecarregado.

Função Segurança

O coordenador de segurança faz parte do *staff*/assessoria do comando, ele é o responsável por avaliar e monitorar constantemente as condições inseguras de trabalho no local da operação. Suas principais atribuições são:

- obter informações sobre a emergência ou a situação crítica e o SCO;
- avaliar os riscos da operação e identificar medidas de segurança;
- recomendar medidas para o gerenciamento dos riscos relacionados à operação;
- monitorar a segurança das pessoas envolvidas na operação;
- estabelecer medidas preventivas com vistas a reduzir os riscos;
- informar ao comando medidas de segurança específicas para as pessoas que acessam as zonas de trabalho da operação;
- interromper, de imediato, qualquer ato ou condição insegura;
- registrar as situações inseguras constatadas; e
- participar da elaboração do plano de ação sugerindo medidas de segurança.

Função Ligações

O coordenador de ligações faz parte do *staff*/assessoria do comando e é o responsável pelo enlace (contatos externos) com os representantes dos organismos que estão auxiliando e cooperando com a operação, especialmente aqueles que não estão no posto de comando e as autoridades políticas. Suas principais atribuições são:

- obter informações sobre a emergência ou situação crítica e o SCO;
- estabelecer um ponto de contato para os organismos que estão auxiliando e cooperando com a operação;
- identificar um representante (pessoa de contato) de cada organismo envolvido;
- atender às solicitações do comando estabelecendo os contatos externos necessários;
- monitorar as operações para identificar possíveis conflitos ou problemas no relacionamento entre os organismos envolvidos; e
- manter um registro dos organismos que estão auxiliando e cooperando com a operação e seus respectivos contatos (telefone, celular, *e-mail*).

Função Informações ao Público

O coordenador de informações ao público faz parte do *staff*/assessoria do comando, ele é o responsável pela formulação e divulgação de informações sobre a situação crítica e a operação para a mídia. Suas principais atribuições são:

- obter informações sobre a emergência ou situação crítica e o SCO;
- produzir informes sobre a situação crítica e a operação, tão logo quanto possível;
- estabelecer locais e horários para a divulgação de informações;
- assumir pessoalmente ou identificar alguém preparado para ser o porta-voz da operação (pessoa que fala sobre o evento na mídia);
- estabelecer contatos regulares com a mídia para fins de disseminação de informações;

- observar as restrições para a divulgação de informações estabelecidas pelo comando da operação;
- obter a aprovação dos informes antes de divulgados na mídia;
- organizar coletivas e intermediar o contato do comando com integrantes da imprensa em geral; e
- controlar o acesso de integrantes da mídia na área de operações.

Função Secretário

O coordenador da secretaria faz parte do *staff*/assessoria do comando e é o responsável pelas tarefas administrativas do comando. Suas principais atribuições são:

- obter informações sobre a emergência ou situação crítica e o SCO;
- organizar as dependências do posto de comando, providenciando serviços de apoio (água, café, lanches) e limpeza;
- preparar reuniões de trabalho;
- registrar as decisões das reuniões de trabalho;
- resolver problemas relativos ao funcionamento do posto de comando.

Muito bem, como está o seu entendimento até agora? Lembre-se: se tiver alguma dúvida, não hesite em entrar em contato com o seu tutor, ele está preparado para ajudá-lo. É muito importante que você entenda bem o assunto abordado até agora para poder continuar seus estudos!

Staff Geral/Principal de Comando

O *staff* geral/principal de comando é constituído pelas seções de **operações**, **planejamento**, **logística** e **administração/finanças**.

Seção Operações

O chefe da seção de operações conduz as atividades operacionais no nível tático, executando o **plano de ação** do comando. Sob sua responsabilidade encontram-se o encarregado da área de espera/estacionamento e os demais coordenadores dos setores operacionais

O plano de ação trata-se do conjunto de procedimentos que orienta a intervenção e o gerenciamento em um cenário de desastres.

(bombeiro, polícia, saúde, defesa civil, operações aéreas, etc.) que se fizerem necessários. Suas principais atribuições são:

- obter informações sobre a emergência ou situação crítica e o SCO;
- participar da elaboração do plano de ação;
- dar ciência do plano de ação aos integrantes das seções operacionais;
- supervisionar as operações;
- avaliar a necessidade de recursos adicionais e, caso sejam necessários, solicitá-los ao encarregado da área de espera;
- dispensar, se necessário, recursos em operação, reencaminhando esses recursos para a área de espera;
- organizar os recursos operacionais disponíveis em seções (apoio especializado) e/ou setores (áreas geográficas); e
- manter o comando informado sobre o andamento das operações.

Observe que o chefe de operações deve adequar o organograma (implantando mais ou menos funções/posições) de acordo com as necessidades da situação crítica. Logo, poderão ser implantadas diferentes seções, como por exemplo: seção de combate a incêndio, de socorro pré-hospitalar, de polícia de choque, de construção de abrigos provisórios, de reconstrução de telhados, de vacinação, etc. A seção Operações poderá ainda implantar diferentes setores para facilitar os trabalhos de campo, como por exemplo, setor Norte, setor Sul, setor A, setor B, etc.

Encarregado da Área de Espera

O encarregado da área de espera fica subordinado diretamente ao chefe de operações e controla o local onde os recursos mobilizados irão chegar e ficar a espera de emprego na operação. Cabe a ele fazer o cadastramento de todos os recursos que integram o SCO. Suas principais atribuições são:

- obter, junto ao coordenador de operações, informações sobre a emergência ou a situação crítica e o SCO;

- delimitar e sinalizar adequadamente a área de espera;
- cadastrar os recursos mobilizados que chegam ao local da emergência ou situação crítica;
- prestar orientações iniciais sobre a emergência ou situação crítica ao pessoal que chega na área de espera/estacionamento;
- orientar pessoas sem treinamento em SCO com as informações mínimas para que possam integrar-se ao sistema em operação;
- controlar a situação dos recursos, registrando as informações em formulários próprios e repassando-as continuamente ao coordenador de operações;
- designar recursos disponíveis conforme solicitado; e
- estruturar equipes de intervenção ou forças-tarefa combinando recursos disponíveis conforme a necessidade do coordenador de operações.

Responsáveis pelas Seções e Setores Operacionais

Os responsáveis pelas seções operacionais controlam os seus recursos disponíveis usando como critério a afinidade das atividades ou os objetivos de ação tática, sendo ativados pelo coordenador de operações, de acordo com o plano de ação.

Já os responsáveis pelos setores operacionais controlam os recursos disponíveis usando como critério a divisão geográfica, sendo igualmente ativados pelo coordenador de operações, de acordo com o plano de ação. Suas principais atribuições são:

- obter, junto ao coordenador de operações, informações sobre a emergência ou a situação crítica e o SCO;
- participar, quando acionado pelo coordenador de operações, das reuniões de planejamento da operação;
- rever os objetivos específicos de sua seção ou setor e desenvolver com os integrantes de suas equipes alternativas para realizar as tarefas necessárias ao cumprimento da missão;
- resolver problemas logísticos identificados pelos integrantes de sua seção ou setor;
- manter o coordenador de operações informado sobre o andamento das operações e relatar qualquer modificação importante no plano de ação (progressos ou dificuldades), qualquer necessidade adicional de recursos, a possibilidade da liberação de recursos, situações de risco ou outros problemas significativos.

Seção Planejamento

O chefe da seção de planejamento prepara e documenta o plano de ação para alcançar os objetivos e as prioridades estabelecidas pelo comando, ele coleta e avalia informações, mantém um registro dos recursos e da emergência ou da situação. Suas principais atribuições são:

- obter informações sobre a emergência ou situação crítica e o SCO;
- ativar e supervisionar unidades e seções específicas conforme a necessidade;
- obter, reunir, registrar, julgar, processar e compartilhar informações;
- participar da elaboração, do acompanhamento e da atualização do plano de ação, elaborar relatórios informando a situação e suas futuras tendências;
- monitorar o conjunto de recursos mobilizados na cena, incluindo aqueles que estão na área de espera, em operação ou nas bases de apoio;
- documentar o evento, produzindo os devidos expedientes necessários;
- planejar e implementar a desmobilização dos recursos;
- coordenar a participação de especialistas e de colaboradores; e
- ativar e supervisionar as unidades que se forem necessárias.

O SCO recomenda que, em alguns casos (emergências maiores ou mais complexas), o chefe de planejamento, na qualidade de responsável pela preparação e documentação do plano de ação, instale algumas unidades padronizadas para facilitar seus trabalhos, das quais se destacam as unidades de situação, os recursos, a documentação, a mobilização/desmobilização e os especialistas.

A **unidade de situação** acompanha a evolução da emergência ou da situação crítica, analisando o seu desenvolvimento e mantendo quadros de acompanhamento da situação. Além do líder, a unidade de situação pode ter encarregados da manutenção dos quadros de situação, observadores de campo e outros especialistas, conforme as necessidades do evento.

A **unidade de recursos** registra e monitora os recursos operacionais envolvidos na operação, principalmente quando houver mais de um local de cadastro.

A **unidade de documentação** é a responsável por toda a parte escrita do plano de ação, mas também registra, controla e arquivava documentos importantes para o evento e a operação.

A **unidade de mobilização/desmobilização** é responsável pela solicitação ou dispensa dos recursos necessários à operação. Cabe a ela organizar os recursos de forma segura e equilibrada, evitando tanto os desperdícios (mobilizar recursos em excesso) quanto o subdimensionamento das necessidades (tardar a mobilização ou desmobilização de recursos).

A **unidade de especialistas** serve para reunir pessoas com conhecimentos especializados que cooperam em situações especiais e atendem às necessidades diferenciadas no planejamento da operação.

Seção Logística

O chefe da seção de logística fornece suporte, recursos e outros serviços necessários ao alcance dos objetivos e das prioridades da operação. Sob sua responsabilidade encontram-se os líderes das unidades de suporte (normalmente atuam com suprimentos e instalações) e de serviços (comunicações, alimentação, serviços médicos) que se fizerem necessários. Suas principais atribuições são:

- obter informações sobre a emergência ou situação crítica e o SCO;
- planejar a organização da logística do SCO, ativando e supervisionando unidades e seções específicas conforme a necessidade;
- gerenciar as atividades de suporte da operação (materiais, suprimentos e instalações);
- gerenciar as atividades de serviços da operação (comunicações, alimentação, serviços médicos);
- supervisionar as atividades de suporte e serviços;
- manter o comando informando sobre o andamento dos trabalhos logísticos da operação.

Da mesma forma que na situação anterior, o SCO recomenda que, em alguns casos, o chefe de logística instale algumas unidades

padronizadas para facilitar seus trabalhos, das quais se destacam as unidades de suporte e a unidade de serviços.

Os líderes da **unidade de suporte** providenciam e distribuem suporte material para as operações e as instalações ativadas, por meio de seções de suprimentos (requisição, recepção e equipamentos/ferramentas) e seções de instalações (vigilância, bases, campos e posto de comando).

Os líderes da **unidade de serviço** prestam serviços para os integrantes da operação por meio de seções de comunicações, serviços médicos e alimentação.

Seção Administração/Finanças

O chefe da seção de administração/finanças controla e monitora os custos relacionados à operação, providenciando o controle de emprego de pessoal, horas trabalhadas para fins de indenização, compras (orçamentos, contratos, pagamentos) e custos.

Suas principais atribuições são:

- obter informações sobre a emergência ou situação crítica e o SCO;
- planejar a organização da administração do SCO, ativando e supervisionando unidades e seções específicas conforme a necessidade;
- realizar o controle de horas de trabalho do pessoal e os equipamentos empregados para fins de pagamento;
- providenciar orçamentos, contratos e pagamentos que se fizerem necessários;
- controlar e registrar os custos da operação; e
- manter o comando informado sobre o andamento dos trabalhos administrativos e financeiros da operação.

Nesse caso, o SCO mais uma vez recomenda que o chefe de administração/finanças instale algumas unidades padronizadas para facilitar seus trabalhos, das quais se destacam as unidades de emprego, compras, indenizações e custo.

Os líderes da **unidade de emprego** providenciam e controlam as horas de trabalho do pessoal e equipamentos empregados na operação para fins de pagamento, hora extra e

adicional noturno, diárias no caso de deslocamento, além de indenizações por mortes ou lesões de trabalho.

Os líderes da **unidade de compras** efetuam os procedimentos legais para a compra ou a contratação de bens e serviços (orçamentos, contratos, pagamentos), tanto para o pessoal empregado na operação como também para a população afetada pela emergência ou situação crítica.

Os líderes da **unidade de custos** controlam os gastos da operação, a fim de determinar seu custo e de identificar a necessidade de recursos financeiros adicionais.

Aqui, considerando a estrutura básica e as funções apresentadas, segue um modelo de organograma para o sistema de comando em operações:

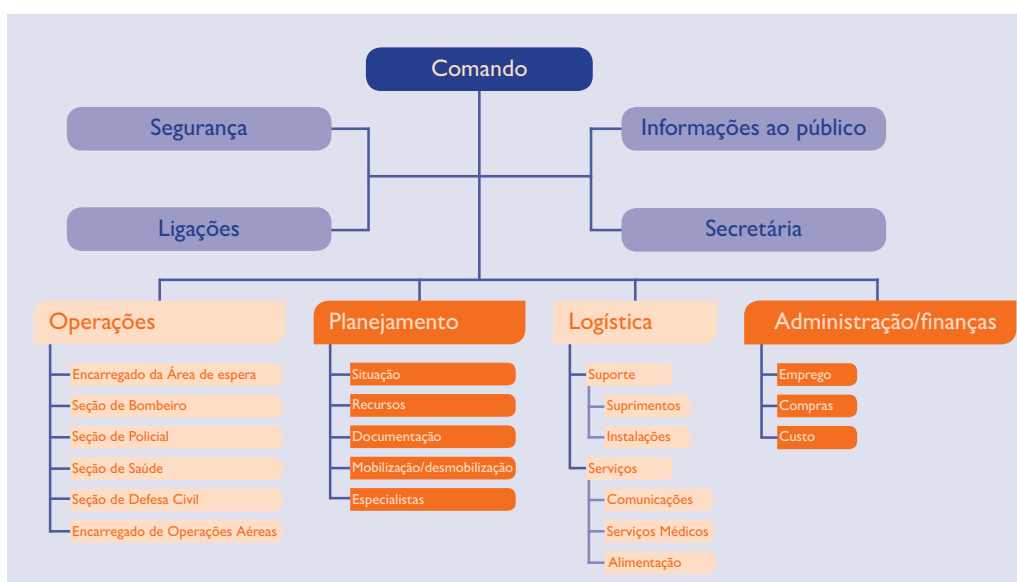


Figura 8: Modelo de organograma para o Sistema de Comando em Operações

Fonte: Elaborada pelos autores deste material

Sistema de Comando em Operações (SCO) na Prática

Embora o SCO já tenha se consolidado como modelo-padrão para a administração de desastres em vários países, ainda é possível encontrar alguma resistência ao seu emprego ou mesmo um desconhecimento de suas vantagens como ferramenta de gestão.

O simples fato de conhecer os princípios do SCO não garante seu adequado funcionamento. É fundamental que a organização que se servir do modelo o utilize desde os primeiros minutos da situação crítica, de forma sistemática, a partir de três grandes etapas: de resposta imediata a de elaboração do plano de ação e a etapa final que é a de desmobilização.

Etapa de Resposta Imediata

A etapa de resposta imediata corresponde às primeiras ações de resposta adotadas quando se identifica o cenário de crise ou crítico.

Instalação do SCO

Assim que a situação crítica é percebida, as primeiras equipes que chegam ao local avaliam preliminarmente a situação e implementam as primeiras ações (procedimentos operacionais padronizados) voltadas para o controle inicial de riscos (segurança) e obtenção de maiores informações sobre o que está acontecendo.

Assunção do Comando

A pessoa que instalou o SCO deve assumir formalmente o comando da operação por meio da rede rádio. Esse comando pode ser único (quando assumido por uma única pessoa) ou unificado (quando representantes de várias organizações assumem o comando de forma colegiada). Dependendo do andamento da situação, o comando único pode se converter em um comando unificado (quando mais representantes de outras organizações passam a integrar a operação).

Instalação do Posto de Comando (PC)

Em seguida, a pessoa que assumiu o comando deve identificar um local apropriado para instalar o posto de comando da operação, levando em consideração requisitos de segurança, acessibilidade, fácil localização, etc.

Instalação da Área de Espera/Estacionamento

Após instalar o PC, o comando da operação deve identificar um local apropriado para instalar a área de espera e designar uma pessoa para assumir a função de encarregado dessa área. Esse encarregado irá controlar os recursos operacionais que chegam para atuar na operação.

Parte desses recursos já pode estar em operação e, por isso, é possível fazer seu cadastramento por meio de comunicação de rádio (para não retardar as ações de socorro). Os recursos que estão chegando recebem suas atribuições assim que são recepcionados e cadastrados e, finalmente, uma parte desses recursos é cadastrada e permanece estacionada na área de espera, aguardando acionamento posterior, de acordo com as necessidades da operação.

Coleta de Informações

Após designar a área de espera e seu encarregado, o comando passa a buscar informações sobre a situação crítica. Para formar um cenário mais completo da situação, é importante responder às seguintes questões:

- O que aconteceu?
- Como está agora?
- Como poderá evoluir?

Essas informações podem ser visualizadas diretamente pelo comando ou chegarem até o PC por meio de relatos de vítimas, testemunhas, integrantes das equipes de resposta, etc.

Etapa do Plano de Ação

A etapa do Plano de Ação se refere ao momento de planejamento, quando é possível traçar ações com foco em objetivos.

Plano de Ação Inicial

Com base nas informações coletadas, o comando deverá implementar o plano de ação inicial para estabelecer objetivos e prioridades, a partir da situação e dos recursos disponíveis, num determinado período operacional. Esse primeiro plano é simples e de curto alcance, representando um esforço inicial para a passagem de uma resposta mais genérica, baseada em ações orientadas em Planos Operacionais e em planos de contingência, para uma resposta baseada num plano concreto (específico) sobre uma situação conhecida.

A elaboração sucessiva de novos planos de ação depende em grande parte de um adequado trabalho de inteligência e da **coleta sistemática de informações**. Com o primeiro plano de ação em prática, podemos finalizar a etapa de resposta inicial.

O plano de ação inicial serve para estabelecer os objetivos e as prioridades, a partir da situação e dos recursos disponíveis, num determinado período operacional. Os recursos operacionais que já estão no local da emergência não ficam parados aguardando a elaboração do plano. Em situações críticas, cada uma das organizações acaba atuando com base nos seus procedimentos operacionais padronizados até que o comando estabeleça um plano com objetivos e prioridades comuns.

O plano de ação inicial deve conter informações sobre o cenário (mapas, croquis), os objetivos estratégicos e táticos da operação, as principais tarefas a serem realizadas, a estrutura organizacional do SCO, a descrição dos recursos disponíveis, os dados relativos aos riscos e a estrutura de comunicações do SCO.

Com base no plano de ação inicial, o comando da operação acompanha os trabalhos e continua reunindo informações. Cabe ao comando, ainda, solicitar ou dispensar recursos adicionais e verificar a necessidade da implantação de novas funções no organograma do SCO (operações, segurança, secretaria, ligações e, assim por diante, conforme a necessidade).

Tal situação exigirá do comando a implementação de novas funções no organograma do SCO e a transferência de responsabilidades para outros integrantes da equipe, de forma que os trabalhos passem a ser realizados por equipes ampliadas.

De dentro do PC, o comando permanece controlando informações, recursos, organograma, mapas e croquis, plano de ação, enfim, a operação.

Períodos Operacionais e Novos Planos

Quando o período operacional estipulado está chegando ao fim, o comando reúne-se com os demais integrantes de seu *staff* para avaliar os resultados obtidos e elaborar um novo plano de ação para mais um período.

Assim, na medida em que a situação crítica é estabilizada e a situação caótica do início é controlada e estabilizada, existe a tendência de que os planos de ação sucessivos sejam organizados em períodos operacionais cada vez maiores, em decorrência da situação que vai se estabilizando e diminuindo riscos, complexidade, dinamismo e confusão.

Com o passar do tempo, as prioridades e os objetivos da operação também se modificam.

Hierarquização de Objetivos

O SCO sugere, como referência para a confecção dos planos de ação, que o comando utilize uma hierarquização de objetivos, de forma a priorizar a articulação de recursos e esforços, da seguinte forma:

- objetivos de preservação e socorro à vida (critério de proteção à vida);
- objetivos de estabilização da situação crítica (critério de controle e estabilização da emergência); e
- objetivos de proteção às propriedades e preservação do meio ambiente (critério de proteção aos investimentos e meio ambiente).

Embora bastante óbvias, essas prioridades representam o consenso entre os especialistas e um guia bastante útil no planejamento inicial da resposta à situação crítica.

Transferência de Comando

Na prática, é bem comum que a pessoa que instalou o SCO e assumiu formalmente o comando da operação seja alguém ligado à parte operativa e, portanto, não detenha suficiente autoridade para permanecer no comando durante toda a operação.

Nesse caso, o comando pode e deve ser transferido para outra pessoa mais qualificada ou com maior autoridade (especialmente em situações críticas de maior magnitude), no entanto, essa transferência deve ocorrer de maneira formal, por meio da rede de comunicação de rádio.

Em resumo, independentemente do motivo da passagem do comando, há dois aspectos importantes nesse processo, a transferência formal da autoridade para evitar a perda da unidade de comando e a transferência efetiva de todas as informações relevantes para que não haja uma quebra na sequência das atividades.

Emprego de Formulários Padronizados

O SCO recomenda, enfaticamente, o emprego de formulários padronizados (formulário SCO 201), para facilitar a transmissão de todas as informações necessárias. Essa prática é especialmente importante durante a primeira transferência de comando, ainda na fase inicial da operação.

O formulário padronizado SCO 201 registra uma série de informações básicas e deve ser preenchido pelo próprio comando (em alguns casos com o auxílio do chefe de operações ou outra pessoa do *staff* do comando, quando tal função já estiver ativada).

Etapa de Desmobilização da Operação

A etapa de desmobilização da operação se refere ao momento em que a situação crítica está estabilizada e podemos desativar o SCO, desmobilizando os recursos humanos e materiais.

Os modelos de formulários estão disponíveis no *Manual de Gerenciamento de Desastres*, em: http://www.ceped.ufsc.br/sites/default/files/projetos/manual_sco.pdf. Acesso em: 25 jun. 2013.

Desmobilização da Operação

Conforme os objetivos são alcançados e a situação crítica estabilizada, diminuem os riscos, a complexidade e a confusão, tão comuns nos períodos iniciais da operação. As tarefas ainda necessárias exigem cada vez menos articulação tornando-se mais e mais simples, até o momento em que a situação volta à normalidade e chega o tempo de iniciar a desmobilização dos recursos empregados, ou em outras palavras, o tempo de desativar o SCO.

Dessa forma, a desmobilização deve ser planejada e executada cuidadosamente para evitar o descontrole e a perda de equipamentos e materiais, a sobrecarga de equipes ou determinadas organizações e o desmantelamento descontrolado das operações.

O plano de desmobilização deve garantir que todos os recursos operacionais sejam desmobilizados, todos os materiais e equipamentos devolvidos e os formulários devidamente preenchidos.

Resumo geral da sequência do ciclo de planejamento operacional a partir da ocorrência do evento (emergência ou situação crítica):

1. avaliação (dimensionamento) e ações iniciais de resposta seguindo procedimentos operacionais padronizados;
2. instalação do SCO;
3. assunção do comando através da rede de rádio;
4. instalação do posto de comando;
5. instalação da área de espera/estacionamento e indicação do seu encarregado;
6. coleta de informações e elaboração do plano de ação inicial;
7. estabelecimento dos objetivos e prioridades a partir da situação e dos recursos disponíveis para um determinado período operacional;
8. execução do plano e continuação da coleta de informações;
9. verificação da necessidade da implementação de novas funções (*staff* de assessoria e *staff* principal);
10. solicitação ou dispensa de recursos adicionais;
11. controle da operação no Posto de Comando (PC) e preparação para reunião de avaliação e planejamento do novo período operacional;
12. registro das informações no formulário padronizado SCO 201;
13. transferência do comando ou instalação do comando unificado;
14. realização da reunião de avaliação e planejamento do novo período operacional; e
15. execução do plano e reinício do ciclo de planejamento até a desmobilização.

Quadro 2: Resumo geral da sequência do ciclo de planejamento operacional a partir da ocorrência do evento (emergência ou situação crítica)

Fonte: Manual Gerenciamento de Desastres (2010)

Gerenciamento de Abrigos Provisórios

Em um desastre, a população afetada sofre um desarranjo parcial ou total de seus lugares habitacionais, ou seja, de suas casas, da organização cotidiana de seus núcleos familiares. Na maior parte das vezes, no caso de grandes eventos, há perda das fontes de trabalho e da rede de vizinhança de apoio.

Assim, em um desastre, desabrigados e desalojados têm o par família-casa como elementos de construção da realidade social dissociado em razão da moradia estar destruída, danificada ou em área de risco.

É preciso garantir o provimento de água e as boas condições de higiene, a manutenção de temperatura adequada às circunstâncias ambientais e a questão de saúde. Entretanto, é necessário dar atenção a outras situações igualmente importantes. A necessidade de segurança das pessoas é primariamente determinada pela relação afetiva estabelecida com quem está à sua volta.

Observe que, no caso específico do abrigo, a organização do espaço deve privilegiar a condição de aglutinação familiar ou de vizinhança.

Algumas vezes, pode parecer mais fácil a separação das pessoas por faixa etária ou por gênero, mas essa aparente facilidade pode acarretar uma grande “fratura” nas condições emocionais, já **combalidas** pelas perdas anteriormente sofridas. Pessoas adultas, antes assertivas e que até poderiam auxiliar na manutenção do cotidiano do abrigo, tornam-se apáticas. E, crianças maiores, que já se alimentavam sozinhas e não usavam mais mamadeiras ou fraldas, podem vir a demandá-las novamente, num claro sinal de regressão temporária e reativa às circunstâncias de separação das figuras de apoio e segurança.

Uma organização do abrigo que procure contemplar necessidades emocionais, no mesmo patamar de importância das demais necessidades, ajuda bastante na etapa da resposta e também na de reconstrução.

De acordo com a Lei n. 12 608, compete aos Municípios organizar e administrar abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e de segurança. A Política Nacional de Assistência Social incluiu o gerenciamento de abrigos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, cabendo ao Assistente Social a responsabilidade de gerenciar os abrigos provisórios em calamidades públicas emergenciais. Sobre a Tipificação dos Serviços acesse: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protectaobasica/cras/documentos/Tipificacao%20Nacional%20de%20Servicos%20Socioassistenciais.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

Na área da imunologia, sabemos que circunstâncias emocionais desfavoráveis diminuem a resistência às doenças autoimunes e às infecções em geral. A situação pós-desastre já indica potencial para o rebaixamento das resistências emocionais.

Combalida: abatida, abalada; falta de forças físicas ou morais. Fonte: Ferreira (2010).

Observe que a tentativa de manter laços familiares e de amizade, sempre que possível, fortalece as resistências às situações adversas e contribui para patamares mais altos no que concerne à resiliência, individual e coletiva.

Outro aspecto que deve ser mencionado aqui se refere à organização das atividades cotidianas. Isso porque a organização de rotinas propicia um aumento da segurança entre as pessoas afetadas, tornando-as mais assertivas, o que colabora para a retomada do cotidiano das pessoas, das famílias e do Município.

O planejamento de horários de refeição, de higiene e de uma eventual recreação obedece às condições disponíveis no cenário de cada abrigo. Isso vai depender das ofertas disponíveis no conjunto geral dos recursos. Por isso, recomendamos que os abrigados sejam envolvidos na tomada de decisão sobre como planejar as atividades.

Gerenciar um abrigo envolve múltiplos aspectos que não apenas os relacionados à infraestrutura e à manutenção dos equipamentos físicos e de serviços do espaço de abrigamentos.

Nesse contexto, torna-se relevante a capacitação de gerentes de abrigos para atuarem de maneira adequada em situações de desastre.

Observe que não é possível apontar um modelo único de abrigo. Isso dependerá sempre da realidade de cada comunidade, das estruturas físicas e de logística disponíveis e também do tipo de desastre ocorrido.

É fundamental propiciar aos gerentes de abrigos instrumentos que norteiem o adequado gerenciamento de abrigos provisórios, de forma que eles sejam capazes de:

- organizar os recursos para gerenciar um abrigo;
- recepcionar, triar e categorizar as famílias desabrigadas;
- estabelecer e regular as rotinas de um abrigo;
- coordenar atividades de promoção da saúde, por meio de ações educativas e recreativas;
- planejar e executar medidas para o retorno das famílias às suas vidas cotidianas.

Normas Mínimas para o Funcionamento de Abrigos Provisórios

Esta seção foi elaborada com base no curso na modalidade EaD *Gestão de Riscos e de Desastres: contribuições da psicologia* e no texto *Administração de Abrigos Temporários – Escola da Defesa Civil do Rio de Janeiro* (2006).

As ações destinadas a atender às necessidades das populações afetadas por desastres, neste caso em especial **a instalação e o gerenciamento de abrigos provisórios**, devem se basear numa compreensão profunda da situação, incluindo os fatores políticos e os relacionados com a segurança, a saúde física, mental e social da população abrigada.

Juntamente com o abastecimento de água, o saneamento, a nutrição e os cuidados médicos, o abrigo é um fator decisivo para a sobrevivência em uma situação de desastre. Para além da sobrevivência, o abrigo é necessário para aumentar a resistência às doenças e proporcionar proteção às comunidades. É também importante para a manutenção da dignidade humana e para sustentar, quanto possível, a vida da família e da comunidade em circunstâncias difíceis.

O objetivo das intervenções referentes aos abrigos e à seleção e planejamento de locais de alojamento é satisfazer às necessidades físicas e sociais elementares das pessoas, das famílias e das comunidades de modo a disporem de um espaço protegido, seguro e confortável para viver, incluindo no processo, tanto quanto possível, a autossuficiência e a autogestão.

As intervenções devem ser concebidas e realizadas de modo que sejam reduzidos ao mínimo todos os efeitos negativos que podem ser gerados por um período de abrigamento. Três tipos de situações possíveis indicam as necessidades básicas das pessoas diretamente afetadas por um desastre no que se refere a abrigos. Essa situação é determinada:

- pelo tipo de desastre;
- pelo número de pessoas envolvidas; e
- pela capacidade da comunidade para enfrentar a situação.

O material está disponível em: <http://www.ceped.ufsc.br/cursos-e-eventos/gestao-de-riscos-e-de-desastres-contribuicoes-da-psicologia>. Acesso em: 25 jun. 2013.

Este texto está disponível em: www.defesacivil.pb.gov.br/.../999--manual-de-abrigo-temporario-corpo-de. Acesso em: 25 jun. 2013.

Devemos considerar que os membros de uma comunidade afetada quase sempre preferem permanecer nas suas casas ou nas proximidades. Se isso for seguro é indicado que seja respeitado, já que a assistência às pessoas nos seus locais de origem é muito mais sustentável, ajuda a restabelecer a normalidade mais rapidamente e não obriga as pessoas a se afastarem em busca de um abrigo provisório.

Avaliação Inicial para a Instalação de Abrigos Provisórios

A avaliação inicial deve ser realizada, preferencialmente, pelo órgão local responsável pela política de assistência social, com o apoio da equipe de Proteção e Defesa Civil, em cooperação com uma equipe multidisciplinar, e com a ajuda de representantes da comunidade que será abrigada.

A informação é recolhida e apresentada aos gestores do desastre de forma a permitir que o processo de tomada de decisão seja coerente e transparente no que diz respeito a toda assistência que será oferecida, desde as instalações físicas até o fornecimento de alimentos e remédios.

Os dados recolhidos são organizados segundo categorias, como nome, sexo e idade, e pelas condições especiais individuais (se toma alguma medicação; pessoa com deficiência; etc.).

As informações recolhidas servem para determinar as necessidades da população com relação ao abrigo, à doação de roupas e artigos domésticos, à alimentação e aos medicamentos. Na avaliação inicial são considerados:

- o perfil e a situação da população afetada; e
- os recursos locais materiais, de infraestrutura e pessoal.

Orientação para Manutenção dos Abrigos Provisórios

As orientações para a manutenção dos abrigos provisórios são as seguintes:

- Finalidade: o abrigo provisório tem por finalidade permitir o atendimento, durante um curto espaço de tempo, das famílias que tiveram suas casas danificadas ou destruídas

por desastres. No abrigo são oferecidas condições de sobrevivência e de proteção, até que seja possível cada um voltar para a sua residência ou alternativa, por exemplo, o aluguel social.

- **Estrutura organizacional do abrigo:** Para que o seu gerenciamento seja bem organizado, aconselhamos que todo abrigo tenha a seguinte estrutura:
 - ▶ **Coordenação:** responsável pela organização e supervisão das atividades internas do abrigo e pela ordem e segurança.
 - ▶ **Serviço de assistência social:** responsável pela triagem e levantamento socioeconômico dos desabrigados, respeitando os núcleos familiares; tomar providências para o fornecimento de alimentação diária; controlar saída e entrada dos abrigados; assim como, guarda dos pertences familiares.
 - ▶ **Serviço de saúde:** responsável por examinar os desabrigados e selecioná-los de acordo com a gravidade dos sintomas; dar prioridade de atendimento ao abrigado que apresentar sintomas mais graves ou que apresente condições clínicas que exijam tratamento imediato; encaminhar aos hospitais os abrigados que necessitam de hospitalização; providenciar a prevenção e o controle diário de doenças infectocontagiosas.
 - ▶ **Serviço de estoque:** responsável por receber o material doado ao abrigo (alimento, água, roupas, colchões e cobertores etc.); classificar o material doado organizá-lo por natureza e de acordo com o tamanho e utilização; estabelecer sistema de distribuição de acordo com a condição do abrigo; fazer previsão das necessidades em função do número de abrigados; controlar o material distribuído e possuir controle do estoque.
 - ▶ **Serviços gerais:** responsável pela montagem e manutenção dos serviços essenciais para o funcionamento do abrigo, quais sejam: refeitório, cozinha, banheiros, instalações hidráulicas, caixa d'água, instalações elétricas, gerador ou outros meios de iluminação, serviço geral de limpeza e saneamento em torno do abrigo;
- **Orientações gerais para a instalação de abrigos provisórios:** devem localizar-se fora da área de risco e possuir boas condições de acesso, tanto de pessoas como de serviços.
 - ▶ Só devem ser admitidas nos abrigos pessoas que realmente tenham sido atingidas pelo desastre, ou que estejam em áreas de alto risco que necessitem evacuação ou sob iminente ameaça e não tenham outra possibilidade de acolhimento.

- ▶ Todas as pessoas abrigadas devem ser cadastradas. O controle das pessoas, como entrada e saída, ainda que por tempo reduzido, deve ser registrado.
 - ▶ As pessoas que tiverem função no abrigo deverão portar plaquetas de identificação, com nome e função. O acesso de pessoas no abrigo deverá ser estritamente limitado aos abrigados e ao pessoal de assistência, devidamente identificado.
 - ▶ Devem ser estabelecidos e observados por todos os abrigados os horários de café, almoço, jantar e recolhimento noturno.
 - ▶ Proibição do porte de armas brancas e de fogo, bem como o funcionamento de aparelhos de som, fora dos horários estabelecidos, e o consumo de bebidas alcoólicas no interior do abrigo.
- Dependências físicas dos abrigos provisórios: cada abrigo deve possuir as seguintes dependências:
 - ▶ alojamentos: as pessoas devem ser, preferencialmente, acomodadas respeitando os núcleos familiares.
 - ▶ Sanitários: masculino, feminino (as crianças deverão utilizar o sanitário feminino).
 - ▶ Cozinha.
 - ▶ Área de estoque.
 - ▶ Área de serviço.
 - Elementos imprescindíveis nos abrigos:
 - ▶ **Água potável:** é o elemento mais importante. Cada abrigo deverá possuir, em reserva, quantidade suficiente para suprir cada uma das pessoas (1 litro e 1/2 diário) por 15 dias. A água que, porventura, estiver armazenada ou parada por longo período, poderá ser usada mediante tratamento prévio feito com agentes químicos purificadores, como:
 - ▶ solução de Milton (preparado específico para esse fim);
 - ▶ tintura de iodo a 2% (12 gotas para cada 5 litros); e
 - ▶ água sanitária (8 gotas para cada 5 litros e duplicar a quantidade, caso a água esteja muito turva).
 - Alimentos: cada família de cinco membros consome, em 15 dias estimadamente, uma cesta de alimentos com os seguintes itens:
 - ▶ arroz (2 pacotes de 5 kg);
 - ▶ feijão (3 pacotes de 1 kg);
 - ▶ óleo vegetal (2 embalagens PET de 900 ml);

- ▶ macarrão (4 pacotes de 500 g);
- ▶ açúcar (1 pacote de 2kg);
- ▶ leite em pó (2 pacotes de 1kg);
- ▶ farinha mandioca (2 pacotes de 1kg);
- ▶ doce em massa (2 embalagens de 500g).
- Gás: recomendamos o uso de gás engarrafado.
- Luz: quando houver interrupção do fornecimento de energia elétrica, o restabelecimento da iluminação deverá ser providenciado, provisoriamente, por meio de geradores, de lampiões e de lamparinas.

Rotina de Gerenciamento de Abrigos Temporários

As rotinas de abrigos provisórios referem-se às rotinas que visam orientar o funcionamento do abrigo para a convivência entre as pessoas. As rotinas (ou as regras de convivência) devem ser:

- pré-formuladas pelos facilitadores de abrigo, de acordo com a especificidade de suas atividades, incluindo a comunidade que vive em área de risco, que é o público potencial para a utilização das instalações na ocorrência do desastre; essa formulação deve ainda ocorrer no período de prevenção e de preparação;
- adequadas ao contexto sociocultural da comunidade afetada;
- claras;
- válidas para todos;
- afixadas em locais de fácil visibilidade; e
- baseadas nos direitos dos desabrigados.

Lembre-se de que, durante a permanência no abrigo, os **direitos** dos desabrigados devem ser respeitados e o acolhimento deve ser adequado, visando à diminuição do sofrimento desencadeado pelo desastre, tendo como referência o seguinte embasamento técnico-legal:

- Constituição Brasileira.

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação [Redação dada pela Emenda Constitucional n. 64/2010], o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a prote-

ção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988, art. 6º)

- Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Todo o homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda de meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle. (BRASIL, 1948, art. 25)

- Estatuto da Criança e do Adolescente.

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, art. 4º)

- Carta de Assistência Humanitária da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa Carta determina normas mínimas para garantir todas as medidas possíveis a serem tomadas para evitar ou aliviar o sofrimento humano decorrente de catástrofes ou conflitos, resguardando que as populações afetadas tenham seus direitos à proteção e à assistência garantidos.

- Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres. Esse Protocolo assegura a proteção integral aos direitos de crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, em situação de riscos e desastres, com objetivo de reduzir a vulnerabilidade a que estiverem expostos.

- Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Muito bem, como está o seu entendimento? Caso haja alguma dúvida, fale com o seu tutor, ele está esperando pelo seu contato. Lembre-se de que é muito importante para o seu aprendizado que você entenda o que está sendo abordado.

Leia esta Carta na íntegra em: <<http://forumsnlp.org/images/stories/restrito/sphere/spherept.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2014..

Leia este Protocolo na íntegra em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/protocolo_nacional_desastres_2013.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2014.

Esta Convenção está disponível em: <<http://www.acessibilidadeweb.com/luso/Convencao.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

A seguir apresentamos algumas sugestões para a organização e funcionamento do abrigo provisório, observe:

- Estabelecimento de **horários**.

Atividades/rotinas	Horários sugeridos
Alvorada	7h
Café da manhã	7h30m – 8h30m
Almoço	12h – 14h
Jantar	18h – 20h
Abertura e fechamento do abrigo	6h – 23h
Lactário	2h, 5h, 8h, 11h, 14h, 17h, 20h, 23h
Espaço recreativo	8h – 11h e 14h – 17h

- **Circulação de informações:** é importante que os desabrigados sejam informados sobre as ações que estão sendo realizadas e que as pessoas responsáveis por repassar as informações sejam pessoas capacitadas e com legitimidade de liderança na maioria do grupo.

O repasse das informações pode ser realizado em grupo, individualmente ou por escrito, dependendo do seu conteúdo e objetivo.

- **Lista de cadastrados:** é a lista gerada após o cadastro que tem por objetivo controlar o quantitativo de desabrigados e os recursos disponibilizados. É necessário ter uma pessoa responsável pela atualização da lista, que deve ser realizada constantemente. Observe as possíveis atualizações que podem ocorrer:
 - ▶ hospitalização do desabrigado;
 - ▶ falecimento do desabrigado;
 - ▶ saída definitiva do abrigo; e
 - ▶ condição de desalojado.

A cada atualização, a lista deve ser distribuída aos diversos setores do abrigo, a fim de que possa haver um controle dos benefícios, tais como refeições e aquisição de materiais de higiene.

- Com relação ao trânsito de pessoas no abrigo, sugerimos que:
 - ▶ seja definido um local com uma única via de entrada e de saída no abrigo;

Outros horários podem ser estabelecidos: horários de banho, atividades de limpeza, atividades educativas e visitas.

Os setores que devem receber a lista são: administração, recepção, refeitório e almoxarifado.

- ▶ haja sempre uma pessoa responsável por este local;
- ▶ a entrada e a saída das pessoas desabrigadas devem ser livres, desde que respeitadas regras e horários estabelecidos (direito de ir e vir);
- ▶ não seja permitida a entrada de pessoas não abrigadas, exceto quando previamente autorizadas; e
- ▶ todas as pessoas que trabalham no abrigo devem ser identificadas por crachás ou por qualquer outra forma de destaque.
- Atividades de manutenção diária no abrigo provisório – **é preciso** incentivar a participação dos desabrigados nas atividades de manutenção do espaço físico:
 - ▶ as atividades devem ser construídas, selecionadas e apresentadas para os desabrigados que deverão escolher aquelas com as quais se identificam;
 - ▶ tipos de atividades: varrer o chão, limpar os banheiros, cozinhar, lavar as louças, retirar o lixo, ajudar nas atividades recreativas (atividades de manutenção do cotidiano);
 - ▶ as pessoas envolvidas nas atividades podem utilizar crachás de cores distintas, de acordo com as funções realizadas;
 - ▶ voluntários capacitados podem ajudar na organização dessas tarefas, bem como estabelecer uma escala e auxiliá-los quanto aos possíveis problemas. (exemplos: médicos, psicólogos, nutricionistas, cozinheiros etc.).
- Assistência religiosa:
 - ▶ a assistência religiosa pode servir como fonte opcional de reestruturação emocional;
 - ▶ as manifestações religiosas dentro do abrigo podem ser realizadas desde que solicitadas e previamente autorizadas pelo(s) facilitadores do abrigo; e
 - ▶ é preciso destinar um local para tais manifestações.
- Espaço recreativo: é um espaço preparado para estimular a criança a brincar, possibilitando o acesso a diferentes tipos de atividades lúdicas. Tem por objetivo tornar a permanência da criança menos traumatizante, proporcionando momentos de distração e de convívio com outras crianças.
- Recursos humanos: além dos agentes dos órgãos envolvidos na garantia da assistência, social, saúde, proteção e segurança, gestores de RH também devem compor a equipe de gerenciamento de abrigos:
 - ▶ voluntários capacitados;

- ▶ profissionais voluntários (professores, pedagogos, animador cultural); e
- ▶ responsáveis (familiares).
- Recursos materiais: é imprescindível a existência de brinquedos de encaixe, móveis, livros, bonecos, entre outros. A aquisição prévia de brinquedos pode ser feita com recursos próprios ou por meio de doações.
- Horário de funcionamento para atividades administrativas, de serviços e lúdicas: seguem algumas sugestões:
 - ▶ horários de funcionamento: das 8h às 11h e das 14h às 17h;
 - ▶ participação de crianças de 1 a 12 anos;
 - ▶ crianças de até 3 anos devem estar acompanhadas de seus responsáveis; e
 - ▶ não devem existir brinquedos que instiguem a violência, como armas, facas, brinquedos de lutas e guerras, entre outros.
- Saúde Mental e Atenção Psicossocial: as pessoas afetadas pelo desastre sofrem o impacto do evento sempre de forma singular. A carga traumática ocorre em função da organização psíquica prévia das pessoas afetadas.

Portanto, desastres que poderiam ser classificados como de média gravidade podem produzir forte impacto em algumas pessoas e em outras não. O inverso também pode acontecer, embora seja menos provável. É possível observar que, quando a magnitude do desastre é muito grande, a probabilidade de dano psíquico aumenta de maneira geral. Isso acontece devido a vários fatores, como por exemplo, a faixa etária e a exposição a situações anteriores também adversas.

Observe que essa ressalva é importante, pois o senso comum por vezes tende a criar uma patologia relacionada à situação pós-desastre, transformando determinadas reações comuns e temporárias compreensíveis, considerando a gravidade da situação vivenciada, em sintomas patológicos por causa da reação da pessoa afetada.

Profissionais da área de saúde mental que atuam em emergências e desastres afirmam que a porcentagem de pessoas que efetivamente apresentam sintomas de acometimento psíquico após a ocorrência de desastres estaria em torno de 20%. Dentre essas afecções estariam o uso abusivo de álcool, de drogas ilícitas, de depressão, de insônia, de irritabilidade e de dificuldades de concentração.

Exacerbação: irritação, aflição. Fonte: Ferreira (2010).

Nas crianças, por vezes, observamos alguns comportamentos regressivos, como **exacerbação** da dependência aos adultos e dificuldades de aprendizagem. Nas situações dos abrigos provisórios, o compartilhamento forçado do espaço físico e a restrição à intimidade pode também suscitar comportamentos agressivos e de intolerância, principalmente em pessoas que anteriormente eram descritas como calmas e acolhedoras.

É fundamental acionar as redes de saúde mental próximas, os serviços substitutivos ou os centros de atenção psicossocial. Aqui vale enfatizar mais uma vez a importância das redes de proteção que podem ter sido construídas nos planos de contingência, o que acontece, ou deveria acontecer, na fase da preparação.

Outro fato importante é que os espaços dos abrigos, embora devesseser transitórios, por vezes perduram por um tempo muito grande, e a situação, que era de exceção, acaba por se configurar como de rotina, exigindo outras ações que minimizem os efeitos negativos sobre o equilíbrio emocional dos abrigados.

O sucesso dos programas de saúde mental para a população afetada por desastres depende, entre outros aspectos, da maneira como esses serviços são oferecidos diretamente às pessoas no momento de crise, quando ainda estão nos abrigos, em casas temporárias, igrejas ou escolas.

As medidas que seguem, e que devem ser adotadas nos abrigos provisórios, visam a facilitar a identificação de problemas, o acolhimento do sujeito e a implicação da comunidade no processo de avaliação das perdas e da elaboração da reconstrução da vida:

- propiciar ambientes seguros e confiáveis;
- atender às necessidades básicas;
- prover informações de forma adequada e sistemática;
- criar espaços de reflexão, troca e apoio;
- escutar atentamente os indivíduos afetados e os membros de resposta;
- estimular a participação em atividades do abrigo, enfatizando a responsabilidade pessoal e coletiva; e
- realizar atividades educativas e recreativas.

Com relação aos cuidados nutricionais, produção de refeições: o principal objetivo a ser alcançado no abrigo, no que diz respeito à nutrição

em situações de emergência, é garantir o acesso dos desabrigados aos alimentos para a manutenção do estado nutricional adequado básico.

Devemos priorizar alimentos não perecíveis (que não estragam facilmente), de boa aceitação, de alto valor energético e de fácil preparação (macarrão, enlatados, fubá, grãos, entre outros).

Alguns pontos devem ser considerados para que o setor que fornece as refeições no abrigo funcione corretamente e seja assegurada a qualidade das refeições.

- A qualidade dos alimentos:
 - ▶ características sensoriais (aparência, aroma, consistência ou textura e sabor);
 - ▶ prazo de validade;
 - ▶ procedência (fornecedor); e
 - ▶ variedade.
- A quantidade dos alimentos:
 - ▶ porções de acordo com necessidades energéticas;
 - ▶ **mínimo de três refeições por dia** (desjejum, almoço e jantar).
- O cardápio: deve ser preferencialmente planejado com a orientação de um nutricionista do Município. Os integrantes do abrigo devem ser envolvidos no preparo dos alimentos e receber informações que poderão auxiliar na melhoria da qualidade de sua alimentação após a desmobilização do abrigo.

Para fazer um cálculo estimado da quantidade de alimento necessária, para ser comprada, devemos levar em conta o rendimento do alimento e suas perdas durante a fase de preparação (cascas e caroços), que podem variar muito de um alimento para o outro.

Os alimentos doados poderão ser utilizados desde que sejam observados os seguintes aspectos:

- a procedência;
- a validade;

Alguns grupos podem necessitar de mais alimentos ou refeições (crianças, gestantes, indivíduos com baixo peso).

- a integridade das embalagens; e
- o estado de conservação.

Caso faltem alimentos no abrigo e seja necessário solicitar doações, via meios de comunicação, devemos solicitar, preferencialmente, alimentos não perecíveis. Alimentos perecíveis só deverão ser solicitados caso possam ser preparados no mesmo dia ou haja local adequado para estocá-los.

É importante que você saiba que na maioria dos municípios do país não é permitida a utilização de sobras de refeições provenientes de restaurantes, lanchonetes e similares, devido à legislação da Vigilância Sanitária.

Requisitos para Áreas Destinadas à Produção de Refeições

Nas áreas de estocagem e de preparação de refeições, é preciso observar:

- o número de equipamentos e de utensílios;
- os locais para pré-preparo e preparo; e
- os locais para armazenamento de secos, refrigerados e congelados.

Na área de distribuição das refeições, devemos observar:

- os horários preestabelecidos para as refeições; e
- a presença de mesas e cadeiras suficientes.

Sempre que possível, devemos evitar que as pessoas saiam do local destinado às refeições com alimentos. Essa medida visa evitar a disseminação de vetores em outros locais do abrigo (alojamentos, sala de TV).

No lactário, o que deve ser observado são:

- os horários flexíveis (poderá ser utilizado em intervalos de 3 horas);
- a disponibilização de água filtrada ou fervida, leite em pó, farinhas (amido de arroz, farinha láctea, entre outros) e açúcar; e

- a disponibilização do fogão para preparo e aquecimento das fórmulas lácteas. Preferencialmente, as mães das crianças deverão ser responsáveis pela preparação e higienização das mamadeiras de seus filhos.

Com relação à mão de obra, num abrigo devemos ter à disposição:

- merendeiras, cozinheiros e/ou auxiliares de cozinha;
- voluntários treinados; e
- abrigados com orientação e de acordo com a divisão de atividades.

O poder público deve ser responsável por fornecer mão de obra qualificada para a execução das tarefas relacionadas à produção de refeições. Em último caso, utilizar voluntários capacitados para auxiliar na preparação das refeições.

Atenção Nutricional para Grupos Específicos

Em abrigos, o maior enfoque deve ser dado às pessoas consideradas em risco nutricional, com o intuito de combater estados de subnutrição que podem complicar problemas já existentes ou criar novas doenças. Portanto, alguns grupos devem ser identificados o mais cedo possível e precisam permanecer sob vigilância nutricional, como:

- crianças menores de 5 anos;
- gestantes e lactantes;
- idosos; e
- hipertensos e diabéticos.

O cuidado nutricional será baseado principalmente na atenção a esses grupos mais vulneráveis, sendo os demais grupos acompanhados com relação ao consumo adequado de nutrientes provenientes da ingestão diária das refeições fornecidas.

- **Desmobilização:** é o conjunto de atividades empreendidas pelos facilitadores do abrigo, com o objetivo de retomar a rotina de normalidade da comunidade e a saída do local utilizado como abrigo provisório. O encerramento das atividades no abrigo está diretamente vinculado à:
 - ▶ possibilidade de retorno das famílias às suas vidas cotidianas; e

- ▶ determinação da desativação pelas autoridades responsáveis.
- Medidas de retorno: o retorno das famílias deve ser planejado tão logo se iniciem as atividades do abrigo. As possibilidades de medidas de retorno são:

- ▶ propiciar o retorno ao local de moradia.

É necessária a avaliação, por autoridades competentes, dos danos e das condições de segurança existentes nas residências afetadas, e alguns aspectos devem ser necessariamente considerados:

- ▶ devem ser acionados, quando necessário, órgãos de concessionárias locais responsáveis por água, esgoto e eletricidade;
- ▶ o acolhimento das famílias em residências de familiares, amigos, entre outras redes de vizinhança deve ser facilitado pelos responsáveis pelo gerenciamento do desastre;
- ▶ o encaminhamento a esses locais não encerra a obrigação do poder público; e
- ▶ as famílias devem ser assistidas até que consigam se restabelecer, podendo ser inseridas em programas sociais existentes no Município.
- Ações básicas de desativação.

O Órgão Municipal de Proteção e Defesa Civil é o responsável por determinar o momento de encerramento das atividades do abrigo provisório. Concluído o processo de retorno das famílias, devem ser iniciadas as ações de desativação descritas a seguir:

- ▶ recolher, conferir e guardar todos os materiais em depósitos predeterminados pelo Órgão Municipal de Proteção e Defesa Civil ou pelo órgão municipal responsável;
- ▶ vistoriar as instalações (estrutura física e bens duráveis), detectando possíveis danos causados durante o funcionamento do abrigo temporário, isso deverá ser comparado com o relatório de vistoria inicial das instalações e firmado pela autoridade recebedora;
- ▶ executar a limpeza das instalações e, caso necessário, a restauração; e
- ▶ iniciar a desmobilização total e fazer o encerramento operacional caso tenham sido cumpridas **todas as ações previstas no planejamento.**
- Encerramento: é o processo de finalização das atividades e serviços, uma vez cumpridos os objetivos do abrigo temporário.

Os bens de consumo não utilizados, como alimentos e materiais de limpeza, em princípio, poderão ser distribuídos entre as famílias desabrigadas ou doados a outros órgãos. A quantidade de equipamentos recolhidos deve corresponder ao inventário inicial e constará da documentação a ser entregue.

- Encerramento operacional: desmobilização total e entrega das instalações do abrigo às autoridades competentes.
- Encerramento Técnico-administrativo: realização de uma reunião de encerramento e de avaliação, com o objetivo de revisar e compilar os documentos relacionados ao abrigo e ao processo de condução de retomada das atividades cotidianas dos sujeitos envolvidos no evento; e a preparação e entrega do relatório final ao Gestor de Proteção e Defesa Civil do Município.
- Reunião de encerramento e avaliação: depois de cessar todas as atividades do abrigo temporário recomendamos, antes da retirada do pessoal que integrou a equipe de gerenciamento (de facilitadores), que seja realizada uma reunião para verificar o funcionamento do abrigo e o que poderá ser melhorado num próximo.
- Pontos que devem ser considerados para a realização da reunião:
 - ▶ reunir a equipe de uma maneira informal;
 - ▶ solicitar a cada pessoa **um breve relato do trabalho** realizado e registrar todos os comentários apresentados; e
 - ▶ preparar um resumo que ajudará na elaboração do relatório final.
- Relatório final: o relatório final deve conter:
 - ▶ relação das instituições e das pessoas que colaboraram com o funcionamento do abrigo temporário;
 - ▶ identificação de todas as atividades realizadas durante o funcionamento do abrigo temporário;
 - ▶ discussão das decisões tomadas;
 - ▶ descrição geral do trabalho realizado (número de pessoas atendidas, número de profissionais envolvidos, quantidade de alimentos e kits familiares distribuídos, entre outros);
 - ▶ compilação dos documentos, formulários e balancetes referentes ao abrigo;
 - ▶ identificação das dificuldades encontradas – complicações e impedimentos;
 - ▶ descrição das experiências que acrescentaram novas habilidades à equipe de gerenciamento; e
 - ▶ sugestões de mudanças necessárias para o adequado gerenciamento.

Esta reunião pode ser orientada pela equipe de saúde mental.

Embora o desastre seja uma experiência de crise, essa experiência pode ser utilizada para ampliar a percepção de risco em relação a esses eventos. Portanto, é importante que nesse momento em que as pessoas estão mais sensibilizadas que se agreguem, também, trabalhos de mitigação e preparação para evitar desastres futuros e promover o fortalecimento de uma cultura de percepção de risco e o desenvolvimento de comportamentos de autoproteção frente a riscos de desastres.

Para saber mais sobre direitos humanos de habitação e segurança alimentar, entre outros, leia o texto *O Direito à habitação* em: <http://www.hrea.org/index.php?doc_id=412>. Acesso em: 26 jun. 2013.

Ações de Atendimento ao Público de Maior Vulnerabilidade

Todas as pessoas afetadas por um desastre devem ser atendidas adequadamente. O segmento da população, composto de crianças, adolescentes, mulheres grávidas, idosos e pessoas com deficiência, deve ter atenção prioritária. Além do fato de esses grupos terem direito à política de assistência e de inclusão, conforme legislação específica, isso se justifica, também, por conta das consequências imediatas, como:

- desnutrição;
- surtos de doenças infecciosas;
- interrupção das atividades escolares;
- perda da moradia e do contato com a família;
- interrupção ou agravamento das condições de acessibilidade;
- riscos de abuso sexual; e
- outras formas de violência.

Nas emergências, essa parcela da população se encontra em uma situação de grande vulnerabilidade. Atentos a essa realidade, os governos, as instituições e os grupos organizados, que atuam em cenários de desastres de diferentes naturezas, estão preocupados em garantir os direitos e em aprimorar os procedimentos de socorro e de assistência a esses grupos especiais.

Em âmbito nacional foi instituído o *Protocolo Nacional de Proteção Integral à criança, ao adolescente, ao idoso e à pessoa com deficiência*, com o objetivo de orientar agentes públicos estaduais,

Como já mencionamos, este documento está disponível em: <<http://www.sedh.gov.br/clientes/sedh/sedh/2013/03/12-mar-13-comite-do-protocolo-de-protecao-integral-de-vulneraveis-em-situacao-de-riscos-define-agenda-de-trabalho>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

municipais e federais, a sociedade civil, o setor privado e as agências de cooperação internacional para atuarem em situações de risco e de desastre no desenvolvimento de ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação.

No contexto internacional, as organizações humanitárias não governamentais e o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e da Meia Lua Vermelha, que formam o Projeto Esfera, lançaram no ano de 2011, no Panamá, a nova versão do manual *Carta Humanitária e normas mínimas para a ajuda humanitária*. O manual enfatiza a importância de entender e de apoiar as repostas locais aos desastres como uma prioridade, que também destaca a necessidade de reforçar todas as capacidades dos atores locais.

Este documento, cuja primeira edição data de 1998, contém um conjunto de princípios comuns e de padrões ou normas mínimas universais aplicáveis aos setores básicos de toda ajuda humanitária. Ele está disponível em: <http://forumsnlp.org/index.php?option=com_content&view=article&id=179&Itemid=100>. Acesso em: 26 jun. 2013.

Resumo...

Nesta Unidade, você teve acesso a um conjunto de informações sobre gerenciamento de desastres, especificamente relacionadas ao Socorro e à Assistência às pessoas afetadas por desastres. O conteúdo apresentado abordou a gestão de abrigos provisórios, a instalação do Sistema de Comando em Operações, a atenção aos grupos vulneráveis e a relevância de planejar as ações de socorro e a assistência no âmbito da resposta aos desastres.

Muito bem, concluímos a Unidade 3. Sabemos que esta Unidade trouxe um grande volume de informações, por isso, sugerimos que você procure seu tutor se precisar de ajuda sobre o assunto abordado aqui. Não hesite em entrar em contato, pois ele está preparado para ajudá-lo!

Complementando....

Sugerimos que você leia o texto a seguir no qual estão descritos os cuidados relacionados a cada um dos grupos considerados de maior vulnerabilidade em um cenário de desastre.

Socorro e Assistência aos Grupos Vulneráveis a Desastres

Leia o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 14 mar. 2014

Crianças e Adolescentes

Os direitos da infância e da adolescência devem ser assegurados antes (prevenção, mitigação e preparação), durante (resposta) e depois (recuperação) de uma situação de emergência.

Nos primeiros momentos da resposta a uma situação de emergência, os profissionais envolvidos na operação devem estar atentos às necessidades diferenciadas dessas pessoas, desenvolvendo atividades relacionadas: à proteção, à saúde (incluindo a prevenção do HIV/AIDS e assistência psicológica), à nutrição, à educação, à água, higiene e ao saneamento, ao esporte, ao lazer, à cultura e à convivência familiar e comunitária, de forma articulada e intersetorial.

Em todas as fases do Ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil (prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação) devem ser consideradas as informações sobre a capacidade de ação, indicadores demográficos e socioeconômicos disponíveis que subsidiarão os planos de contingência, que devem contemplar integralmente os direitos das crianças, dos adolescentes e das gestantes em situações de emergência.

Aspectos Relacionados à Resposta aos Desastres

Inicialmente é necessário identificar a quantidade e a situação em que se encontram as crianças, adolescentes e as gestantes, o que pode ser feito por meio de uma avaliação rápida para direcionar melhor o planejamento da resposta. Esse diagnóstico pode ser realizado em pouco tempo, com baixo custo, por meio da participação de voluntários e permite identificar as áreas e as famílias afetadas e as mais vulneráveis. Da mesma forma, é importante que os dados sejam coletados de forma desagregada e contemplem a faixa etária, a cor, a raça e o gênero das pessoas atingidas pela emergência.

Em linhas gerais, para alcançar os melhores resultados, a resposta deve se caracterizar por:

- **Liderança e coordenação**, definição clara das responsabilidades e funções dos atores envolvidos para melhor organizar o trabalho de campo, evitar sobreposição de ações e otimizar os recursos.
- **Parceria articulada** entre as diferentes instituições governamentais e não governamentais que fazem parte do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e Sistema de garantia de Direitos da Criança e do Adolescente – especialmente o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o Conselho Tutelar (CT); a comunidade, incluindo as crianças, os adolescentes; instituições reconhecidas pela comunidade como igrejas e movimentos sociais; e os meios de comunicação oficiais e comunitários.
- **Ação orientada para resultados estratégicos mensuráveis**, de acordo com a competência e habilidade de cada parceiro, seguindo normas e padrões previamente definidos.
- **Enfoque de direitos humanos**, de igualdade de gênero e de raça.
- **Monitoramento contínuo** da situação das crianças, dos adolescentes e das gestantes.

Ações de Socorro e Assistência a Crianças e Adolescentes

A recuperação das comunidades envolvidas nas situações de emergência pode durar anos. Muitas crianças e adolescentes vivem em abrigos por muito tempo. Por isso, nos casos de emergência, é preciso sempre considerar, em primeiro lugar, a garantia dos direitos das crianças, dos adolescentes e das gestantes nas diversas áreas como saúde, educação, proteção, infraestrutura básica (água e energia elétrica) saneamento, moradia, lazer, convivência familiar e comunitária. Isso significa priorizar toda a infraestrutura que garanta o pleno exercício desses direitos. Por exemplo, reconstrução de escolas e creches destruídas; saneamento básico; hospitais e postos de saúde danificados, entre outros.

A seguir estão detalhados os aspectos prioritários da assistência a crianças e adolescentes em cenários de desastre:

Assistência

- **Organização de abrigos:** ao planejar a rotina dos abrigos, as famílias, incluindo os adolescentes e as crianças, devem ser

consultadas para a construção de um espaço seguro. Abrigos com fácil acesso à escola e com capacidade de abrigamento respeitando o número de pessoas, famílias, gênero e idade. Ao planejar a disposição das famílias, devemos manter a coesão familiar, pois, sem isso, as crianças podem ter seu desenvolvimento, físico e emocional, bastante prejudicado.

- **Saúde:** os nutrientes necessários para o bom desenvolvimento das crianças e dos adolescentes devem ser garantidos, respeitando a cultura local. No abrigo, deve haver uma área destinada ao preparo e distribuição de formas lácteas e complementares para os lactantes, com rotina de funcionamento e horários fixos, afastado da circulação de pessoas e protegido da contaminação do ar. É preciso estimular a lactação em livre demanda até dois anos de idade. Mães com dificuldade em amamentar devem ser orientadas a repousar, ingerirem líquidos e se alimentarem adequadamente.
- **Atenção psicossocial:** crianças são mais vulneráveis devido à menor percepção de risco que possuem e à maior dependência de terceiros. As mudanças de rotina, juntamente com o não entendimento da situação, podem acarretar grande tristeza e medo, o que dificultará a aceitação do ocorrido, sua recuperação e seu desenvolvimento psicossocial. **Para os adolescentes**, uma especial atenção deve ser dada à prevenção de DST/AIDS, gravidez na adolescência e uso de drogas, incluindo o álcool.
- **Recreação e lazer:** brincar é necessidade básica e essencial para um bom desenvolvimento motor, social, emocional e cognitivo além de ajudar a lidar com momentos difíceis, reduzindo possíveis traumas e transtornos psicológicos.

Um bom conselho é montar uma brinquedoteca no abrigo que deve atender crianças em diferentes estágios de desenvolvimento e, se possível, contar com cantos locais para atividades (pode existir sem brinquedos, desde que haja outros estímulos para atividades). Nesse espaço poderão ser cultivados hábitos de não desperdiçar e não estragar. Desenhos, jogos e brincadeiras são meios que podem ser utilizados para aliviar a tensão. O espaço de recreação pode ser usado também como espaço de educação em que temas como segurança do lar, educação sexual, higiene pessoal, etc. podem ser discutidos.

Outros cuidados são recomendados, com atenção à desidratação, pois este grupo está sujeito a um risco maior; Vacinação em massa, com prioridade para a faixa etária de 2 a 19 anos; tratamento específicos para a faixa etária, variando por doença e tratamento.

Comportamentos agressivos e isolamento devem ser informados para a equipe psicossocial para análise e acompanhamento.

Seguem algumas observações que devem ser consideradas:

- Devemos conhecer as condições em que as crianças e os adolescentes viviam antes do desastre para compreender o contexto econômico, social e político da região.
- Crianças e adolescentes que mereçam cuidados especiais em decorrência de alguma deficiência física, sensorial, intelectual ou pertencentes a minorias étnicas, sociais e religiosas devem ser identificados.
- Complementarmente, devemos monitorar os portos, aeroportos e rodovias para que não haja saída de crianças sem companhia do responsável legal, inibindo o tráfico infantil.

Cuidados Emocionais

A Estratégia Internacional para Redução de Desastres (EIRD/ONU) afirma que as crianças que experimentam um evento traumático antes dos 11 anos têm três vezes mais probabilidade de desenvolver sintomas psicológicos do que aquelas que vivem seu primeiro trauma sendo adolescentes ou adultos.

As crianças não reagem como os adultos frente a eventos adversos. Elas não têm o mesmo nível de abstração para poder compreender racionalmente os acontecimentos e verbalizar suas emoções, que variam de acordo com a idade, e suas respostas emocionais vão estar relacionadas diretamente com as reações emocionais dos adultos que são significativas para eles. Todavia, as crianças podem superar melhor uma situação desse tipo se seus pais, amigos, familiares, professores ou outros adultos as apoiarem. Essa ajuda deve começar o mais rápido possível depois da ocorrência do evento.

Entre as várias ações que poderão ajudar as crianças, podemos destacar:

- O contato físico, por exemplo, um abraço, é importante principalmente com as crianças menores.
- Recomendar que os pais acompanhem seus filhos.
- Reafirmar frequentemente que estão seguros e a salvo.
- Falar com eles sobre o evento de forma simples.
- Facilitar que falem sobre o que ocorreu, se desejarem.

- Não minimizar e nem exagerar a situação.
- Não falar para as crianças sobre o medo que os adultos possam ter da situação futura (o processo de reconstrução).
- Não fazer promessas que não podem ser cumpridas.
- Desenvolver uma forma para que as rotinas familiares e sociais próprias de cada idade sejam mantidas dentro do contexto e sempre que possível.

Importante!

As crianças devem, sempre que possível, fazer parte das soluções dos problemas relacionados a sua nova rotina imposta pela ocorrência do desastre, pois a sua preparação pode garantir, numa outra situação de risco, que elas consigam se proteger e alertar a própria família para que os danos humanos sejam minimizados ou evitados. É a partir das informações que lhes são transmitidas pelo convívio social que elas reagem e atuam diante das mais diversas situações de risco.

Idosos

Devem ser adotadas as medidas necessárias para garantir o Direito à proteção contra todas as formas de violência, abuso, exploração e discriminação e promoção do envelhecimento ativo e saudável.

Para oferecer a primeira ajuda aos idosos é necessário que haja um conhecimento de suas principais limitações e necessidades, assim como uma disposição para atuar com respeito e compreensão. Para tanto, algumas ações são imprescindíveis para atender às necessidades específicas desse público em uma situação de desastres, quais sejam:

- Realizar cadastro das pessoas afetadas de forma a identificar as pessoas idosas e suas necessidades e zelar pelo cumprimento das normas de vigilância sanitária que fazem referência à pessoa idosa.
- Submeter o grupo de idosos a uma avaliação multiprofissional para verificar a necessidade de encaminhamento para Instituições Hospitalares e/ou outros dispositivos de saúde, inclusive de saúde mental.
- Garantir a manutenção de medicamentos de uso contínuo

Para saber mais direitos, leia o Estatuto do Idoso, Lei n. 10.741, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm>. Acesso em: 14 mar. 2014.

e manter a dieta adequada compatível com as doenças crônicas (exemplo: diabetes e hipertensão) e o suprimento regular de fraldas geriátricas.

- Garantir o acesso à água potável para consumo humano e espaço adequado para higienização com privacidade.
- Mobilizar apoio psicossocial para idosos, oferecendo atividades lúdicas e recreativas compatíveis com as suas limitações.
- Capacitar os coordenadores, a equipe técnica e as pessoas afetadas dos abrigos a compreenderem as questões relativas ao envelhecimento.
- Prover os recursos e adaptações necessárias para a locomoção da pessoa idosa (exemplo: rampas, cadeiras de roda, corrimão, etc.).
- Priorizar a colocação dos colchões em plano mais elevado, facilitando a locomoção.
- Estabelecer mecanismos de monitoramento e notificação dos casos de violência contra a pessoa idosa.
- Identificar e mobilizar voluntários com treinamento e habilidades para trabalhar com pessoas idosas.

Cuidados Emocionais

Alguns aspectos importantes devem ser considerados, como ter paciência e não tentar ajudar naquilo que eles próprios podem fazer, além disso, muitos idosos sentem necessidade de falar sobre o evento ocorrido. Por isso, devemos criar um ambiente favorável à escuta responsável.

Pessoas com Deficiência

Em 2009, o governo brasileiro promulgou, por meio do Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009, a **Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo**, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

Ao aderirem à Convenção, os países signatários como o Brasil assumem compromisso de respeitar as pessoas com deficiência não mais em razão somente da legislação interna, mas de uma exigência universal de solidariedade, independente da condição pessoal de cada um.

Leia a *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo*, Decreto n. 6. 949, em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Decreto/d6949.htm>. Acesso em: 14 mar. 2014.

No entendimento da ONU, deficiência é um conceito em evolução, resultado da interação entre a deficiência de uma pessoa e os obstáculos que impedem sua participação na sociedade. Quanto mais obstáculos, como barreiras físicas e condutas atitudinais impeditivas de sua integração, mais deficiente é uma pessoa. Não importa se a deficiência é física, mental, sensorial, múltipla ou resultante da vulnerabilidade etária. Mede-se a deficiência pelo grau da impossibilidade de interagir com o meio da forma mais autônoma possível.

As pessoas com deficiência, que já encontram inúmeras barreiras sociais em seus processos de inclusão social, têm agravadas ainda mais sua condição diante de situações de desastre. Nesse sentido, elas devem receber atenção redobrada, principalmente no momento da realização de ações de socorro e de assistência.

Ações de Socorro

- Elaborar banco de dados integrado das pessoas com deficiência considerando os espaços para abrigamento e suas especificidades.
- Fomentar a construção de vias e rampas de acesso, definição de rota de evacuação, provisão de equipamentos adaptados para atender às necessidades das pessoas com deficiência; (acessibilidade física).
- Garantir a ação de busca, resgate, evacuação e assistência médico-hospitalar à pessoa com deficiência. Realizar remoção da pessoa com deficiência identificada nas áreas de riscos socioambientais.
- Realizar acolhimento imediato em condições dignas, acessíveis e de segurança às pessoas com deficiência; assegurar com a área de saúde o cumprimento das legislações vigentes quanto à garantia dos direitos da pessoa com deficiência.
- Estruturar os abrigos temporários de modo a disponibilizar acesso físico e adaptações ambientais adequadas à pessoa com deficiência.
- Definir ações intersectorializadas a partir do levantamento e da avaliação de perdas e danos materiais e socioambientais com vistas ao atendimento integral à pessoa com deficiência.

Cuidados Emocionais

A intervenção com grupos de pessoas com deficiência requer uma boa comunicação e a demonstração da disposição em ajudá-los. Essas pessoas requerem intervenções que se adaptem a cada tipo de limitação:

- **Portadores de necessidades motoras:** devemos perguntar em que e como podemos ajudar e nos adaptar ao seu ritmo de movimento; adotar uma postura que facilite a comunicação, sempre explicando para onde será levado e o porquê.

- **Portadores de deficiência auditiva e visual:** quem oferece ajuda a um deficiente auditivo deve posicionar-se de maneira que ele veja o seu rosto e falar devagar, utilizando uma linguagem simples. Para o portador de deficiência visual devemos perguntar em que e como podemos ajudá-lo, disponibilizando auxílio para sua locomoção no cenário do evento.

Atividades de aprendizagem

Agora, vá até o Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA) e realize as atividades. A realização das tarefas é extremamente importante para que você conclua o curso com êxito.

UNIDADE 4



Objetivos de aprendizagem

Após a leitura desta Unidade, você deverá ser capaz de:

- Conhecer os principais aspectos relacionados à comunicação de desastres;
- Aprender a elaborar plano de comunicação para situações de emergências;
- Reconhecer a importância da imprensa nas ações de Proteção e Defesa Civil na resposta aos desastres.

Comunicação de Desastres

Olá estudante,

Seja bem-vindo à Unidade 4 do nosso curso. Nesta Unidade veremos como se dá a comunicação de um desastre e de que forma podemos auxiliar nesse processo. Fique atento e lembre-se de que seu tutor está pronto para ajudá-lo no que for preciso.

Bom trabalho!

A atuação das defesas civis está diretamente ligada a momentos de **crise**, por isso, cada vez mais, a mudança dessa realidade é discutida, já que os recursos deveriam ser aplicados mais na prevenção e na preparação das equipes e das comunidades, principalmente as mais vulneráveis aos riscos de desastres. Mesmo assim, diante dessa mudança que está atrelada aos mais diversos fatores sociais, econômicos e políticos, os Agentes de Proteção e Defesa Civil devem contribuir para que o foco principal, quando falamos em gerenciamento de desastre, seja norteado pelas tônicas prevenção e preparação.

Crise: ou emergência é uma condição de perigo/ameaça que requer a tomada de ações urgentes. Uma ação eficaz de emergência pode evitar que um evento cresça até o ponto de converter-se em um desastre. Fonte: Oliveira (2009).

Para que tenhamos êxito nas atividades de Proteção e Defesa Civil durante a ocorrência de um desastre, precisamos, acima de tudo, estar preparados, e isso implica ações de planejamento, das quais você tem sido, constantemente, alertado nas Unidades anteriores.

Possuir um Plano de Contingência, uma equipe capacitada, equipamentos à disposição, planos de ações organizados e uma estrutura mínima de atendimento é primordial em momentos de catástrofe. Com a comunicação não é diferente. Ela deve estar inserida na gestão de desastres facilitando a atuação dos Agentes de Proteção e Defesa Civil.

Ian Mitroff é Professor Adjunto da Faculdade de Saúde Pública da St. Louis University, e professor adjunto na Faculdade de Design Ambiental e um pesquisador sênior do Centro de Gestão de Risco Catastrófico, Universidade da Califórnia, Berkeley. Ele também é o presidente da empresa de consultoria Mitroff Gestão de Crises. Mitroff tem aconselhado e influenciado vários líderes acadêmicos, empresariais e do governo em mais de 20 países estrangeiros.

Este Manual está disponível em: <<http://jforni.jor.br/forni/files/Manual%20para%20gerenciamento%20de%20crise%20em%20comunica%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

Sugerimos que você leia também o artigo deste autor: *Na crise, prevenir é melhor que remediar*, disponível em: <<http://jforni.jor.br/forni/files/Na%20crise,%20melhor%20prevenir%20do%20que%20remediar.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

É fato que uma situação de desastre chama a atenção da mídia. A crise está relacionada às tragédias, que tornam a notícia mais atraente para a imprensa. O assédio dos órgãos de imprensa é grande e para que o foco não seja desviado apenas no atendimento à imprensa, o ideal é que tenhamos uma assessoria de imprensa disponível.

Para **Ian I. Mitroff** (2001, p. 367)

[...] os acidentes e crises, no passado, limitavam-se ao âmbito da comunidade, não afetando a vida de muita gente. Hoje, qualquer acidente de proporções, seja onde for, mexe com a vida de todo o mundo, interferindo nas condições ambientais, sociais e econômicas do planeta.

No momento de crise é comum querer fugir da imprensa, ou até mesmo, por estarem envolvidos no processo de coordenação das ações de atendimento aos desastres, os agentes acabam considerando o atendimento à imprensa algo secundário naquele momento. Segundo o **Manual para Gerenciamento de Crise em Comunicação**, elaborado por Dijanira Goulart de Souza (2006), não devemos evitar a imprensa, especialmente numa ocasião de desastre.

O ideal no momento da crise é recebê-la, oferecendo respostas objetivas e verdadeiras. Atender a imprensa prontamente depõe a favor da instituição, pois demonstra seriedade nas ações e evita uma publicação ainda mais desfavorável e uma maior repercussão negativa sobre a instituição na mídia. (SOUZA, 2006, p. 14)

Para **João José Forni** (2003, p. 368), a primeira reação diante da crise, por inexperiência ou precipitação, é cometer vários erros. Dentre os erros que podemos cometer citamos o de: “[...] tentar desqualificar o jornalista, irritar-se ou deixar para o dia seguinte, como se o tempo reduzisse a capacidade de o repórter apurar e escrever”.

Durante os momentos de desastres, a procura por informações aumenta bastante, pois as pessoas querem saber sobre os familiares, os amigos, sobre os acesso às estradas e sobre como está a situação das cidades atingidas. As pessoas querem fazer contato com possíveis vítimas e saber das ações de solidariedade às comunidades impactadas. Nesses momentos aumentam os acessos aos *sites* institucionais, dos portais de notícias que tratam sobre o assunto e a utilização das redes sociais.

No desastre de setembro de 2011, em Santa Catarina, por exemplo, os acessos ao Twitter da Defesa Civil Estadual triplicaram em cinco dias. Em 7 de setembro quando o desastre desencadeou eram 4.000 seguidores, e no dia 12 o perfil registrava 13.000 pessoas. Se considerar o durante e o pós-desastre, o departamento de comunicação da Defesa Civil de Santa Catarina publicou mais de 1.000 tweets para repassar informações do desastre aos seguidores e aos demais interessados. Com o apoio da assessoria de comunicação do Governo do Estado, foram 96 horas de atualização das informações do desastre, sem interrupção. O canal, além de servir para divulgar o que estava sendo feito pela instituição e governo naquele momento, também recebia chamados de ajuda e, principalmente, fornecia informações sobre os acessos às cidades e notícias de familiares, uma vez que, em algumas áreas, a comunicação via telefone e internet estava prejudicada. (SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL/SC).

No processo de gerenciamento de desastres, os comunicadores têm papel fundamental, pois são eles os responsáveis em repassar as informações para a população sobre a situação difícil enfrentada.

Observe que o profissional deve saber pontuar as qualidades e as dificuldades da instituição, para que, no processo de comunicação, as informações possam chegar ao público de forma transparente, clara e objetiva.

A responsabilidade da comunicação num momento de desastre cresce à medida que bens públicos e privados estão comprometidos e, principalmente, quando pessoas se tornam vítimas. **Muitas vezes, os desastres fazem vítimas por falhas na comunicação desde o alerta de perigo e até na forma como é transmitido.** A comunicação deve funcionar desde o primeiro momento em que detectamos a possibilidade da ocorrência de um desastre, e a mídia pode ser essencial na disseminação da ameaça com qualidade, veracidade e rapidez.

Quando ocorrem os desastres, a gestão da informação dentro da instituição – apuração, organização e a disponibilização dos dados sobre os afetados, desalojados, desabrigados, danos, prejuízos,

A raiz da palavra comunicação deriva do verbo *communicare*, comunicar, que significa “tornar comum, fazer saber”. Saiba mais sobre esta palavra em: <<http://origemdapalavra.com.br/palavras/comunicacao/>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

Sobre Gestão da Informação e Comunicação em Emergências e Desastres leia: *Gestión de la información y comunicación en emergencias y desastres: Guía para equipos de respuesta*, disponível em: <http://eird.org/publicaciones/gestion_i_c_emergencias_desastres.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2014.

recursos, entre outros, devem ser repassados, visando atender às indagações de vítimas, jornalistas, organizações e do público em geral, que, na condição de emergência, procuram esclarecimentos.

A Comunicação nas Estruturas de Proteção e Defesa Civil

A maioria dos Órgãos de Proteção e Defesa Civil, nos níveis municipais e estaduais, não conta com uma assessoria de comunicação, setor responsável por planejar e coordenar as formas de comunicação, tanto na condição de normalidade quanto em condições de anormalidade. Poucas são as instituições que possuem profissionais da área. Acontece que, geralmente, na condição de desastres, tais instituições recebem apoio dos departamentos de comunicação das prefeituras quando possuem, e, no Estado, das secretarias estaduais.

Observe que possuir uma **assessoria de comunicação** dentro da estrutura de Proteção e Defesa Civil permite um relacionamento mais próximo com a mídia sobre o tema, é possível, inclusive, trabalhar para que os assuntos relacionados à prevenção e à preparação sejam abordados com mais frequência.

A função de criar pautas, relacionadas ao tema Proteção e Defesa Civil, e de estar à disposição da mídia, também fora do cenário de desastre, garante uma interação maior entre instituição e veículos de comunicação.

Na administração da comunicação de crise, segundo Forni (2003, p. 370), existe uma série de ações que não devem ser tomadas.

A mais elementar é deixar o jornalista sem retorno. Ele sente-se no direito de publicar a matéria, alegando que procurou a instituição e não obteve resposta. Depois fica difícil corrigir [...]

O autor completa dizendo, que se omitir, quando existe uma crise, dá ao jornalista o direito de escrever o que ele bem entende. As fontes devem, portanto, interferir na matéria, sempre que tiverem explicações plausíveis.

Numa situação de crise, o papel da assessoria é essencial. Mesmo não contando com um profissional da área, as estruturas devem ter uma pessoa responsável pela **comunicação**. Ter uma pessoa para gerenciar os dados, apurar, checar e divulgar o cenário do desastre é fundamental para atender às demandas da mídia, que passam a ser constantes na busca de informações. Além disso, tem a função estratégica no gerenciamento da crise, repassando as informações com credibilidade, o que interfere diretamente na reputação das instituições e dos governos.

Lembre-se de que esta função está prevista no organograma do Sistema de Comando em Operações da Unidade 3.

Lembre-se de que se a instituição não estiver preparada para atender à imprensa durante uma crise, a mídia vai buscar em outros espaços as fontes de informações, o que poderá, muitas vezes, gerar boatos e mentiras. E o desastre acaba desencadeando uma crise institucional.

De acordo com Torquato (2008), há duas redes:

- **Rede formal** – compreendida pelos canais oficiais que traduzem diretrizes, valores, normas e pensamento da instituição a respeito dos mais variados assuntos.
- **Rede informal** – que abriga as manifestações espontâneas e informais da comunidade e suas interpretações sobre questões de cultura e clima interno e de políticas normativas da instituição.

A autora Margarida Maria Krohling Kunsch (2003, p. 83), no livro *Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada*, diz que um dos produtos mais conhecidos da rede informal é o boato ou rumor, o que “Chega a constituir uma rede de boatos, formada às vezes por interesses maldosos, mas em grande parte decorrente da ansiedade, da insegurança e da falta de informações”.

Em situações de crise é preciso centralizar a gestão da informação na assessoria de comunicação, para que as solicitações sejam atendidas de forma rápida e adequadamente.

No caso do desastre, o Órgão municipal de Proteção e Defesa Civil acaba sendo a fonte oficial, pois é a instituição que deve concentrar todas as informações de atendimentos e de ações emergenciais.

O profissional deverá organizar as informações para ter condições de dar respostas para perguntas como:

- O que aconteceu?
- Quantos afetados, desalojados e desabrigados?
- O que está sendo realizado para atender às comunidades impactadas?
- Quais ações estão sendo desenvolvidas?
- Quantas vítimas fatais?

É importante ressaltar o cuidado na divulgação do nome, endereço e causa da morte, pois há pessoas envolvidas e o respeito deve ser mantido na exposição dessas informações para a mídia, evitando divulgar antes de uma confirmação oficial. Muitas vezes, por pressão da mídia ou da própria população, números são lançados meramente para atendê-los. É preferível, atrasar a divulgação do que depois ter que fazer a retratação. Isso vale, também, para outras informações que são divulgadas sem confirmação.

Desse modo, buscando o aperfeiçoamento na forma de se comunicar, a instituição conquistará a credibilidade da mídia e dos demais públicos, por se preocupar em repassar informações precisas sobre o cenário de desastre. Se manifestar e prestar esclarecimentos demonstra seriedade e respeito com os envolvidos, bem como controle da situação e segurança.

O responsável pela comunicação deve definir as ações de comunicação em um período de crise de forma prévia, garantindo uma atuação eficaz durante o desastre. Os autores Susskind e Field (1997) trazem questões a serem respondidas para uma gestão de crise, entre elas, destacamos as seguintes:

- Quem faz o quê?
- Como fazemos isto?
- Quem fala pela instituição?
- O que nós dizemos?
- Quem está envolvido e quem precisa ser envolvido?

- Como a equipe de comunicação atua em parceria com a equipe de resposta aos desastres?

Além de identificar os impactos na comunidade e de saber onde a mídia está, ao responder essas perguntas, caminhamos para a estruturação de um plano de comunicação de desastres, que trataremos mais adiante, já que abordaremos as formas de elaboração.

Gaudêncio Torquato (2008, p. 123) traz as funções da comunicação na administração pública, cujas estruturas de Proteção e Defesa Civil estão inseridas, das dez citadas por ele, três merecem destaque com foco na atuação em emergência e/ou desastres, são elas:

- A comunicação como base de cidadania (direito à informação): nesse caso, a comunicação deve ser entendida como um dever da administração pública e um direito dos usuários dos serviços.
- A comunicação como forma de orientação aos cidadãos (função educativa): nesse aspecto, a comunicação assume papel de fonte de educação, pela transmissão de valores, ideias e cargas informativas que sedimentarão a bagagem de conhecimento dos receptores.
- E, por fim, a comunicação como instrumento a serviço da verdade (função ética). A verdade deve ser a fonte de inspiração da comunicação pública.

Respeitando as três funções da comunicação mencionadas, o direito à informação, o compromisso com a educação e a ética, percebemos a importância da comunicação na esfera pública. Além disso, ainda podemos perceber a importância da comunicação com o nosso público, seja mídia ou sociedade em geral, de forma mais comprometida com a divulgação das ações de Proteção e Defesa Civil.

A Defesa Civil e a Imprensa

Trazer a imprensa como parceira dos temas de Proteção e Defesa Civil, que extrapolam os cenários de desastres, é um exercício que deve ser praticado constantemente pelos agentes. É importante convidá-la para participar de discussões e de eventos com foco em prevenção, proporcionar informações interessantes e de relevância é fundamental para um relacionamento saudável entre a fonte e o veículo.

Para tanto, reforçamos a importância de um setor dentro das estruturas de Proteção e Defesa Civil, que pense em comunicação. O assessor de imprensa é a pessoa encarregada do contato perene com a mídia, para que, no momento de crise, o contato já tenha acontecido em algum outro momento, e, tanto de um lado como de outro, as responsabilidades já tenham sido estabelecidas.

Com relação às funções e às responsabilidades da assessoria de comunicação de desastres, podemos citar estas:

- Colher informações junto à equipe de gerenciamento de desastres, participando das decisões de quando elas serão divulgadas, evitando que informações sejam divulgadas em momento impróprio, visto que isso pode provocar pânico desnecessário.
- Verificar as informações antes de divulgá-las, conferir números, nomes, entre outros itens, que podem comprometer a credibilidade da instituição.
- Organizar a agenda de entrevistas, identificando o porta-voz, entre outros, que estão aptos a atender às demandas.
- Facilitar as declarações do porta-voz, preparando-o para as entrevistas, simulando perguntas e sanando dúvidas pelas quais ele poderá ser abordado.
- Distribuir material aprovado pela equipe de gerenciamento, como relatórios, notas e *releases*, que devem ser cuidadosamente checados, pois, devido à pressão do tempo, pode ocorrer a divulgação de informações incorretas.
- Estabelecer canais de informação com o público, utilizar *site* institucional, *blogs*, redes sociais, *e-mails*, entre outros, proporcionando uma divulgação ampliada sobre o desastre.
- Monitorar as informações na mídia, acompanhar os dados para saber se as informações não estão confiáveis e para identificar caso ocorra alguma situação que mereça um pedido de espaço para falar sobre o tema.

Prepare-se, pois a mídia durante a crise buscará saber:

- O que aconteceu?
- Quanto (danos, prejuízos)?
- Quem foi afetado (vítimas)?
- O que está sendo feito para ajudar (ações de atendimentos às comunidades impactadas)?

Release: notícia distribuída à imprensa, ao rádio, à TV, etc., para ser divulgada gratuitamente. Fonte: Ferreira (2010).

Conforme o texto *Comunicação de riscos e de desastres* (BRASIL, 2010), podemos dizer que, na condição de desastre, a imprensa precisa:

- divulgar as informações de forma responsável, priorizando sempre o bem-estar e a segurança da população;
- respeitar as determinações das equipes que atuam no gerenciamento do desastre e contribuir com elas;
- corrigir rumores falsos sobre a situação;
- apurar e levar informações até a população que ajudem a minimizar os danos e os prejuízos;
- repassar orientações corretas e de interesse público com agilidade;
- consultar fontes que enriqueçam e acrescentem outros dados às informações disponíveis;
- avaliar as informações antes da divulgação; e
- agir de forma responsável e comprometida com a redução dos riscos.

Se, desde o início do desastre, a instituição efetuar a comunicação de forma permanente, ela demonstrará que está enfrentando o problema de maneira responsável. Forni (2003, p. 140) diz que

[...] o que existe é o que está na mídia. Publicizar, tornar públicos os acontecimentos considerados relevantes, passou a ser uma das mais importantes estratégias adotadas pelos diversos campos sociais para obter a aprovação da sociedade e garantir legitimidade.

O treinamento de fontes para o bom relacionamento com a imprensa é uma ação que as entidades devem dar atenção, pois além de compreender o trabalho da imprensa, a fonte vai entender e contribuir com o trabalho da assessoria de comunicação. Para construir uma notícia, a mídia precisa de fonte. E estar preparado é fundamental para criar empatia entre entrevistado e repórter, colaborando para que as informações repassadas sejam facilmente assimiladas.

Em 2011, o *Diário Catarinense on-line* divulgou as 26 reportagens mais acessadas no ano. O destaque foi para a cobertura da enchente de setembro de 2011, que atingiu principalmente o Alto

Este texto está disponível em: <http://www.ceped.ufsc.br/sites/default/files/projetos/pr_-_156_-_ead_comunicacao_-_livro-texto_final_101126.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2013.

Acesse esta informação em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2012/05/relembre-as-26-reportagens-mais-lidas-no-site-do-diario-catarinense-no-ultimo-ano-3748232.html>>. Acesso em: 27 jun. 2013.

Vale de Itajaí, com 240 mil acessos. A Defesa Civil aparece como fonte nas matérias mais lidas em primeiro e quarto lugar, com as matérias: “A cobertura ao vivo da enchente”, de 9 de setembro de 2011; e “A situação das cidades catarinenses afetadas pela chuva”, também do dia 9. Ambas trazem a Defesa Civil como fonte de informação principal, apresentando os dados disponibilizados pelos relatórios com os números dos Municípios impactados, os decretos de Situação de Emergência e de Estado de Calamidade Pública, número de afetados, desalojados e desabrigados.

O artigo *O jornalismo de mãos limpas*, no Observatório de Imprensa, de Sylvia Debossan Moretzsohn, chama a atenção para uma nota que saiu no Jornal *O Globo*, de 6 de junho de 2012, falando da morosidade da Defesa Civil no atendimento ao chamado de uma moradora que alertava para o risco iminente de desabamento de um andaime no Leblon. O prazo que lhe deram teria sido de 12 horas. No entanto, a própria matéria dizia que a Defesa Civil havia isolado o local, embora sem mencionar o horário. No dia seguinte, o jornal publicava nota da Defesa Civil desmentindo a lentidão no atendimento e informando que o socorro foi prestado 17 minutos depois do alerta. Doze horas seria o prazo para o encerramento da burocracia relativa a cada chamado.

Observe que esses dois exemplos nos mostram diferentes momentos e fortalecem a importância da divulgação das informações em situação críticas, seja de modo que a própria imprensa faça a solicitação ou, então, quando a Defesa Civil solicita espaço para esclarecimentos.

Assim como os agentes de Proteção e Defesa Civil, a imprensa também tem papel fundamental na construção de uma cultura de prevenção de desastres, considerando toda a influência que possui junto à sociedade. O livro *O Desastre sob o Enfoque de novas Lentes. Para cada efeito, uma causa. Um Guia para a cobertura jornalística de Riscos de Desastres* (EIRD, 2012) traz uma lista com mensagens-chave para que possamos promover a cultura de prevenção juntos. Entre os itens trazidos pela lista, vale destacar, refletir e incentivar a prática, seja como Agente de Proteção e Defesa Civil, imprensa ou cidadão que somos. Medir esforços vai garantir uma mudança no cenário de atuação:

Leia este artigo em: <http://www.observatorio.daimprensa.com.br/news/view/_ed698_o_jornalismo_de_maos_limpas>. Acesso em: 28 jun. 2013.

Este texto está disponível em: <<http://www.care.org.br/wp-content/uploads/2012/12/O-Desastre-sob-o-enfoque-de-novas-lentes.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2013.

- A prevenção se paga e tem retorno imediato. Prevenção não é um custo, mas um investimento.
- Os desastres não causam apenas destruição e sofrimento humano imediato, mas também impedem o desenvolvimento em longo prazo mantendo a população presa em um círculo vicioso de pobreza.
- A redução de riscos de desastres significa o salvamento de vidas e a manutenção de meios de subsistência pela mudança de comportamento das pessoas. [...]
- Sistemas de alerta e alarme podem salvar vidas. Se forem ativados antes do desastre, perdas humanas podem ser evitadas.
- Educar para construir a cultura de prevenção. As pessoas precisam receber informação, conhecimento, treinamentos e recursos para proteger a si mesmas dos riscos de desastres, semelhante à saúde e ao trânsito. [...]
- A adaptação às mudanças climáticas começa com a redução de riscos de desastres. As mudanças climáticas tendem a aumentar a frequência e intensidade de tempestades, inundações e secas. As comunidades precisam estar preparadas para lidar com os impactos das ameaças relacionadas ao clima. (ESTRATÉGIA INTERNACIONAL PARA REDUÇÃO DE DESASTRES, 2012, p. 64)

Plano de Comunicação – Elaboração e Utilização

Receitas prontas para enfrentar uma crise não existem, pois cada instituição deve avaliar os cenários e definir a melhor forma para enfrentar um desastre, com ações que facilitem o trabalho das equipes e, acima de tudo, que atendam às demandas da comunidade, proporcionando agilidade, qualidade e segurança à população atingida. O Plano de Contingência é elaborado justamente para facilitar a execução destas ações de forma planejada e preventiva.

Com relação à comunicação de desastres, alguns recursos são fundamentais tanto para o atendimento à imprensa quanto para a geração de informações para a sociedade, que está em busca de notícias sobre os acontecimentos.

Observe que vários autores tratam da comunicação em momentos de crise e quais ações devem ser iniciadas antes mesmo que elas venham a desencadear. O plano de comunicação é a melhor solução para enfrentar uma crise!

Por isso, é recomendável que a assessoria de comunicação centralize tudo sobre a crise:

- relatórios;
- demandas de imprensa;
- alimentação do *site* e das mídias sociais; e
- atividades de registro fotográficos, entre outros.

Qualquer informação, antes de ser divulgada, deverá ser centralizada na área de comunicação da instituição, avaliando o impacto que ela pode causar ao ser lançada na mídia ou nos canais oficiais.

O livro *Comunicação em Desastres – A atuação da imprensa e o papel da assessoria Governamental*, de Zenatti (2010), traz uma lista de atividades que devem ser praticadas pela assessoria de comunicação da entidade.

- Defina quem será o porta-voz da instituição. Se o número de atendimentos à imprensa for maior do que a capacidade de resposta, identifique mais de uma pessoa, porém, defina estratégias para as entrevistas para que não atrapalhem os trabalhos de socorro e de assistência às vítimas. Se for necessário mais de um porta-voz, é recomendável avaliar o conhecimento sobre o assunto e a desenvoltura.

Lembre-se de que as fontes devem ter domínio sobre o tema e, também, precisam passar credibilidade e confiança à população.

- Organizar as informações do desastre de forma integrada com o Sistema de Comando em Operações para que toda a equipe da assessoria tenha conhecimento.
- Produzir e divulgar notícias sobre o evento adverso e as ações de resposta.
- Divulgar boletins com informações sobre a situação e ações de resposta.

- Atualizar o *site* da instituição com informações em tempo real sobre os fatos e com notícias mais elaboradas.
- Divulgar balanços das ações de resposta no final do dia, antes dos horários de fechamento dos veículos de comunicação (antes dos telejornais irem ao ar e dos jornais fecharem suas edições para o dia seguinte).
- Divulgar áudios com boletins informativos/e ou sonoros com o porta-voz da instituição para as rádios em horários estratégicos para que sejam bem aproveitados pelas emissoras.
- Agendar, organizar, divulgar e acompanhar coletivas à imprensa.
- Coordenar ou participar de estratégias conjuntas com os setores de comunicação de outras instituições, responsáveis por ações de resposta ao desastre, evitando a duplicidade e o desencontro de informações e potencializando os esforços. Entre as principais áreas envolvidas com a Defesa Civil durante uma situação de desastre, estão: saúde, vigilância sanitária, infraestrutura, educação e agricultura. Durante um desastre várias instituições participam do processo da resposta, como Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Exército, Radioamadores, entre outras. Buscar as informações junto a esses órgãos é importante para o alinhamento da comunicação.
- Fotografar, registrar e divulgar imagens do desastre e das ações de resposta promovidas pela instituição. As imagens são importantes ainda para memórias e arquivos das instituições, facilitando a produção de relatórios e a prestação de contas de recursos, por exemplo.
- Atender aos jornalistas na instituição dando suporte às suas necessidades. O ideal é reservar um espaço, sala de imprensa, adequado na instituição, de fácil acesso, **com equipamentos à disposição dos veículos**.
- Durante ações em campo, contribuir com o trabalho dos jornalistas, dando prioridade a cinegrafistas e fotógrafos para registro de imagens.
- Alimentar e gerenciar mídias sociais com informações sobre o desastre.
- Agendar a realização de entrevistas, definindo local, horário e fonte. Nesse caso, o ideal é concentrar as entrevistas num único espaço, de preferência no mesmo espaço da sala de crise, facilitando o acesso às fontes e, ao mesmo tempo, sem prejudicar o andamento dos trabalhos de resposta.

Entre os recursos que esse espaço pode conter estão, (principalmente para as televisões, que trabalham com imagens), um *banner* identificando a instituição durante as entrevistas e televisões ou telas reproduzindo relatórios e mapas do desastre.

Construir um relatório que traga esses números é o ideal para facilitar a divulgação. Além disso, é importante proporcionar a alimentação dos dados, à medida que a Defesa Civil vai recebendo e validando as informações.

- Gerenciar o atendimento com a imprensa de maneira que o atendimento aos veículos seja igualitário. Se não for possível atender todos, proponha critérios de atendimento e apresente-os para a imprensa.
- Avaliar diariamente o resultado dos trabalhos, trocar ideias e discutir ações com os membros da equipe de comunicação social.
- Avaliar e divulgar relatórios diários sobre as ações de resposta ao desastre e as informações, como o número de desabrigados, desalojados, danos, prejuízos, atendimentos, situação de rodovias, alertas de tempo e previsões.

É importante ressaltar que um plano de comunicação deverá conter:

- Objetivo: qual é o objetivo do plano.
- Público: definir qual o público que será atingido nas diferentes etapas do plano.
- Tempo: determinar o início e a duração do plano, que podem contemplar ações de curto, médio e longo prazo.
- Ação: estabelecer quais serão as ações e as ferramentas utilizadas para atingir os objetivos. Discutir linguagem, estrutura de conteúdo, recursos materiais e equipamentos, equipes envolvidas, cronograma entre outros.

É fundamental que você saiba quais são as etapas que podem ser previamente realizadas antes de uma situação de crise e, de acordo com McLoughlin (2004), as etapas são estas:

- identificar os tipos de crise que podem surgir e classificá-las em categorias (alagamentos, produtos perigosos);
- identificar a equipe de gestão de crise: membros permanentes e outros, para o processo de tomada de decisões;
- estabelecer protocolos, responsabilidades e prazos, o objetivo é abreviar o processo habitual de tomada de decisões a fim de que a organização possa reagir com rapidez se surgir uma crise;
- estabelecer os princípios que devem ser seguidos no trato com a mídia;
- identificar e organizar os diferentes públicos de interesse. Depois determinar os canais de comunicação, atualizar a lista de mídia e considerar fontes alternativas de informação: boletins, internet, mensagens por *e-mail*, linhas telefônicas;

- preparar relatórios com dados atuais e anteriores; e
- implementar um sistema de crise para monitorar o plano e outro para avaliar como a crise foi gerenciada.

Resumo...

Nesta Unidade, você teve acesso a informações sobre a comunicação social em situações de emergência ou desastres. Você aprendeu de que maneira a comunicação, por meio da imprensa, pode contribuir com as ações de Proteção e Defesa Civil. Foram apresentadas dicas importantes de como se organizar previamente, elaborando um plano de comunicação adequado para gerenciar situações de crise.

Mais uma etapa concluída, finalizamos a Unidade 4. Agora sugerimos que se você precisar de ajuda procure o seu tutor. Não hesite em entrar em contato, pois ele está pronto para ajudá-lo!

Complementando...

Para um melhor entendimento sobre o assunto desta Unidade, sugerimos que você leia os seguintes textos:

- *Perfis dos principais tipos de mídia;* e
- *Modelo de plano de comunicação.*

Perfis dos Principais Tipos de Mídia

Imprensa escrita – é possível detalhar e aprofundar muito mais o tratamento do tema. A palavra escrita tem vida útil mais longa, embora tenha um valor documental permanente. Como o fluxo de informações e de atualizações é enorme durante o desastre, pois a cada momento novos atendimentos são realizados e, até mesmo, os números constantemente atualizados, a recomendação é para que *releases* e

Comunicação de riscos e de desastres. Curso a distância/ Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre desastres. Florianópolis: CEPED, 2010. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/defesa-civil/publicacoes>> e http://www.ceped.ufsc.br/sites/default/files/projetos/pr_-_156_-_ead_comunicacao_-_livro-texto_final_101126.pdf. Acesso em: 15 mar. 2014.

relatórios sejam inseridos no *site* da instituição e disponibilizados via *e-mail* para os veículos. As informações diferenciadas devem ser atendidas pelo setor de comunicação. As entrevistas podem ser atendidas por telefone.

Rádio – este meio de comunicação é ouvido por milhões de pessoas, comunica-se com um público heterogêneo composto pelos diversos degraus socioculturais da comunidade, de forma simultânea e instantânea. Falar por meio do rádio significa explicar, contar, dialogar com o receptor. Por isso, esse tipo de comunicação deve ser coloquial. No desastre, a prioridade de atendimento deve ser às rádios com abrangência local, nos Municípios mais atingidos.

Televisão – é importante considerar a simultaneidade, instantaneidade e atualidade de informações transmitidas por essa mídia. A televisão, além da mensagem falada, transmite imagens, que contextualizam o telespectador e possibilitam uma leitura mais completa dos fatos. Na crise, é importante definir como funcionarão as participações em estúdios para não privilegiar apenas alguns veículos. Avaliar o representante, identificado como porta-voz, e dar condições de se deslocar até as emissoras. Na maioria das vezes, esse atendimento fica prejudicado, pois a recomendação é por centralizar as entrevistas num espaço definido pela assessoria de imprensa em comum acordo com as emissoras.

Internet – as vantagens dessa mídia estão na capacidade de oferecer aos usuários exatamente a informação de que necessitam, organizada de acordo com seus requerimentos, podendo ser de forma simultânea. Porém, apesar de ser uma mídia em expansão, ainda é restrita ao número de usuários. Essa mídia atenderá principalmente o público em geral que busca as informações. As redes sociais, por compreenderem textos curtos, como é o caso do *twitter* e *facebook*, podem ser canais importantes durante a comunicação de desastres. Porém, nesse caso, é preciso avaliar a questão da alimentação dessas ferramentas, que deverão contar com atualizações constantes.

Modelo de Plano de Comunicação

Objetivo:

O setor de comunicação, por intermédio de um trabalho de divulgação, busca:

- despertar o interesse da sociedade civil e do poder público para as ações de Proteção e Defesa Civil (do departamento, da secretaria) tornando público o trabalho realizado pela instituição;
- garantir o relacionamento favorável com a mídia, nas diferentes fases dos desastres – antes, durante e depois;
- contribuir para a minimização dos riscos de desastres e uma cultura de prevenção de desastre.

Público:

Identificar todos os públicos que podem ser afetados pela crise, informando que o problema foi identificado e apontando soluções. O público até poderá ser dividido por bairro ou áreas de risco.

- Interno – envolver os colaboradores; a participação da equipe, assim como divulgar as informações internamente auxiliará no combate da desinformação, principalmente em momento de crise. O público interno é um importante aliado na divulgação de informações corretas do desastre.
- Externo – imprensa, comunidades impactadas ou em risco, sociedade em geral.

Ferramentas:

Criar e ter à disposição ferramentas que facilitem a comunicação nas diferentes fases de um desastre, mas que, acima de tudo, proporcionem agilidade nas ações durante uma situação de desastre.

Mailing ou cadastro de jornalistas:

É a lista de jornalistas e veículos de interesse de determinada instituição e pode ser subdividida de acordo com critérios particulares: jornalistas locais, de interesse nacional, especializados, colunistas, pauteiros. Esse cadastro deverá conter: nome, veículo, telefone, *e-mail*, endereço, Estado, etc.; o *mailing* deve ter atualização permanente. Na hora da comunicação do risco ou de desastres, é preciso ter o arquivo atualizado, pois proporcionará agilidade e eficiência no envio, sejam eles notas, *releases*, comunicados, relatórios.

Mailing: relação de nomes e endereços para envio de mala-direta, publicações, convites, etc.; Cadastro; Lista.
Fonte: Ferreira (2010).

Site institucional:

Esse possivelmente será o canal oficial das divulgações das ações de Proteção e Defesa Civil. A atualização deverá ser constante, cabendo ao setor de comunicação inserir notícias, fotos, relatórios tanto para a imprensa quanto para o público em geral. Há *sites* que contemplam espaço específico para a imprensa, com isso o *site* se torna fonte de consulta regular por parte da imprensa. É o local ideal para disponibilizar fotos, alertas, relatórios, *links*, entre outras informações pertinentes ao desastre. O *site* da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – <<http://www.integracao.gov.br/web/guest/sedec/apresentacao>> – por exemplo, contém dados estatísticos dos desastres no Brasil, relatórios, banco de imagens, relação de documentos que devem ser formalizados durante um desastre, entre outros documentos e ferramentas. Sem dúvida, o *site* acaba se transformando num banco de dados das entidades, com facilidade de acesso.

Treinamento para fontes:

Segundo o *Manual para Gerenciamento de Crise em Comunicação*, da autora Dijanira Goulart de Sousa (2006), para evitar desencontros de informações e garantir maior credibilidade no momento de crise, o ideal é escolher apenas um representante para se pronunciar em situações críticas. Mas, em condição de desastre, para não prejudicar as atividades de resposta, podemos definir mais de um para conciliar atendimento às comunidades atingidas e à imprensa.

O representante não necessariamente deve ser a autoridade máxima dentro da instituição. Mas ele deve ter conhecimento profundo da instituição, passar credibilidade, confiança e também conhecer o problema em questão. A figura do porta-voz é de extrema importância no momento de crise. É através dele que as informações devem ser repassadas oficialmente. Ele tem que estar capacitado para responder qualquer questionamento. A figura do porta-voz facilita as negociações. (SOUZA, 2006, p. 23)

Preparar fontes para entrevistas possibilita entender a linguagem e os procedimentos da mídia, já que cria uma empatia entre o entrevistado e o repórter. Existem algumas atitudes que os jornalistas não toleram, como por exemplo, o entrevistado ficar pedindo para ler o que o repórter anotou ou então pedir para ler o texto depois de pronto, no caso da mídia impressa.

Nota oficial ou comunicado:

É um documento distribuído à imprensa, pode ser veiculado como declaração, posicionamento oficial ou esclarecimento de interesse público e urgente. Sua elaboração e divulgação reduz a chance de boatos, dúvidas e pressões por informações. Não tem formato jornalístico, mas há a necessidade de que seja uma informação objetiva, clara e compreensível.

Acompanhamento de entrevistas:

Acompanhar as entrevistas do representante da instituição, embora possa existir a preferência por deixar jornalistas e entrevistas sozinhos, mas estar próximo, procurando não interferir na conversa parece ser a opção mais eficaz. Essa postura permite ao assessor verificar o desempenho da fonte e os interesses do jornalista.

Entrevistas Coletivas:

As entrevistas coletivas tendem a ser supervalorizadas por muitas fontes, que sonham em se ver cercadas de jornalistas. Nada mais equivocado, uma vez que as redações procuram exclusividades nas informações. A função das entrevistas coletivas limita-se a casos extraordinários, em que há necessidade de reunir jornalistas de vários veículos, ao mesmo tempo, para passar informações relevantes e de interesse público imediato. A coletiva é particularmente útil em situações emergenciais, quando muitos jornalistas procuram a entidade ao mesmo tempo. O local escolhido para receber a coletiva deve ser de fácil acesso e preparado para atender às exigências técnicas dos diferentes meios de comunicação, principalmente no caso da presença de TV. Para as questões voltadas a desastres, a coletiva deve ser organizada para atender a casos como pronunciamento do prefeito, governador, ministros, entre outras autoridades, aquela que divulgar as informações sobre o cenário de desastre, bem como as ações importantes de atendimentos e aplicação de recursos.

Arquivo de material:

Um arquivo é fundamental para atender à demanda de rotinas e emergências de uma assessoria. É comum a necessidade de se obter com rapidez de informações referente a desastres passados, estatísticas entre outros. *Releases*, *clipping*, fotos novas e antigas podem ser guardadas, por exemplo, em CD, HD, etc. para serem facilmente identificadas.

Clipping: de clipagem, atividade de seleção, recorte e arquivamento organizado de matérias jornalísticas a respeito de determinado assunto. Fonte: Ferreira (2010).

Dicas para o Momento de Crise

Especialistas em comunicação de crise dão dicas para enfrentar de forma organizada e positiva esse momento. Algumas delas valem ser praticadas, pois poderão facilitar a atuação dos agentes perante uma condição de desastre junto à mídia:

- Comunicar somente o que poder ser confirmado. Não minta, nem comente situações incertas.
- Manter-se acessível e comunicativo; seja conclusivo, mantenha a calma, nunca negue informações passíveis a serem divulgadas.

- Registre todas as ações, monitore e avalie a situação de crise. Anote nome, telefone e horário da ligação do jornalista.
- Seja claro, caso contrário, poderá ser mal interpretado.
- No momento da crise, a mídia deve ser encarada como aliada e não inimiga.
- Manutenção dos valores institucionais, os autores afirmam que o momento de crise não pode ser utilizado como desculpa para se desviar dos valores.
- Rapidez nas ações, agir rapidamente na primeira hora é essencial para diminuir os impactos negativos da crise.
- Elaboração do plano deverá ser realizada a partir das indicações feitas pelos diversos setores envolvidos com o sistema de comunicação.

Atividades de aprendizagem

Agora, vá até o Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA) e realize as atividades. A realização das tarefas é extremamente importante!

UNIDADE 5



Objetivos de aprendizagem

Após a leitura desta Unidade, você deverá ser capaz de:

- Identificar as ações de Reabilitação e de Recuperação pós-desastre;
- Entender a importância da avaliação e do diagnóstico dos cenários impactados;
- Compreender o processo de reabilitação e de recuperação com foco na prevenção prospectiva do risco;
- Conhecer aspectos importantes para a boa prática em recuperação pós-desastre.

Reabilitação e Recuperação de Cenários

Caro participante,
Chegamos à Unidade 5. Nesta Unidade, você entenderá como podemos agir com relação à reabilitação e à recuperação de cenários após a ocorrência de um desastre.
Fique atento e lembre-se de que estamos à sua disposição para ajudá-lo no que for necessário.
Bom trabalho!

Preparando Ações de Reabilitação e de Recuperação (restauração e reconstrução)

Decretada uma Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, as principais preocupações no primeiro momento são: proteger as vidas e salvaguardar os bens.

Os desastres afetam de forma simultânea várias dimensões da vida social das comunidades, muitas vezes superando sua capacidade de resposta. Visualize, na Figura 9 algumas dessas dimensões:

Os critérios para decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública estão descritos na Instrução Normativa 1, de 24 de agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/defesa-civil/legislacoes>>. Acesso em: 07 abr. 2014.

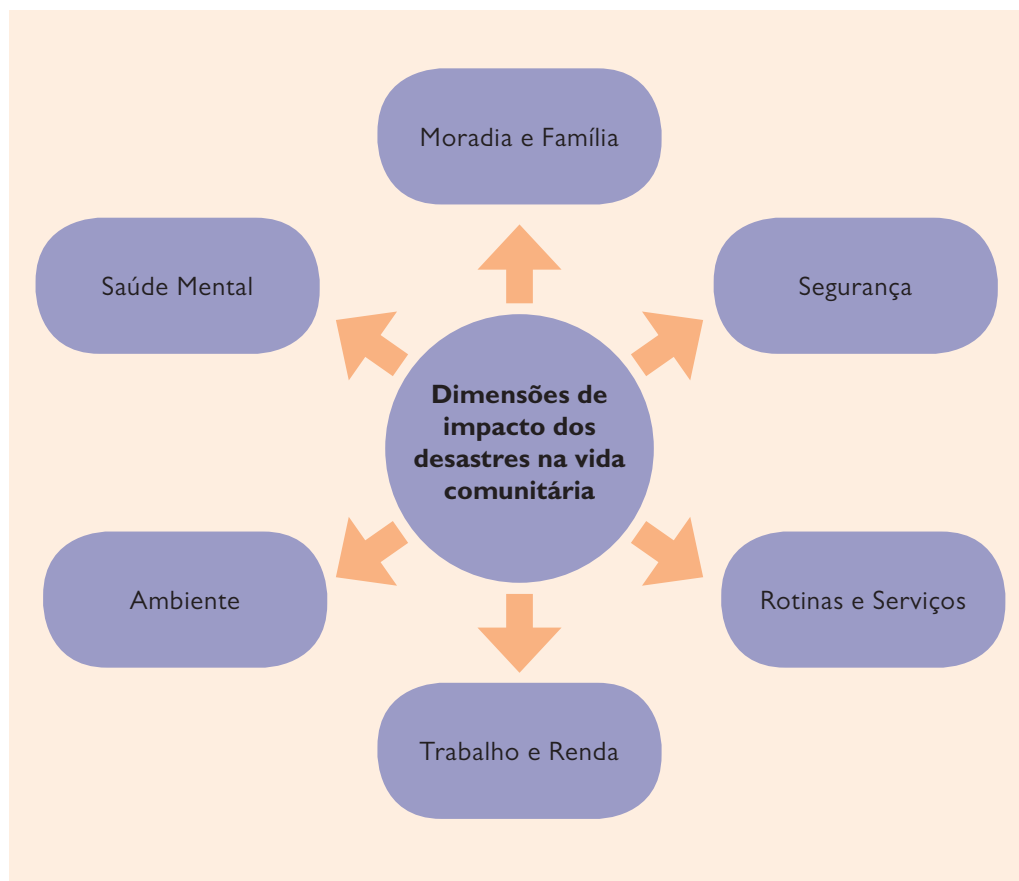


Figura 11: Algumas dimensões do impacto dos desastres na vida comunitária
 Fonte: Elaborada pelos autores deste material

O impacto dos desastres difere de lugar para lugar em razão de inúmeros fatores, que perpassam aspectos relacionados à magnitude e à intensidade da ameaça, à preparação e ao desenvolvimento socioeconômico de cada unidade territorial. A necessidade de cada país contar com um programa de resposta que priorize ações de reabilitação e de recuperação é fundamentalmente importante, como forma de restabelecer a normalidade e a segurança da população em situação de desastre. (BRASIL, 2013)

Como sabemos, as ações de resposta, estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2010), classificam-se em:

- **Ações de Socorro:** ações imediatas de resposta aos desastres com o objetivo de socorrer a população atingida, incluindo a busca e salvamento, os primeiros socorros, o atendimento pré-hospitalar e o atendimento médico e cirúrgico de urgência, entre outras.
- **Ações de Assistência às Vítimas:** ações imediatas destinadas a garantir condições de incolumidade e cidadania aos atingidos, incluindo o fornecimento de água potável, a provisão e os

meios de preparação de alimentos, o suprimento de material de abrigo, de vestuário, de limpeza e de higiene pessoal, a instalação de lavanderias, banheiros, o apoio logístico às equipes empenhadas no desenvolvimento dessas ações, a atenção integral à saúde e o manejo de mortos.

- **Ações de restabelecimento de serviços essenciais:** ações de caráter emergencial destinadas ao restabelecimento das condições de segurança e habitabilidade da área atingida pelo desastre, incluindo a desmontagem de edificações e de obras de arte com estruturas comprometidas, suprimento e distribuição de energia elétrica e de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem das águas pluviais, transporte coletivo, trafegabilidade, comunicações e desobstrução e remoção de escombros.

Observe que a **Recuperação** se refere ao conjunto de medidas que visam à reabilitação de infraestrutura, do meio ambiente, da economia e da saúde da comunidade atingida por desastre, e que tem como foco evitar a instalação de novas situações de risco.

Normalmente, as ações de recuperação iniciam-se tão logo a situação esteja estabilizada pelas ações emergenciais de resposta. As ações de recuperação de infraestrutura, por sua vez, estão divididas em **reconstrução** e **restauração** de obras afetadas por desastre, conforme segue:

- **Ações de reconstrução:** ações de caráter definitivo destinadas a restabelecer o cenário destruído pelo desastre, como a reconstrução ou recuperação de unidades habitacionais, infraestrutura pública, sistema de abastecimento de água, açudes, pequenas barragens, estradas vicinais, prédios públicos e comunitários, cursos d'água e contenção de encostas, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional. (BRASIL, 2010)

As ações de reconstrução são caracterizadas pela execução de obras com caráter **definitivo** (naturalmente, associado a uma vida útil adequada), voltadas para a restauração do cenário (reconstrução de pontes, residências, contenções, trechos de estradas etc.). São passíveis de licenciamentos, contratadas com base em projeto básico detalhado, mesmo quando a dispensa de licitação se aplicar. Se for preciso, essa reconstrução deverá incluir esforços para reduzir a

Na Unidade 6 você terá informações detalhadas sobre solicitação de recursos federais para ações de restabelecimento e recuperação pós-desastre.

exposição da estrutura a um patamar de risco aceitável, indo além da simples reprodução da estrutura destruída. É possível, dentro dessa visão de segurança, que a obra seja reconstruída em local distinto do inicial, mantendo-se atendidos os beneficiários originais.

- **Ações de restauração:** aplicam-se às estruturas públicas destruídas ou interditadas em definitivo (total ou parcialmente) por ocasião de desastre, com danos pouco significativos frente ao seu valor original. Compreendem o conjunto de serviços necessários para recompor a obra danificada, aproveitando grande parte da estrutura existente. Como exemplo, podemos citar a recomposição de aterros de cabeceiras e substituição de muros de ala de pontes danificados por desastre.

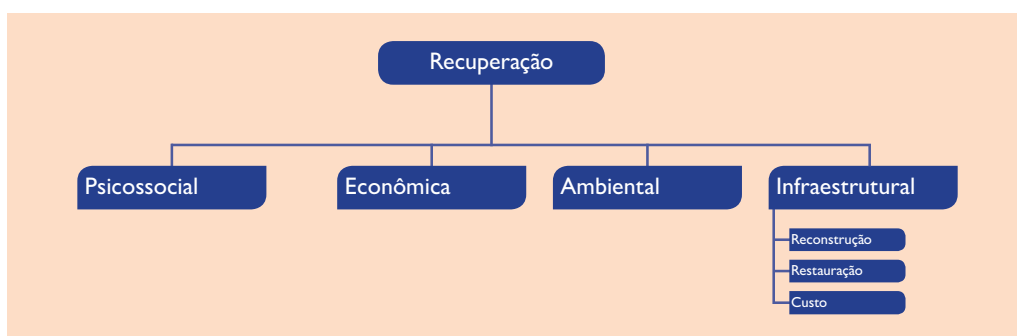


Figura 12: Ações de recuperação

Fonte: Elaborada pelos autores deste material

Sabemos que você está ciente, mas nunca é demais lembrar que **desastres** são: resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um cenário vulnerável, causando grave perturbação ao funcionamento de uma comunidade ou sociedade envolvendo extensivas perdas e danos humanos, materiais, econômicos ou ambientais, que excede a sua capacidade de lidar com o problema usando meios próprios.

A Importância de Desenvolver a Reabilitação e a Recuperação Priorizando Ações de Prevenção

Cada país define suas políticas e seus programas para desenvolver ações de preparação, de resposta e de recuperação,

organizando seu próprio sistema de gestão e se articulando a um conjunto de instituições públicas, privadas, comunitárias e organizações não governamentais, com o objetivo de assistir às populações afetadas por desastres.

Desde de 2005, pouco depois que um tsunami atingiu a Ásia provocando um desastre de grande proporção, 168 países integrantes da ONU, sendo Brasil um deles, assinaram o protocolo do **Marco de Ação de Hyogo (MAH)**, no qual se comprometeram em estimular a Redução de Risco de Desastre (RRD) em suas nações. O MAH visa para 2015 à redução considerável das perdas ocasionadas por desastres, tanto de vidas humanas como de bens sociais, econômicos e ambientais.

As nações se comprometeram em aplicar três objetivos estratégicos como prioridades:

- a integração da Redução de Risco de Desastres (RRD) nas políticas e no planejamento de desenvolvimento sustentável;
- o desenvolvimento ou fortalecimento das instituições, mecanismos e capacidades para aumentar a resiliência frente às ameaças; e
- a incorporação sistemática de enfoques para a redução de riscos, na implementação de programas de preparação, atenção e recuperação de desastres.

Para alcançar esses objetivos, o Marco de Hyogo definiu cinco prioridades de ações específicas:

- fazer com que a redução dos riscos de desastres seja uma prioridade;
- identificar, avaliar e observar de perto os riscos dos desastres, e melhorar os alertas prévios;
- utilizar o conhecimento, a inovação e a educação para criar uma cultura de segurança e resiliência em todos os níveis;
- reduzir os fatores fundamentais do risco; e
- fortalecer a preparação em desastres para uma resposta eficaz a todo nível.

As prioridades estabelecidas pelo Marco de Hyogo destacam o importante papel que podem desempenhar os governos no processo de preparação e de resposta, também nas ações de recuperação, com objetivo de salvar vidas e estabelecer um enfoque integral de redução de risco de desastres. A efetiva integração das ações de RRD em todos

O texto do Marco de Ação de Hyogo está disponível em: <http://www.integracao.gov.br/cidadesresilientes/pdf/mah_ptb_brochura.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2014.

Segundo Garcia (2005), a perspectiva de gênero inclui a análise das relações sociais intergenéricas e intragenéricas, privadas e públicas, pessoais, grupais e coletivas, assegurando relações equitativas que priorize uma apropriada atenção às necessidades e interesses tanto das mulheres como dos homens com enfoque dos direitos humanos.

os níveis governamentais promove a resiliência das comunidades, por meio da redução das vulnerabilidades e da ênfase nas ações de gestão de riscos de desastre.

Outros aspectos relevantes nas ações de resposta a serem considerados, alguns já apresentados nas Unidades anteriores, são os aspectos relacionados à equidade de **gênero**, às condições de desigualdade de renda, etnias, linguagem, religião, aspectos culturais, grupos sociais vulneráveis, incluindo: capacidades especiais, idosos, crianças, gestantes entre outros.

A atenção especial a esses grupos e fatores deve ser priorizada durante todas as etapas de gerenciamento do desastre, inclusive no planejamento das ações de resposta e recuperação.

A reabilitação e a recuperação pós-desastre se caracterizam por processos multidimensionais que devem ser guiados por princípios cujos propósitos catalisem oportunidades de desenvolvimento sustentável e, fundamentalmente, reduzam a desigualdade social e as condições de vulnerabilidade das populações. Aborda a restauração dos serviços básicos, meios de vida, moradia, governabilidade, segurança, normas legais, meio ambiente, dentre outros fatores.

Resposta, Reabilitação, Recuperação e Reconstrução (diferenças)

Agora, você aprenderá sobre as diferentes ações relacionadas às etapas de resposta e recuperação. O objetivo é que você agregue informações para identificar quais as prioridades de intervenção em cada um desses momentos de gerenciamento do desastre.

Etapas de Resposta

De acordo com a Estratégia Internacional de Redução de Desastres (2009), a resposta está relacionada à disponibilização dos serviços de emergência e de assistência pública durante ou imediatamente após a ocorrência de um desastre com o propósito de salvar vidas, reduzir os impactos a saúde, garantir a segurança pública e satisfazer às necessidades básicas de subsistência da população afetada.

As ações de resposta em uma situação de desastre devem se basear em estratégias claras e objetivas, facilitando o estabelecimento de responsabilidades tanto institucionais como comunitárias, com foco em um maior grau de conscientização e de participação de todos.

Observe que a etapa de resposta, que inclui ações de reabilitação ou restabelecimento de serviços essenciais, permite restituir as condições de vida e os meios de subsistência e de segurança em curto prazo. Inclui o reparo da infraestrutura, dos serviços básicos e da economia de forma a satisfazer às necessidades imediatas da população.

Observe também que, nesta etapa, o objetivo é proteger as vidas, transferindo, se necessário, as pessoas das áreas afetadas para um lugar mais seguro, onde existam equipamentos e serviços essenciais para garantir a sobrevivência.

Uma referência internacional para ter como base nas ações de resposta em caso de desastres é o manual do Projeto Esfera intitulado *Carta Humanitária de Normas Mínimas para a Resposta Humanitária*. Nesse material, consagradas instituições internacionais estabeleceram, consensualmente, um conjunto de normas mínimas para garantia dos direitos humanos em situações de desastre. Assim sendo, as normas abrangem a assistência em situação de desastre, no que tange ao abastecimento de água e saneamento, nutrição, ajuda alimentar, abrigos e planejamento de locais para abrigamento e cuidados médicos.

Muitos países elaboraram planos de resposta que orientam as ações de reabilitação e recuperação após os desastres.

As ações de segurança e de proteção na resposta a uma situação de emergência devem priorizar iniciativas rápidas, articuladas e coordenadas, focando em especial as famílias mais vulneráveis, garantindo a elas a devida proteção de seus direitos.

Esta Carta está disponível em: <<http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/8206.pdf?view=1>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

Conheça estas experiências acessando: <<http://goo.gl/Z4KM8o>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

Ações de Reabilitação

A reabilitação compreende uma série de ações relacionadas à resposta, tendo, portanto, um caráter emergencial. Essas ações têm como objetivo iniciar o processo de restauração das áreas afetadas por situação de desastre, permitindo o retorno das atividades e das populações afetadas. Por meio das ações de reabilitação, as condições mínimas de segurança e de habitabilidade são restabelecidas.

O foco é permitir que as populações afetadas (famílias e comunidades) retomem suas condições de vida o mais rápido possível. Trata-se de ações simultâneas ao socorro e à assistência, englobando as atividades que têm como propósito devolver a normalidade às zonas afetadas. Então, é preciso efetuar a reparação provisória das moradias e edifícios, o restabelecimento dos meios de transporte e das comunicações e dos serviços de utilidade pública (energia, água potável, telefonia, saneamento, etc.).

O restabelecimento de serviços essenciais contempla a execução de obras provisórias e urgentes, estabilizando minimamente a situação para que seja possível promover a reconstrução do cenário afetado pelo desastre. Entre as ações de reabilitação, podemos citar estas:

- construção de acessos alternativos e provisórios;
- viabilização de trafegabilidade elementar em vias fundamentais;
- restabelecimento do fornecimento de água, energia e serviços essenciais de comunicação;
- remoção de escombros;
- desobstrução de vias; e
- desmontagem de edificações e de obras de arte com estruturas comprometidas.

As ações devem ser desencadeadas pelos órgãos municipais de Proteção e Defesa Civil e comunidades, com apoio dos governos, objetivando restabelecer com mais rapidez os serviços essenciais, em caráter emergencial. É de fundamental importância o papel das comunidades organizadas e mobilizadas, priorizando os trabalhos em regime de mutirão.

Dentre as atividades gerais relacionadas com a reabilitação, podemos destacar as seguintes atividades, já elencadas em um dos **Manuais de Planejamento em Defesa Civil**:

- vigilância das condições de segurança global da população;
- reabilitação dos serviços essenciais;
- reabilitação das áreas deterioradas e das edificações e moradias danificadas.

A reabilitação tem por finalidade iniciar a restauração da área afetada, visando tornar a região novamente habitável, considerando o risco na sua totalidade, mediante providências que restabeleçam as condições de sobrevivência segura e protegida, embora não confortável. Também compreende a descontaminação, a limpeza de ambientes, a desinfecção, a neutralização de poluentes e controle, além de habilitar e recuperar as vias de acesso (rodovias), segurança pública, remoção de lixo e entulho e outras medidas de saúde pública tão necessárias para operações de retorno à normalidade.

Compreende, também, atividades de:

- avaliação de danos;
- vistoria e elaboração de laudos técnicos;
- desmontagem de estruturas danificadas, desobstrução e remoção de escombros; e
- sepultamento.

Entre as principais ações de reabilitação inicial dos cenários afetados pelos desastres, destacamos estas:

- o restabelecimento de serviços essenciais, como os de distribuição de água, alimentos e eletricidade;
- a desobstrução de escombros e o restabelecimento das principais rotas de acesso aos estabelecimentos de abrigo, saúde, educação, compras básicas, etc.
- o sepultamento de pessoas e animais mortos;
- a estruturação de saneamento básico de caráter emergencial;
- a vigilância sanitária e epidemiológica; e
- a proteção de grupos populacionais vulneráveis, etc.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2008), de forma geral, o plano de reabilitação tem como base quatro linhas de ação:

- Fortalecimento das capacidades de gestão de risco: busca garantir que a reabilitação e reconstrução se realizem em condições de segurança e o reconhecimento das zonas de risco.

Acesse o site do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em: <<http://www.pnud.org.br/>>. Acesso em: 3 abr. 2014.

- Recuperação dos meios de vida (desenvolvimento produtivo e emprego)
- Reabilitação e reconstrução de infraestrutura: moradias, saúde, educação, recuperação das linhas vitais, etc.
- Recuperação do meio ambiente buscando restituir: abastecimento de água potável, gestão dos resíduos sólidos, recuperar degradação de ecossistemas terrestres, aplicar ou definir o plano de ordenamento territorial, entre outros.

Lembre-se de que a reabilitação, especificamente, traz medidas que permitem o reinício da normalidade, orientando e ajudando as comunidades afetadas a recuperar sua condição de vida. As ações têm caráter emergencial e, muitas vezes, são realizadas de forma conjunta e interativa com a comunidade, fazendo parte do processo de resposta a uma situação de desastre.

Etapa de Recuperação

A etapa de recuperação ocorre após o evento, depois de executadas as medidas de reabilitação, nas quais se inicia o processo de restabelecimento das condições normais de vida de uma comunidade, de forma permanente.

Essa etapa engloba dois grandes aspectos:

- restabelecer permanentemente os serviços básicos indispensáveis; e
- avançar para uma solução permanente, de médio a longo prazo, que busca restituir as condições normais de vida da população afetada, priorizam-se as ações de reconstrução.

Nesse sentido, nosso objetivo nesta etapa, deve ser restabelecer, reintegrar e recuperar ou melhorar as condições de vida da comunidade afetada, no tempo necessário para o retorno da normalidade. (EIRD, 2009)

Um cuidado importante que devemos ter com relação à realização das ações de recuperação é o de considerar a variável do risco presente e futuro, caso contrário, estaremos mantendo ou aumentando as condições de vulnerabilidade e possibilitando a criação de novos riscos.

A recuperação das estruturas essenciais pós-desastres deve ser realizada protegendo, devidamente, as populações contra os riscos de médio e longo prazo. Ao mesmo tempo, essa fase deve priorizar o restabelecimento das condições adequadas e sustentáveis de vida mediante ações de prevenção.

Representa a oportunidade para desenvolver e executar medidas de redução de risco de desastres aplicando princípios de como responder às ações e recuperá-las priorizando ações de proteção e de prevenção.

Ações de Reconstrução

As ações de reconstrução fazem parte da etapa de recuperação pós-desastre. Como dependem de recursos disponíveis, evidencia-se a necessidade de priorizar determinada reserva de recursos financeiros para esta última etapa do ciclo de gerenciamento de desastres. De acordo com Cruz Roja (2009), o alcance da execução dessa etapa se baseia nos seguintes aspectos:

- natureza do desastre (magnitude, intensidade);
- escala de danos;
- localização e extensão do evento;
- setores afetados;
- perdas resultantes (diretas e indiretas);
- recursos humanos disponíveis;
- capacidades institucionais e locais; e
- compromisso político.

As ações de reconstrução devem ser totalmente integradas aos planos de ordenamento territorial e aos planos de desenvolvimento local, considerando os riscos de desastres futuros. Essa fase é muito mais intensa, com alto custo, sendo de médio a longo prazo.

O processo de reconstrução deve priorizar ações de recuperação dos danos físico, social e econômico, sempre que possível a um nível de desenvolvimento superior ao existente antes do evento. É importante conduzir a reconstrução de forma que ela contribua para a redução do risco de desastres, seja reduzindo a probabilidade de ocorrência do evento adverso ou garantindo que as consequências desse evento não sejam tão graves.

Para saber mais sobre este assunto, acesse o portal do Centro Regional de Informação sobre Desastres para América Latina e Caribe (CRID), que apenas coopera com os Recursos de Informação para Preparativos e Resposta.), em espanhol: <<http://goo.gl/B8Q37P>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

É justamente nesse contexto que são geradas maiores oportunidades para superar o nível de desenvolvimento prévio ao desastre, possibilitando a criação de novas fontes de emprego, a reparação de danos materiais e a adoção de medidas de prevenção e de mitigação.

De acordo com Prieto (2007), o processo de reconstrução não deve ser um processo que priorize restaurar e reconstruir somente o que existia previamente, mas sim um processo que desenvolve estratégias para reconstituir serviços e renovar as estruturas essenciais, dando ênfase à redução das vulnerabilidades. É a oportunidade de construir as estruturas físicas com novos padrões de segurança e de proteção, conjuntamente com uma nova consciência social que incorpore a proposta de redução do risco e reconheça a importância dos processos de conhecimentos locais, tomando em conta os anseios das populações.

Lembre-se de que para avançar nas ações de reabilitação e de reconstrução, para que os processos de resposta e de recuperação tenham seu objetivo alcançado de forma eficiente, é fundamental trabalhar previamente com as medidas de preparação das instituições e das comunidades.

Reconstruir é a oportunidade de planejar melhor, com maior consciência sobre as debilidades e as fortalezas do território, considerando os aspectos históricos e culturais, identificando os vazios existentes, planejando melhor os recursos e considerando a importância de reconhecer o cenário de risco e sua complexidade. Nesse contexto, o estudo do cenário de risco proporciona a obtenção de informações importantes, as quais subsidiam as decisões e estratégias a serem tomadas. Por essa razão, as informações sobre esses cenários de risco devem ser claras, relevantes e úteis para oferecer uma eficaz resposta individual e coletiva diante das possíveis situações de emergência ou de desastres. (CRUZ ROJA, 2009)

Na reconstrução, as estruturas e os serviços danificados, que são essenciais à sociedade, devem ser reparados e construídos considerando os riscos presentes e os futuros.

Lembre-se de que sempre devemos considerar as necessidades das comunidades, dando a elas prioridade e trabalhando com agilidade para que as condições de vida sejam retomadas com maior segurança e proteção.

Vale a pena destacar que, para uma parcela da população afetada, o desastre significa perda da propriedade e do trabalho; tornando-se uma perda de oportunidade econômica e de sustento de vida. Na maioria das vezes, isso representa um retrocesso econômico e social com graves consequências de médio a longo prazo, já que a capacidade de enfrentamento nesses casos é bastante comprometida e quase nula.

Saiba que uma proposta de reconstrução torna-se insuficiente se não é capaz de:

- remover parcial ou totalmente as condições de risco de desastre;
- implicar a participação institucional e comunitária que estimule sinergias baseadas na identidade local;
- considerar os direitos das populações afetadas à vida digna, com segurança, acesso a serviços básicos, trabalho e renda, moradia, entre outros;
- apropriar-se das tecnologias de construção de forma a assegurar moradias de qualidade, em lugares e condições seguras; e
- fortalecer capacidades e recursos locais, com foco na prevenção do risco.

Além disso, a carência de apoio ou suporte inadequado e ineficiente do poder público, instituições e sociedade civil, no processo de recuperação pós-desastre, fere os direitos fundamentais dos cidadãos, expondo-os a um processo gradual de deterioração econômica, social e ambiental, incluindo o agravamento de novas condições de riscos diante de futuros desastres.

A Importância de Elaborar o Diagnóstico Identificando os Danos e as Análises das Necessidades na Etapa de Reabilitação e de Recuperação

Elaborar um diagnóstico da área afetada por um evento adverso é definir ações para identificar as necessidades básicas da população impactada durante emergências e orientar ações de reabilitação e recuperação. Sabemos que alguns municípios têm dificuldade para organizar as informações relacionadas ao desastre, como identificar o número de pessoas afetadas, prover os requisitos legais de realocação de moradias ou liderar processos de reconstrução em geral. Por isso, elaborar o diagnóstico é fundamental para gerenciar as informações e planejar as ações necessárias.

Você deve saber que o **Formulário de Informações do Desastre (FIDE)**, o qual deve ser preenchido na ocorrência de um desastre, solicita um conjunto de informações sobre o evento, possibilitando um diagnóstico inicial da situação. O FIDE deve ser atualizado sempre que novas informações forem coletadas sobre o cenário do desastre.

Outras ferramentas de avaliação e diagnóstico estão disponíveis nas bases de dados sobre o assunto. Nesta Unidade, temos o intuito de oferecer informações complementares sobre esse processo.

Para a elaboração de um diagnóstico, uma ferramenta que pode ser utilizada como exemplo é o **guia Avaliação de danos e análises de necessidades de saúde em situações de desastre**. (EDAN, OPAS, 2010). Apesar de esse documento estar focado nos aspectos relacionados à saúde, tal ferramenta metodológica é utilizada para conhecer o grau de impacto sofrido por uma população ocasionado por um evento adverso em determinados lugar e tempo. A metodologia consiste na identificação e no registro qualitativo e quantitativo da extensão, gravidade e localização dos efeitos de um evento adverso.

De acordo com seu alcance, essa avaliação pode ser:

- **Preliminar:** dirigida à primeira apreciação do desastre, busca estimar aproximadamente o ocorrido, tendo como referência uma informação prévia (antes das primeiras 8 horas). Essas informações são essenciais para a tomada de decisão em curto prazo.

No FIDE é preciso preencher dados sobre a tipificação do desastre; data; área afetada; danos humanos, materiais e ambientais; prejuízos públicos e privados; além de outras informações.

Este Guia está disponível no site da Organização Panamericana de Saúde, em espanhol. Acesse: <<http://go.gl/93bmTE>>. Acesso em: 3 abr. 2014.

- **Complementar:** permite identificar antes das 72 horas, sem haver profundos estudos, os detalhes das necessidades relacionadas com a resposta e perceber os pontos críticos para as fases de reabilitação e de reconstrução.
- **Informação familiar:** este levantamento familiar tem como objetivo a coleta dados por unidade familiar. Essas informações facilitam a elaboração posterior para definir as ações pontuais.

Os formulários utilizados para o levantamento dos danos dos desastres devem estar em formato simples e de fácil entendimento, a fim de que seu preenchimento pelo profissional designado seja feito de maneira rápida e eficaz.

São quatro os eixos de avaliação de danos e de análises de necessidades, apresentados no guia EDAN/OPAS (2010):

- **Prioridades humanitárias:**
 - ▶ **Saúde Pública** (mortalidade e morbidade): presença de enfermidades ocasionadas diretamente pelo desastre ocorrido. Exemplo: em situações de enchentes ou inundações, a urina dos ratos, presente em esgotos e bueiros, mistura-se à enxurrada e à lama das enchentes.
 - ▶ acesso à água de qualidade;
 - ▶ acesso aos alimentos durante a emergência; e
 - ▶ situação dos abrigos.
- **Infraestrutura pública vital:**
 - ▶ água potável;
 - ▶ drenagem;
 - ▶ energia elétrica; e
 - ▶ telecomunicação e transporte.
- **Infraestrutura produtiva e os meios de vida:**
 - ▶ setor agropecuário (setor primário);
 - ▶ setor industrial e manufatureiro (setor secundário); e
 - ▶ setor bancário, turístico e comércio (setor terciário).
- **Moradia e edificações públicas:**
 - ▶ escolas;
 - ▶ hospitais;
 - ▶ clínicas;

Saiba mais sobre Saúde Pública em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/leptospirose_oquefazer.pdf. Acesso em: 4 abr. 2014.

- ▶ unidades de saúde; e
- ▶ presídios, entre outros.

Observe que todos esses indicadores devem ser expressos em termos de quantidade e de porcentagem. O formato das informações deve deixar claro o sexo, os grupos de idade da população, os números de pessoas e as famílias por moradia e as famílias que necessitam de abrigos provisórios, considerando aquelas moradias não habitáveis em decorrência do impacto do evento.

O planejamento da avaliação de danos e das necessidades, posterior a uma situação de desastre, pode ser utilizado para determinar as necessidades no sentido de definir o plano de resposta e de recuperação, servindo de orientação para ações de reabilitação e reconstrução. (GFDRR, 2010)

Além do EDAN, a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) desenvolveu uma metodologia para avaliar o impacto socioeconômico e ambiental de desastres (DaLA). Sua aplicação há mais de 38 anos em mais de 45 eventos vem demonstrando repetidamente o vínculo entre desastres e desenvolvimento. De acordo com essa metodologia, não é possível dizer qual o momento exato em que se deve iniciar o processo de avaliação. No entanto, a sua experiência indica que não convém iniciar uma avaliação até que já esteja bem avançada a etapa de atenção à emergência, ou seja, de socorro e de assistência. Tanto para não interferir nas atividades de resgate e salvamento como para assegurar a disponibilidade suficiente de informações quantitativas sobre os danos e efeitos (diretos, indiretos e macroeconômicos).

Segundo a *Global Facility for Disaster Reduction and Recovery* (GFDRR, 2010), existem dois usos potencialmente utilizados após uma avaliação de danos e de necessidades:

- Em curto prazo na etapa de resposta: definir estratégias governamentais para atender às necessidades imediatas, que têm como objetivo aliviar o sofrimento humano e iniciar o processo de recuperação econômica.
- Em médio prazo: definir as necessidades financeiras, a fim de desenvolver a recuperação e a reconstrução numa dimensão mais completa.

Saiba mais sobre a Comissão para América Latina e o Caribe em: < www.eclac.cl/>. Acesso em: 25 mar. 2014

Esta metodologia pode ser conferida em: <<http://www.cepal.org/cgi-bin/getprod.asp?xml=/publicaciones/xml/7/12707/PI2707.xml&xsl=/mexico/tpl/p9f.xsl&base=/mexico/tpl/top-bottom.xs>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

Ainda conforme a *Global Facility for Disaster Reduction and Recovery* (GFDRR, 2010, p. 10), os passos necessários em uma avaliação de danos e de necessidades após um evento são:

- Definir uma linha de base que descreve a situação anterior ao desastre.
- Definir a situação depois do desastre;
- Estimar os danos e perdas de cada setor;
- Estimar os custos totais do desastre;
- Medir o possível impacto econômico do desastre; e
- Medir o impacto do desastre sobre o emprego, a renda das pessoas e das famílias.

Também mencionados pela *Global Facility for Disaster Reduction and Recovery* (GFDRR, 2010), os métodos para recolher informações depois do impacto do evento podem ser obtidos das seguintes formas:

- Observação aérea: com voos de baixa altura como forma de proporcionar informações sobre a extensão geográfica do desastre e a dimensão dos danos sofridos, como estrago de pontes, de rodovias e de vias de comunicação.
- Informações das comunidades e de trabalhadores de campo: as informações que recebem as lideranças comunitárias, as equipes de resgates, os administradores e as autoridades locais podem ser importantes na definição das necessidades de atenção imediata.
- Um diagnóstico rápido: realizado por parte dos profissionais, permite o acesso a informações qualitativas e quantitativas sobre os danos e as necessidades no pós-desastres.

É fundamental que a coordenação das ações e os comitês responsáveis por definir os diagnósticos considerem os grupos vulneráveis em todas as etapas, no sentido de priorizar **ações de resposta humanitária de forma eficaz**.

Outros aspectos importantes para um bom diagnóstico, além da identificação dos danos físicos, se refere:

- ao mapeamento dos riscos existentes ou futuros;
- à identificação das capacidades e disponibilidades institucionais e organizacionais para atuação conjunta; e
- à disponibilidade de materiais.

Saiba mais sobre a *Global Facility for Disaster Reduction and Recovery* em: <<https://www.gfdr.org/>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

Veja o exemplo de Honduras, que inclui a gestão de riscos de desastre no seu planejamento territorial, diretrizes importantes para assessorar a reconstrução pós-desastres – texto em espanhol – no AVEA, clicando em Honduras.

Considere, também, as diferenças dos locais afetados, do ponto de vista: econômico, cultural, político, étnico, religioso, etc. A experiência mostra, por exemplo, que a reconstrução em áreas urbanas se difere bastante das áreas rurais, pois, nesta última, há grandes espaços disponíveis e suficientes recursos naturais, diferente das cidades. No entanto, nas zonas rurais há mais limitações no acesso, na comunicação, nos mercados e nos serviços.

Boas Práticas em Reconstrução Pós-Desastres – a Experiência Japonesa

A capacidade de reconstrução de um país pós-desastre está relacionada com a sua resiliência, ou seja, a sua capacidade de enfrentar esses eventos e de retomar as condições anteriores, com foco na gestão prospectiva de riscos. Essa capacidade também se refere à cultura de prevenção e de preparação a desastres que vigora nesses lugares ao longo dos anos e que possibilita uma resposta mais adequada e rápida de recuperação e de reconstrução das áreas afetadas.

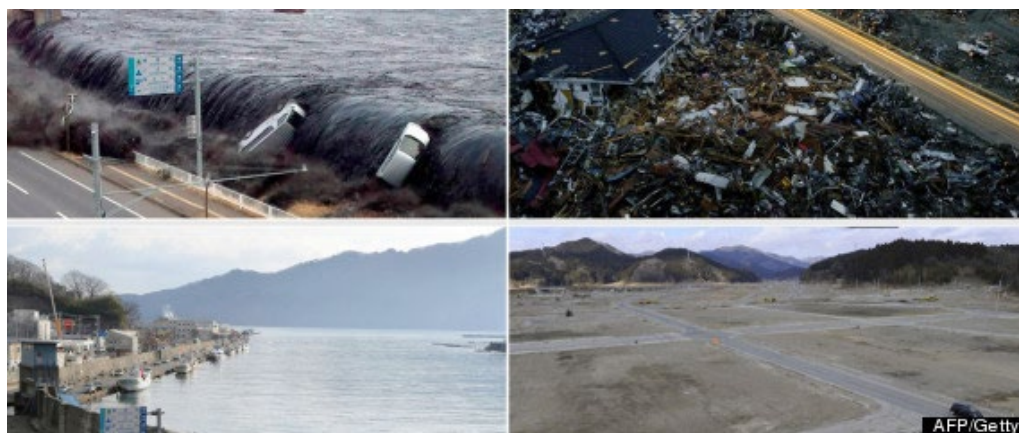


Figura 13: Exemplo de boas práticas de reconstrução

Fonte: Japan Tsunami (2012)

Veja as imagens em: <<http://www.tecmundo.com.br/google-maps/20566-google-maps-mostra-a-econstrucao-do-japao-um-ano-apos-terremotos.htm>>. Acesso em: 7 abr. 2014 .

João José Forni é professor, criador e mantenedor de dois sites especializados em gestão de crise, confira em: <<http://www.jforni.jor.br>> e <<http://www.comunicacaoecrise.com>>. Acessos em: 4 abr. 2014.

Você se lembra do Tsunami que ocorreu no **Japão** em 2011? O terremoto de 9 graus na escala Richter e o posterior tsunami, em 11 de março, deixaram 15.482 mortos e 7.427 desaparecidos, segundo o último boletim. Esse desastre também provocou na usina nuclear de Fukushima a pior crise atômica em 25 anos. Um ano após o terremoto, o país estava se reconstruindo rapidamente.

A seguir leia parte de um texto retirado do *site* do **professor João José Forni**:

Como educar a prevenção de desastres

Preparação para desastres tem sido parte importante do currículo nas escolas japonesas desde o grande terremoto de Kanto, em 1923, que devastou Tóquio e Yokohama, duas das maiores cidades japonesas. Em memória deste terremoto, foi criado, em 1960, o Dia de Prevenção de Desastres. Todos os anos, neste dia, treinos e eventos relacionados com a preparação de desastres são realizadas em todo o país.

Kamaishi, uma cidade na província de Iwate, que foi atingida pelo tsunami de março passado, teve quase todos os 2.900 alunos do ensino fundamental e médio na cidade preservados da catástrofe, em grande parte como resultado de exercícios regulares e rigorosos antidesastres que as escolas realizaram. Isso demonstra que a prevenção de crise funciona. Os educadores recomendam compartilhar a experiência de Kamaishi para ensinar às crianças japonesas o que fazer em caso de um tsunami. Nessas aulas, as crianças compartilham eventuais treinamentos que tenham realizado e o que eles pensam ser a maneira mais eficaz de aprender como se preparar para um desastre natural.

Cerca de seis meses depois é como se nada tivesse acontecido em alguns lugares pelas obras do governo local. Estradas, viadutos e pontes destruídos foram reconstruídos, alguns em uma semana, 15 dias. Aeroportos, cidades cheias de entulho e devastadas pela água, que invadiu o Continente, foram rapidamente limpas e reconstruídas, até como forma de ajudar psicologicamente a população a retomar a vida normal. Nesses momentos, quando mais cedo a população puder retomar sua vida, mais rápido a catástrofe é esquecida, funcionando como efeito motivador da população.

A comparação inevitável foi com o terremoto que devastou o Haiti, principalmente a capital Porto Príncipe, em janeiro de 2010. Dois anos depois, o Haiti continua em grande parte ainda cheio de entulhos e com a maioria das obras urbanas por reconstruir. No Japão, dos 559 km de estradas destruídas, apenas 15 não foram reconstruídas. Estão normalizados os serviços de fornecimento de água (98%), luz (96%) e gás (85%).

A recuperação do Japão nos traz muitas lições. Convém comparar, além de com o Haiti, também com outras regiões devastadas por catástrofes naturais, como Nova Zelândia, Chile e a Ásia, que sofreram com desastres parecidos. Certamente a forma de gerir a ajuda e os recursos recebidos, bem

Este texto está disponível em: <http://goo.gl/xlJXXl>. Acesso em: 3 abr. 2014.

como a história, política, cultura e economia do país, contribuíram para a sua capacidade de recuperação.

A crise pode ser uma oportunidade?

Individualmente, os caracteres japoneses para crise (危机) significam “oportunidade perigosa”. Que oportunidades terão surgido da crise de 11 de Março? A engenharia japonesa certamente aproveitou os erros da catástrofe para desenvolver mecanismos e equipamentos mais sofisticados, como forma de se preparar melhor para um próximo terremoto ou tsunami. O Japão sabe que, pela localização geográfica, o país está sujeito a esse tipo de crise. E não pretende ser pego novamente de surpresa. (FORNI, 2012)

No Haiti, três anos após o terremoto, um milhão de pessoas ainda precisam de ajuda humanitária. E no Brasil? Estamos preparados para enfrentar eventos de tal magnitude?

Sabemos que boas práticas reconstrutivas buscam se pautar na lógica da autoconstrução, incorporando tecnologias que possibilitem melhorar a qualidade das moradias e gerar capacidades locais e institucionais que promovam a sustentabilidade deste processo. Alguns países têm utilizado a força de trabalho local, os recursos da própria comunidade, agregando as lideranças comunitárias no processo de reconstrução, de modo a favorecer a recuperação mais rápida das localidades afetadas por desastre. De que maneira pode ser feito?

- Contratam mão de obra da própria comunidade, de modo a produzir emprego e renda entre as pessoas afetadas pelo desastre.
- Elaboram projetos de reconstrução de moradias a partir da tomada de decisão coletiva, com forte participação comunitária. Esses projetos respeitam um zoneamento e distribuição adequada das casas; as características e tradições da cultura local; respeitam as diferenças familiares e de necessidades entre a população afetada; pautam-se em projetos flexíveis porém replicáveis, ofertando opções de desenho e materiais para as moradias.
- Fomentam alianças entre diferentes atores e organizações locais, comprometendo-os na gestão permanente do risco a desastre.
- Incorporam princípios da economia solidária, da segurança alimentar e da proteção ambiental, incentivando o consumo

Leia mais sobre o terremoto no Haiti em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/mundo/haiti-eterna-construcao-de-um-lindo-pais-escravo-da-propria-miseria-329.html>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

e cultivo de alimentos orgânicos; a formação de cooperativas locais para geração de renda; a preservação dos recursos naturais; entre outros.

No processo de reconstrução, cada país deve considerar as ações de redução de risco de forma particular, pontual e no seu conjunto, avaliando as diversidades locais quanto às condições políticas, econômicas, sociais, ambientais e a própria condição geofísica do risco de cada espaço socioterritorial. Medidas de redução de risco e de recuperação podem ter êxitos em alguns lugares, mas também podem não funcionar em outros. Um fator importante, nesse contexto, é respeitar as diversidades culturais reconhecendo as diferenças de cada grupo social e, também, sua relação histórica com a natureza e o meio ambiente. Considerar as relações de etnias, as religiosas, as de gênero e as redes comunitárias torna-se aspecto fundamental. Sempre que possível devemos reconhecer e considerar as boas práticas comunitárias de reconstrução já existentes.

Para finalizar esta Unidade, gostaríamos de enfatizar a importância de o processo de reconstrução se pautar em indicadores de resiliência, ou seja, na perspectiva de reconstruir melhor, reconstruir prevenindo riscos futuros. Lembre-se dos dez passos da campanha **“Como Construir Cidades Mais Resilientes – Um Guia para Gestores Públicos Locais”**:

- 1) Colocar em prática ações de organização e coordenação para compreender e aplicar ferramentas de redução de riscos de desastres, com base na participação de grupos de cidadãos e da sociedade civil; construir alianças locais; assegurar que todos os departamentos compreendam o seu papel na redução de risco de desastres e preparação;*
- 2) Atribuir um orçamento para a redução de riscos de desastres e fornecer incentivos para proprietários em áreas de risco, famílias de baixa renda, comunidades, empresas e setor público para investir na redução dos riscos que enfrentam;*
- 3) Manter os dados sobre os riscos e vulnerabilidades atualizados; preparar as avaliações de risco e utilizá-las como base para planos de desenvolvimento urbano e tomadas de decisão. Certificar-se de que essa informação e os planos para a resiliência da cidade estejam prontamente disponíveis ao público e totalmente discutidos com eles;*
- 4) Investir e manter uma infraestrutura para redução de*

O texto completo sobre a campanha está disponível em: < <http://goo.gl/CzxML5> >. Acesso em: 7 abr. 2014.

risco, com enfoque estrutural, como por exemplo, obras de drenagens para evitar inundações; e, conforme necessário, investir em ações de adaptação às mudanças climáticas;

5) Avaliar a segurança de todas as escolas e centros de saúde e atualizar tais avaliações conforme necessário;

6) Aplicar e impor regulamentos realistas, compatíveis com o risco de construção e princípios de planejamento do uso do solo; identificar áreas seguras para cidadãos de baixa renda e desenvolver a urbanização dos assentamentos informais, sempre que possível;

7) Certificar-se de que programas de educação e treinamento sobre a redução de riscos de desastres estejam em vigor nas escolas e comunidades;

8) Proteger os ecossistemas e barreiras naturais para mitigar inundações, tempestades e outros perigos a que a cidade seja vulnerável; adaptar-se às mudanças climáticas por meio da construção de boas práticas de redução de risco;

9) Instalar sistemas de alerta e alarme, e capacidades de gestão de emergências em seu município, e realizar regularmente exercícios públicos de preparação; e

10) Após quaisquer desastres, assegurar que as necessidades dos sobreviventes estejam no centro da reconstrução, por meio do apoio direto e por organizações comunitárias, de modo a projetar e ajudar a implementar ações de resposta e recuperação, incluindo a reconstrução de casas e de meios de subsistência.

Resumo...

Nesta Unidade, você aprendeu sobre as ações de reabilitação e recuperação, as quais correspondem a uma fase de intervenção após o evento, que corresponde ao Gerenciamento do Desastre. Você pôde observar as diferenças entre as ações de reabilitação e recuperação, sabendo que é necessário priorizar a prevenção do risco de desastre nas ações reconstrutivas. Você também percebeu que avaliar e diagnosticar os cenários de desastres é de suma importância para orientar as ações nestas etapas. E que boas práticas de gerenciamento de desastres são possíveis quando os indicadores de resiliência são considerados.

Muito bem, concluímos a Unidade 5. Sabemos que esta Unidade trouxe um grande volume de informações, por isso, sugerimos que você procure seu tutor se precisar de ajuda para entender melhor o que foi abordado aqui. Não hesite em entrar em contato, pois ele está pronto para ajudá-lo!

Complementando...

O Conselho de Direitos Humanos da ONU adotou uma resolução, proposta por mais de 60 países, sobre direito à moradia adequada no contexto de desastres naturais. O texto da resolução define claramente como o direito à moradia adequada deve ser tratado no contexto da prevenção de desastres, bem como no processo de reconstrução. Acesse mais informações no *site* da relatora especial da Organização das Nações Unidas para o direito à moradia adequada. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/reconstrucao-pos-desastre/>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

Atividades de aprendizagem

Agora, vá até o Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA) e realize as atividades. A realização das tarefas é extremamente importante!



Objetivos de aprendizagem

Após a leitura desta Unidade, você deverá ser capaz de:

- Identificar os critérios para fazer o Reconhecimento da Situação de Emergência (SE) ou Estado de Calamidade Pública (ECP);
- Reconhecer os processos para solicitar os recursos federais disponíveis para as ações de Proteção e Defesa Civil;
- Saber como utilizar o Cartão de Pagamento de Defesa Civil.

Aspectos Administrativos do Gerenciamento de Desastres

Caro estudante,

Vamos iniciar a Unidade 6, agora entenderemos quais são os processos para solicitar recursos federais para as ações de Proteção e Defesa Civil. Lembre-se de que seu tutor está pronto para ajudá-lo, portanto, caso surjam dúvidas, não hesite em entrar em contato com ele.

Então, vamos ao trabalho!

Quando ocorre um desastre em seu território, compete ao poder executivo do Município declarar Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública (Lei n. 12.608).

Este decreto por si só não é suficiente para estabelecer uma situação jurídica especial que permita a liberação de **benefícios federais às vítimas**, independentemente de o Município afetado por desastre necessitar ou não de recursos complementares para o atendimento às suas necessidades.

Por isso, em caso de desastre, para que os **benefícios federais** sejam disponibilizados e/ou recursos financeiros liberados, o chefe do Poder Executivo do ente federado afetado pelo desastre deve requerer o reconhecimento da **Situação de Emergência** ou do **Estado de Calamidade Pública** decretada, que se dará por meio de portaria.

Para que você tenha mais informações sobre o processo de decretação, acesse a Instrução Normativa 01, de 24 de agosto de 2012, no Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA).

Estamos falando sobre a liberação do FGTS – Decreto n. 5.113, de 22 de junho de 2004; a antecipação de benefícios da Previdência Social – Decreto n. 7.223, de 29 de junho de 2010; e a redução do Imposto sobre Propriedade Rural – Decreto n. 84.685, de 6 de maio de 1980.

Situação de Emergência: situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado Município, Estado ou Região, decretada em razão de desastre, comprometendo parcialmente sua capacidade de resposta.

Estado de Calamidade Pública: situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado Município, Estado ou Região, decretada em razão de desastre, comprometendo substancialmente sua capacidade de resposta. (Instrução Normativa n. 1, de 24/08/2012)

Reconhecimento Federal para Situações de Emergência ou Estado de Calamidade Pública

No corpo do requerimento, a autoridade deverá explicitar as razões pelas quais deseja o reconhecimento, incluindo ou não as necessidades de auxílio complementar por parte do Governo Federal.

O requerimento deverá ser encaminhado ao Ministério da Integração Nacional, por meio do Sistema Integrado de Informações Sobre Desastres (S2ID), nos seguintes prazos máximos:

- no caso de desastres súbitos – em até dez dias da ocorrência do desastre.
- no caso dos desastres graduais ou de evolução crônica – em até dez dias contados da data do decreto do ente federado que declara situação anormal.

O requerimento solicitando reconhecimento federal de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública deverá ser acompanhado da seguinte documentação:

- Decreto (original ou cópia autenticada ou carimbo e assinatura de confere com original).
- **Formulário de Informações do Desastre (FIDE).**
- Declaração Municipal de Atuação Emergencial (DMATE), ou Declaração Estadual de Atuação Emergencial (DEATE), demonstrando as medidas e as ações em curso, capacidade de atuação e recursos humanos, materiais, institucionais e financeiros empregados pelo ente federado afetado para o restabelecimento da normalidade.
- Parecer do Órgão Municipal, Distrital ou Estadual de Proteção e Defesa Civil, fundamentando a decretação e a necessidade de reconhecimento federal.
- Relatório fotográfico (fotos legendadas que estejam, preferencialmente, georreferenciadas).
- Outros documentos ou registros que esclareçam ou ilustrem a ocorrência do desastre.

O decreto de declaração da situação anormal municipal, distrital ou estadual, o requerimento para reconhecimento federal de situação anormal e o parecer dos órgãos estaduais, municipais ou distrital são de livre redação dos entes responsáveis, atendendo aos requisitos mínimos estabelecidos na legislação pertinente.

Este formulário está disponível em: <http://www.mi.gov.br/web/guest/como-solicitar-o-reconhecimento-federal>. Acesso em: 7 jun. 2013.

Quando é evidente a intensidade do desastre e o impacto social, econômico e ambiental na região afetada, a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC), com o objetivo de acelerar as ações federais de resposta aos desastres, poderá reconhecer sumariamente a Situação de Emergência ou o Estado de Calamidade Pública com base apenas no requerimento e no decreto do respectivo ente federado.

Quando o reconhecimento for sumário, a documentação prevista deverá ser encaminhada à SEDEC no prazo máximo **de dez dias** da publicação do reconhecimento, para fins de instrução do processo de reconhecimento e de apoio complementar por parte do Governo Federal.

O Formulário de Informações do Desastre (FIDE) deverá conter as seguintes informações necessárias para a caracterização do desastre:

- nome do Município;
- população do Município afetado pelo desastre, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- Produto Interno Bruto (PIB) do Município;
- valor anual do orçamento municipal aprovado em lei e valor anual e mensal da receita corrente líquida;
- tipo do desastre – informar o código e a denominação do desastre, de acordo com a Codificação Brasileira de Desastre (COBRADE) definida pela SEDEC;
- data do desastre;
- descrição da(s) área(s) afetada(s), acompanhada de mapa ou croqui ilustrativo;
- descrição das causas e dos efeitos do desastre;
- estimativa dos danos humanos, materiais, ambientais; prejuízos econômicos, tanto públicos, quanto privados e serviços essenciais prejudicados;
- outras informações disponíveis acerca do desastre e de seus efeitos; e
- dados da instituição informante.

Então, lembre-se de que essas informações são, absolutamente, necessárias para que possamos caracterizar o desastre, já que sem elas, podemos ter problemas para formalizar o processo de reconhecimento federal.

Nos casos de desastres graduais ou de evolução crônica, a data do desastre corresponde à data do decreto que declara a situação anormal.

Quando o Município, o Distrito Federal ou o Estado se equivocarem na codificação do desastre, a SEDEC poderá fazer a devida adequação, reconhecendo a situação anormal com base na codificação correta, cabendo à autoridade local realizar o **ajuste em seu ato original**.

São condições essenciais para a solicitação do reconhecimento federal:

- Necessidade comprovada de auxílio federal complementar ou;
- Exigência de reconhecimento federal da situação anormal decretada, expressa em norma vigente, para liberação de benefícios federais às vítimas de desastres.

Após análise da documentação apresentada e devidamente confrontada com informações disponíveis no SINPDEC, e alicerçado no Decreto n. 7.257/2010 e na Lei n. 12.608/2012, o Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil reconhecerá, por meio de Portaria, a alegada Situação de Emergência ou o Estado de Calamidade Pública.

Vícios: defeitos que podem invalidar ato ou negócio jurídico. Fonte: Ferreira (2010).

Constatada, a qualquer tempo, a presença de **vícios** nos documentos anexados ou a inexistência da Situação de Emergência ou do Estado de Calamidade Pública declarada, a Portaria de Reconhecimento será revogada e perderá seus efeitos, assim como o ato administrativo que autorizou a realização da transferência obrigatória, ficando o ente beneficiário obrigado a devolver os recursos repassados e atualizados monetariamente como determina a legislação pertinente.

O ente federado que discordar do indeferimento do pedido de reconhecimento deverá apresentar à autoridade que proferiu a decisão, no prazo de dez dias, recurso administrativo apontando as divergências, suas razões e as justificativas. Para tanto, saiba que:

- O pedido de reconsideração do ato de indeferimento deve ser fundamentado, indicando a legislação e as provas que amparam seus argumentos.
- Da decisão proferida no pedido de reconsideração, caberá recurso em último grau ao CONPDEC, no prazo de dez dias.

É importante salientar que o Reconhecimento é fundamental para obtenção de benefícios federais. Para outras finalidades não há, necessariamente, a exigência dessa confirmação via Portaria de Reconhecimento.

A seguir, você aprenderá como fazer a solicitação de recursos federais para as ações de gerenciamento de desastres, resposta e recuperação, e, também, para as demais ações do Ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil.

Solicitação de Recursos para Ações de Proteção e Defesa Civil

De acordo com a Lei n. 12.608/2012, é dever da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios adotar as medidas necessárias para a redução dos riscos de desastres. Dentre essas medidas, podemos destacar a solicitação de recursos financeiros recebidos por meio de transferência. (BRASIL, 2011, 2012)

São duas as modalidades de transferências de recursos utilizadas pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil:

- transferências voluntárias; e
- transferências obrigatórias. (BRASIL, 2011, 2012)

Transferências Voluntárias

As transferências voluntárias atendem a ações preventivas de desastres, como por exemplo: construção de reservatórios de amortecimento; implantação de sistema de abastecimento de água; realocação de unidades habitacionais situadas em áreas de risco, mas ainda não danificadas; recuperação de obras de arte especiais progressivamente deterioradas (pontes, viadutos, etc.); implantação de sistemas de macro e microdrenagem, voltados para a prevenção de alagamentos ou enxurradas; sistemas de proteção de erosão costeira; etc. Além disso, é possível solicitar recursos para elaborar estudos e projetos que tenham como objetivo a redução de risco.

Os convênios para obtenção de recursos para prevenção a desastres podem ser firmados com os outros órgãos, por meio dos programas disponíveis no SICONV. A SEDEC não firma convênios, pois seus recursos são destinados via emenda parlamentar.

Para requerer esse tipo de recurso, o interessado deve enviar proposta ao Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (SICONV), sob a regência do Decreto n. 6.170/2007 e da Portaria Interministerial n. 507/2011, apresentando informações que configurem o objeto da sua solicitação como uma ação preventiva de desastres. Cabe salientar que o Reconhecimento é fundamental para obtenção de benefícios federais. Para outras finalidades não há, necessariamente, a exigência desse documento.

Transferências Obrigatórias

As transferências obrigatórias, para as ações de resposta e de recuperação, são realizadas de forma complementar aos Estados e aos Municípios afetados por desastres que solicitaram e obtiveram o reconhecimento de Situação de Emergência ou do Estado de Calamidade Pública.

A Medida Provisória n. 631 possibilitou a transferência obrigatória de recursos para as ações de prevenção em casos de risco eminente. Entretanto, ainda não há a regulamentação dessa medida, que definirá os critérios para a transferência de recursos.

Recursos para a Gestão de Riscos – Etapas de Prevenção, Mitigação e Preparação para Desastres

Essa etapa pode ser integrada por ações de Prevenção, de Mitigação e de Preparação.

Prevenção

A prevenção expressa a intenção de evitar por completo os possíveis impactos adversos (negativos) mediante ações planejadas e realizadas antecipadamente. Por exemplo, uma regulamentação sobre o uso do solo que não permita o estabelecimento de novos assentamentos em zonas de alto risco, acompanhada de uma ação de realocação dos ocupantes dessas áreas e um programa de permanente fiscalização, reduzindo a **vulnerabilidade** da população beneficiada. Ou então, a construção de uma represa ou muro de contenção para

Os conceitos de prevenção, mitigação e preparação, conforme o entendimento da SEDEC, estão no texto complementar da Unidade I. Releia os conceitos se considerar necessário. Nesta Unidade, essas etapas estão explicadas com alguns exemplos de como podem ser direcionados os recursos federais.

eliminar o risco de inundações. Essas ações são representadas por medidas estruturais e não estruturais. As medidas estruturais são aquelas de cunho corretivo, como as obras de engenharia. As medidas não estruturais são de caráter educativo, geralmente de baixo custo e de fácil implementação.

Mitigação

Mitigação se refere à diminuição ou à limitação dos impactos advindos dos desastres, caso as ameaças se concretizem. Frequentemente, não podemos prevenir todos os impactos adversos das ameaças, mas podemos diminuir consideravelmente sua escala e severidade mediante diversas estratégias e ações. Como na maior parte das vezes não é possível evitar por completo os riscos dos desastres (pelo alto custo da ação que a torna impraticável), são aplicadas usualmente medidas mitigatórias, que buscam reduzir as consequências do evento caso ele se materialize. Um exemplo disso é a construção de uma bacia de retenção, o popular “piscinão”, usado para reduzir a frequência de inundação de uma determinada zona urbana.

Preparação

A preparação está relacionada aos conhecimentos e as capacidades desenvolvidas pelos governos, profissionais, organizações de resposta e de recuperação, comunidades e pelas pessoas para prever, responder e recuperar de forma efetiva os impactos dos eventos ou das condições prováveis, iminentes ou atuais que se relacionam com uma ameaça. Inclui, por exemplo, atividades como: o planejamento de contingências, a reserva de equipamentos e suprimentos, o desenvolvimento de rotinas para a comunicação de riscos, as capacitações e os treinamentos, os exercícios simulados de campo, etc.

Nas ações de preparação, a maioria das medidas empregadas é não estrutural, ou seja, são medidas que não envolvem uma construção física e que utilizam o conhecimento, as práticas ou os acordos existentes para reduzir o risco e seus impactos, especialmente por meio de políticas e legislação, voltadas para uma maior conscientização pública, mediante capacitação e educação.

Na preparação também estão incluídos os sistemas de alerta antecipado que representam um dos principais elementos da redução dos danos e prejuízos de desastres. Tais sistemas não diminuem a chance do evento adverso ocorrer, mas evitam a perda de vidas e diminuem os prejuízos econômicos e sociais decorrentes dos desastres. No entanto, para serem eficazes, os sistemas de alerta antecipado devem incluir ativamente as comunidades localizadas em áreas de risco, facilitar a educação e a conscientização do público em geral sobre tais riscos, disseminar de forma eficiente e eficaz mensagens de alerta e de alarme e garantir treinamento e preparação constantes por meio de exercícios simulados de evacuação.

Recursos para o Gerenciamento de Desastres – Etapa Pós-desastre

Essa fase é composta por Resposta (Restabelecimento, Socorro e Assistência) e Recuperação.

Lembre-se de que a Resposta é um conjunto de medidas que visam à provisão de serviços de socorro, assistência e restabelecimento dos cenários, incluindo os serviços essenciais, durante ou após um desastre.

Resposta

As ações de resposta se classificam em:

- **Socorro:** compreendem ações de imediato atendimento à população afetada pelo desastre, contemplando atividades relacionadas ao atendimento emergencial, como:
 - ▶ busca e salvamento;
 - ▶ primeiros socorros e resgate de feridos;
 - ▶ locação de veículos ou de viaturas para socorro às vítimas de desastre natural;
 - ▶ instalação e operação de hospitais de campanha; e
 - ▶ custeio de atendimento pré-hospitalar e médico-cirúrgico emergencial na rede pública ou particular.
- **Assistência às vítimas:** consiste no atendimento à população afetada pelo desastre, mediante aporte de recursos destinados:
 - ▶ Ao fornecimento provisório de água potável.
 - ▶ Fornecimento provisório de energia elétrica por geradores.
 - ▶ Operação de transporte coletivo essencial.

- ▶ Suporte à rede pública de saúde para manutenção do atendimento aos feridos no desastre.
- ▶ Aquisição ou locação de material de acampamento, como barracas, colchonetes e travesseiros.
- ▶ Aquisição de artigos básicos de higiene pessoal; instalação de lavanderias e banheiros coletivos.
- ▶ Limpeza, descontaminação e desinfecção dos *habitat* humanos; provisão e meios de preparação de alimentos, podendo incluir o fornecimento de combustíveis de cozinha e material de copa/cozinha.
- ▶ Aquisição de gêneros alimentícios para atividades logísticas, assistenciais e de promoção da saúde, até que se restabeleça a situação de normalidade.
- ▶ Aquisição de peças de vestuário (roupas e agasalhos) não supridas pelas doações voluntárias.
- ▶ Manejo de mortos, sepultamento de pessoas e de animais, sendo vedado o custeio de serviços funerários e afins.
- ▶ Locação de veículos ou viaturas para assistência às vítimas de desastre natural.
- ▶ Locação de mão de obra (pessoa física ou jurídica) para prestação de serviços em ações de assistência às vítimas de desastre natural.
- ▶ Aluguel social para desabrigados e desalojados devidamente cadastrados.
- ▶ Apoio logístico às equipes empenhadas no desenvolvimento dessas ações.
- **Restabelecimento provisório de serviços essenciais:** contempla a execução de obras provisórias e urgentes, voltadas para o restabelecimento de serviços essenciais, estabilizando minimamente a situação para que seja possível promover a reconstrução do cenário afetado pelo desastre, como:
 - ▶ construção de acessos alternativos provisórios;
 - ▶ viabilização de trafegabilidade elementar em vias fundamentais;
 - ▶ construção de acessos alternativos;
 - ▶ restabelecimento do fornecimento de água, energia e serviços essenciais de comunicação;
 - ▶ remoção de escombros;

- ▶ desobstrução de vias; e
- ▶ desmontagem de edificações e de obras de arte com estruturas comprometidas.

Pelo caráter efêmero que possuem, são normalmente obras de baixo custo e classificadas como despesas de custeio, por principalmente buscarem a manutenção, ainda que precária, dos serviços básicos preexistentes.

A solicitação de recursos financeiros para atendimento às necessidades com socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais, via transferência obrigatória, efetuada através de **Cartão de Pagamento de Defesa Civil (CPDC)**, será feita por meio de:

- Ofício de requerimento de recurso, indicando às justificativas da solicitação e quais às ações que já foram realizadas no âmbito do Estado/Município.
- Plano Detalhado de Resposta, especificando as ações que o ente pretende executar com os recursos financeiros transferidos pelo MI, informando quantidades, prazos e recursos necessários para a consecução de cada meta com seus respectivos itens ou etapas e as necessidades de recursos materiais em atendimento às ações de assistência humanitária. Para solicitar recursos financeiros, o ente preencherá o Formulário RF inserido no Plano Detalhado de Resposta. Para solicitar recursos materiais (*kits* emergenciais de Assistência Humanitária), o ente preencherá o Formulário RM também inserido no Plano Detalhado de Resposta.

Havendo a necessidade de alteração das informações do Plano Detalhado de Resposta apresentadas para a solicitação de recursos e/ou a não execução, após o repasse de recursos, o ente beneficiário deverá apresentar:

- justificativa da alteração; e
- o Plano Detalhado de Resposta atualizado.

Na Figura 14, você pode visualizar os requisitos necessários para a formalização da transferência federal de recursos para as ações de Resposta.

Saiba mais sobre este cartão em: <<http://www.mi.gov.br/web/guest/defesa-civil/solicitacao-de-recursos/cartao-de-pagamento-de-defesa-civil>>. Acesso em: 7 jun. 2013.

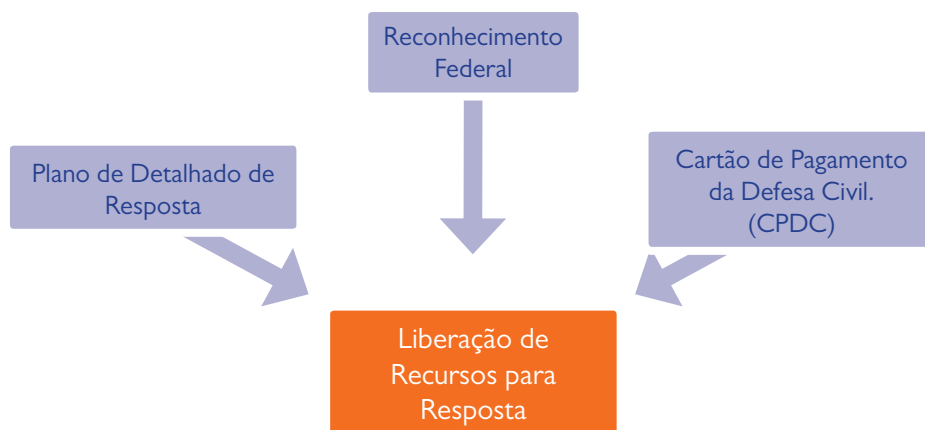


Figura 14 Requisitos necessários para a formalização da transferência federal de recursos para as ações de Resposta

Fonte: Elaborada pelos autores deste material

Para o acompanhamento dos recursos transferidos para as ações de resposta, o ente beneficiário deverá encaminhar à SEDEC, trimestralmente, até o fim da vigência dos recursos os seguintes itens:

- Plano Detalhado de Resposta, caso haja atualização do que já foi enviado;
- Relatório de Gastos de Resposta;
- Extrato do CPDC; e
- Informações complementares solicitadas.

Cartão de Pagamento de Defesa Civil (CPDC)

Os recursos aprovados para execução das despesas com socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais, definidas no Decreto n. 7.257/2010, serão repassados para conta corrente específica, referida no Plano Detalhado de Resposta, e a execução das despesas será realizada por meio do Cartão de Pagamento de Defesa Civil (CPDC), obedecendo ao Decreto n. 7.505/2011 e às Portarias n. 607/2011; n. 864/2011; e n. 37/2012.

Podemos considerar celebrado o contrato de adesão quando for realizada a abertura da conta de relacionamento específica para a movimentação dos valores junto ao Banco do Brasil. O CPDC, que é isento de taxa de adesão e de anuidade, é uma ferramenta inovadora que garante maior agilidade e transparência na execução do recurso.

As unidades gestoras dos órgãos da Administração Pública Estadual, do Distrito Federal e Municipal, enquadrados nos termos da legislação em vigor para as ações de Proteção e Defesa Civil, terão gestores financeiros responsáveis pela gestão dos recursos repassados pelo Ministério da Integração Nacional em sua totalidade e um ou mais portadores, que receberão seus respectivos cartões (plásticos) para realizar pagamentos. Os portadores deverão ser servidores ou empregados públicos com vínculo permanente, secretários estaduais e municipais, que firmarão o Termo de Responsabilidade do Portador, o qual conterá suas obrigações e deveres, conforme modelo disponível no *site* da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

O CPDC poderá ser utilizado para aquisição de material, inclusive por meio da internet, e contratação de serviços destinados a ações de Defesa Civil, seguindo a Lei n. 8.666/93, que requer a apresentação de três orçamentos antes de efetuar a compra. Entretanto, **é vedado saque em espécie, compras parceladas e uso fora do país.**

Cabe salientar que o CPDC deve ser obtido **antes** do desastre. Caso isso não ocorra, o solicitante terá de providenciá-lo, mesmo após o evento adverso, para receber os recursos de resposta, prejudicando a celeridade do processo. A seguir, são mostrados os passos para obtenção do CPDC:

Antes da Ocorrência do Desastre

Primeiro Passo

É importante que o representante legal crie o órgão ou entidade de Proteção e Defesa Civil, com estrutura suficiente para cumprir sua missão, pois essa entidade deve ser a unidade responsável pelas ações de prevenção, preparação, resposta e recuperação, de responsabilidade do Estado e/ou do Município no Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC).

Segundo Passo

As contas podem ser abertas por iniciativa do ente ou de forma indireta pela SEDEC.

Abertura de contas por iniciativa própria do ente:

O representante legal deverá se dirigir à agência do Banco do Brasil mais próxima para assinatura de formulários próprios do banco. O contrato de adesão ao Cartão de Pagamento de Defesa Civil é realizado uma única vez.

No mesmo momento serão assinados também os formulários de abertura da conta. Não há limite para o número de contas. Cada desastre terá uma conta de relacionamento específica. Dessa maneira, caso o ente receba recursos para a execução de ações de resposta para um desastre, ele deverá tomar providências imediatas para a abertura de nova conta para o caso de ocorrência de outros desastres.

Abertura de contas de forma massificada pela SEDEC:

A critério do Ministério da Integração Nacional, a SEDEC poderá providenciar a abertura das contas do CPDC, em nome dos entes federados, junto à agência bancária na qual já mantenham conta de relacionamento com a instituição financeira oficial federal responsável pela operacionalização do CPDC.

A conta será movimentada por um representante do ente federado legalmente autorizado – no caso dos Municípios, o prefeito.

Os dados bancários – agência, número da conta e do centro de custos – serão informados ao ente federado pela SEDEC via ofício.

A conta permanecerá bloqueada para movimentação até que o representante legal do ente federado providencie a respectiva formalização junto a sua agência de relacionamento, por meio da apresentação dos documentos necessários.

Para a efetivação da abertura da conta, seja ela aberta diretamente pelo ente ou de forma indireta pela SEDEC, o representante legal ou o representante por ele autorizado deverá assinar os seguintes formulários junto à agência de relacionamento do Banco do Brasil:

- Contrato do Cartão de Pagamento de Defesa Civil.
- Proposta de adesão ao CPDC.
- Cadastro de Centro de Custos.
- Cadastro do(s) portador(es).
- Inclusão de representante autorizado (se for o caso), para cada centro de custos.
- Cartões de autógrafa para o representante legal e representante(s) autorizado(s).

Ao final da operação de contratação e abertura da conta, o Banco do Brasil entregará ao ente o Relatório de Cadastro de Centro de Custos, contendo os dados da agência, da conta e do número identificador do centro de custos.

Os formulários “Proposta de Adesão”, “Cadastro de Centro de Custos” e “Cadastro de Portador” podem ser obtidos pela internet no endereço <www.bb.com.br/Governo/Estadual/Dispendio/Cartoes/DefesaCivil/Formularios> ou diretamente na agência de relacionamento do Banco do Brasil.

A abertura da conta deve ocorrer previamente ao desastre, configurando uma ação preventiva.

No ato da abertura não haverá recurso disponível na conta. Os recursos serão repassados, no caso de desastre, após o reconhecimento federal, sendo necessária a solicitação formal do ente. Sobre o assunto cabe ainda frisar que a atuação do Governo Federal é complementar à ação municipal e estadual.

Não há limite para o número de contas abertas. Pode ocorrer a abertura de conta por iniciativa própria do ente e pela SEDEC, simultaneamente.

Terceiro Passo

Caso a conta tenha sido aberta por iniciativa do ente, o representante autorizado deve cadastrá-la no *site* da SEDEC, no Sistema de Cadastramento do CPDC – <www.integracao.gov.br/defesa-civil/solicitacao-de-recursos/cartao-de-pagamento-de-defesa-civil>, no *link* “registre aqui” – e inserir os seguintes dados:

- nome, CPF e data de nascimento do representante legal;
- número do CNPJ vinculado à conta;
- número da agência;
- número da conta de relacionamento; e
- número identificador do centro de custos.

Quarto Passo

Os portadores cadastrados pelo representante autorizado deverão comparecer a qualquer agência do Banco do Brasil para cadastramento de sua senha individual, informando o número da agência e da conta de relacionamento que foi aberta para receber o

Cartão de Pagamento de Defesa Civil. O cartão (plástico) será retirado posteriormente pelo portador, na sua agência de relacionamento.

No caso de repasse de recurso federal do Estado para o Município, o representante autorizado do Município deverá solicitar à agência que altere o endereço de destino do envio dos cartões de seu centro de custos para a sua agência de relacionamento, a fim de que o cartão seja retirado em sua cidade.

Após a Ocorrência do Desastre

A SEDEC atende de forma complementar os entes federados afetados por desastre. Para tanto, é fundamental que a SEDEC reconheça a Situação de Emergência ou o Estado de Calamidade Pública por esta.

Recuperação

As ações de recuperação são caracterizadas por obras definitivas, com a finalidade de recobrar ao máximo o cenário anterior ao desastre (reconstrução ou a restauração de pontes, residências, contenções de encostas, trechos de vias intransitáveis, etc.). Todas as obras de recuperação são passíveis de licenciamentos, contratadas com base em projeto básico detalhado, mesmo quando a dispensa de licitação se aplicar. A reconstrução ou restauração poderá incluir esforços para reduzir a exposição ao risco (elementos de prevenção), indo além da simples reprodução da estrutura destruída pelo desastre.

Você precisa entender que, normalmente, as ações de recuperação se iniciam tão logo a situação esteja estabilizada pelas ações emergenciais de resposta.

Exige-se nos casos de solicitação de recursos para as ações de recuperação, além do reconhecimento federal da Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública, a elaboração de um Plano de Trabalho, que deve ser apresentado num prazo máximo de 90 dias a partir da data do desastre.

Os programas de recuperação, juntamente com a conscientização e a participação pública depois de um desastre, representam uma oportunidade valiosa para desenvolver e executar medidas de redução de risco de desastres com base no princípio de

“reconstruir melhor”. A etapa de recuperação é formada por ações de restauração e de reconstrução.

Ações de Restauração

Ações de restauração são aplicadas às estruturas públicas destruídas ou interditadas em definitivo (total ou parcialmente) por ocasião de desastre, com danos pouco significativos frente ao seu valor original. Compreendem o conjunto de serviços necessários para recompor a obra danificada, aproveitando grande parte da estrutura existente. Como exemplo, podemos citar a recomposição de aterros de cabeceiras e a substituição de muros de ala de pontes danificados pelo desastre.

Como visto, a reconstrução de obras danificadas ocorrerá apenas nos casos em que o custo da restauração for elevado frente ao valor estimado para a estrutura restaurada, conforme parâmetro estabelecido pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Dessa forma, enquanto a reconstrução garante que a nova obra esteja submetida a um nível adequado de risco, dentro do princípio de “reconstruir melhor” (através da incorporação, se necessário, de elementos de prevenção ou de mitigação), a restauração de estruturas pouco afetadas não interfere nesse aspecto, dentro de uma visão de racionalização da aplicação dos recursos de transferência obrigatória pós-desastre.

Ações de Reconstrução

Ações de reconstrução são aplicadas às estruturas públicas destruídas ou interditadas em definitivo (total ou parcialmente) por ocasião de desastre, com danos bastante significativos frente ao seu valor original. Na reconstrução devem ser incluídos esforços para não se incorrer na reprodução de estruturas semelhantemente vulneráveis como as antigas, que foram danificadas ou destruídas. Ainda, dentro dessa visão de segurança e de acordo com a legislação vigente, é possível que a obra seja reconstruída em local distinto do inicial, desde que se mantenham atendidos os beneficiários originais.

As ações de reconstrução são caracterizadas pela execução de obras com caráter definitivo, voltadas para a restauração do cenário. Tais obras são iniciadas imediatamente após a finalização da fase de emergência e

devem basear-se em estratégias e em políticas previamente definidas que facilitem o estabelecimento de responsabilidades institucionais claras e que permitam a participação pública.

O repasse de recursos para as ações de resposta e de recuperação é realizado por meio de Transferências Obrigatórias. A legislação vigente para essas transferências de recursos preconiza procedimentos diferentes para a liberação dos recursos nos casos de ações de Resposta e ações de Recuperação. A solicitação de recursos para as ações de Restauração e de Reconstrução pode ser iniciada logo após o desastre, independentemente, da solicitação de recursos para ações de Resposta. Para isso, logo após o Reconhecimento Federal do Estado de Calamidade Pública ou de Situação de Emergência, deve ser apresentado à SEDEC um Plano de Trabalho de Reconstrução, num prazo máximo de 90 dias, a partir da data do desastre. No caso de ações de recuperação, os recursos somente poderão ser liberados após uma análise conclusiva de que as obras propostas são técnica e economicamente adequadas e se enquadram na funcional programática vigente. Diferentemente disso, a liberação de recursos para ações de resposta, em casos previstos na legislação vigente, pode ser feita com o repasse antecipado pela SEDEC, mesmo sem a análise prévia do Plano Detalhado de Resposta, que ainda assim terá que ser entregue.

Os recursos para execução de ações de recuperação são alcançados por meio de transferência obrigatória com depósito em conta corrente específica. A SEDEC deverá realizar visitas técnicas durante e no fim da utilização dos recursos. Inicialmente, para a solicitação de transferência de recursos, são obrigatórios os seguintes documentos:

- O Plano de Trabalho é o documento que detalha as ações de reconstrução que serão executadas com os recursos da transferência obrigatória, especificando quantidades, prazos e recursos necessários para a consecução de cada meta e suas etapas. Deve ser revisto sempre que o escopo, prazos ou custos previstos forem modificados. A SEDEC analisará se as metas apresentadas estão compatíveis com os objetivos do programa federal de onde provêm os recursos. Deverá constar no Plano de Trabalho de Reconstrução:
 - ▶ o número da versão;
 - ▶ os dados cadastrais;
 - ▶ os outros partícipes;

- ▶ a descrição do projeto;
- ▶ o cronograma físico-financeiro;
- ▶ o plano de aplicação;
- ▶ o cronograma de desembolso; e
- ▶ o relatório de diagnósticos.

- Relatório de Diagnóstico, neste documento, é preciso responder, de acordo com cada meta, as seguintes perguntas:
 - ▶ Como a estrutura foi afetada pelo desastre?
 - ▶ Foi realizada alguma ação **paliativa** como resposta imediata ao desastre?
 - ▶ Quantas pessoas foram diretamente atingidas? Quais os prejuízos e as limitações às quais estão submetidas?
 - ▶ Quantas pessoas foram indiretamente afetadas? Quais os prejuízos e as limitações às quais estão submetidas?
 - ▶ Qual ação definitiva se pretende aplicar?
 - ▶ Quais as consequências da não realização da reconstrução solicitada?

Paliativo: que serve para acalmar, atenuar ou aliviar momentaneamente um mal; anódino. Fonte: Ferreira (2010).

No Relatório de Diagnósticos, é solicitado ainda que se acrescentem fotos recentes e registradas com a data no próprio corpo da fotografia. Estas fotos devem mostrar claramente os danos relatados e ter em suas legendas a descrição do que está sendo mostrado.

Na Figura 15, você pode visualizar os requisitos necessários para a solicitação de recursos para ações de recuperação.

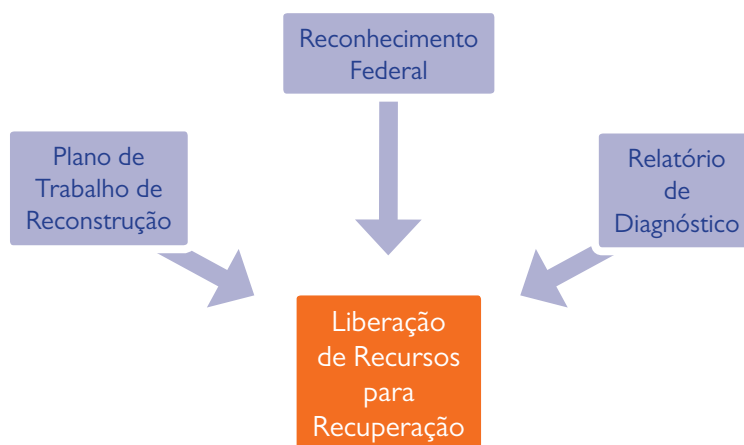


Figura 15 – Requisitos necessários para a formalização da transferência obrigatória para recuperação

Fonte: Elaborada pelos autores deste material

O Plano de Trabalho e o Relatório de Diagnóstico viabilizam a liberação de recursos. No entanto, outros documentos são complementares para a efetivação de um **projeto de recuperação**. Os elementos abaixo relacionados compõem a documentação técnica a ser encaminhada para análise, podendo a área técnica da SEDEC solicitar peças complementares em função das características específicas e complexidade da obra/empreendimento.

- **Projeto Básico:** as obras de reconstrução têm caráter definitivo e, sendo assim, necessitam de projetos básicos completos, fundamentados em estudos técnicos preliminares, com orçamento detalhado, mesmo que a contratação seja mediante dispensa de licitação. De acordo com a Lei n. 8.666/93, Projeto Básico é o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos: (ALTOUNIAN, 2012)
 - ▶ Desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza.
 - ▶ Soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem.
 - ▶ Identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar na obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução.
 - ▶ Informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução.
 - ▶ Subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso.

O Decreto nº 7.257/2010 não obriga a prévia aprovação da documentação técnica para que ocorra a liberação da primeira parcela de recursos na modalidade de transferência lá regulamentada. Contudo, não dispensa o órgão concedente da posterior avaliação desta documentação, a qual é imprescindível para permitir o acompanhamento correto da execução física e financeira e a análise prestação de contas final.

- ▶ Orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados.
- **Dominialidade Pública:** É a comprovação de domínio público do local das obras, na forma do art. 25 da Portaria Interministerial n. 127/2008 (norma subsidiária). Deve vir acompanhada de **planta** georreferenciada identificando os vértices dos terrenos demonstrados nos documentos de propriedade, que devem cobrir toda a área onde ocorrerão as obras (por exemplo, num açude a titularidade pública deve incluir, além do local da barragem e demais estruturas, a área a ser alagada, a área de proteção ambiental, etc.). Esta planta também deve vir identificada e assinada por responsável técnica;
- **Licença Ambiental:** Durante a execução das obras a SEDEC solicitará a apresentação de licença de instalação do empreendimento ou dispensa, conforme resolução Conama n. 237/97, emitida pelo órgão ambiental correspondente. **No caso de emissão por órgão municipal, deverá ser demonstrada sua competência para o ato.** O atendimento às condicionantes eventualmente presentes no licenciamento ambiental deverá ser contemplado no projeto;
- **Outorga do Direito do Uso dos Recursos Hídricos:** Os empreendimentos que interfiram em termos de regime, quantidade qualidade dos recursos hídricos deverão apresentar o documento de outorga ou de dispensa² (Ex.: **pontes**, bueiros, macro e microdrenagem, sistemas de abastecimento, estação de esgotos, etc.). Em alguns casos a outorga é substituída na fase de projeto básico por autorização de construção de obra hídrica, como ocorre para poços tubulares profundos em alguns estados, que autoriza a obra até a conclusão estrita da perfuração. Destaca-se que este documento é emitido apenas por órgão estadual ou federal. O atendimento a exigências eventualmente presentes no documento de outorga deverá ser contemplado no projeto;
- **CERTO H :** O Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica – CERTO H emitido pela ANA deverá ser apresentado nos casos contemplados

Em função da celeridade requerida nos processos pós-desastres pela SEDEC, a análise detalhada dos projetos, termos de referência, documentos de licenciamento ambiental e de recursos hídricos, comprovantes de dominialidade pública e demais peças pertinentes,

bem como dos documentos relativos às contratações (direta ou por licitação), é feita normalmente após a liberação da primeira parcela. Para a liberação das demais parcelas, a **SEDEC** poderá solicitar o envio dos projetos e dos outros demais documentos correlatos, bem como do relatório de progresso da obra.

A Figura 16 ilustra todos os documentos necessários para desenvolver as ações de recuperação pós-desastre. Conforme você estudou nesta Unidade, o Plano de Trabalho e o Relatório de Diagnóstico viabilizam a liberação de recursos. No entanto, outros documentos são complementares para a efetivação de um projeto de recuperação.

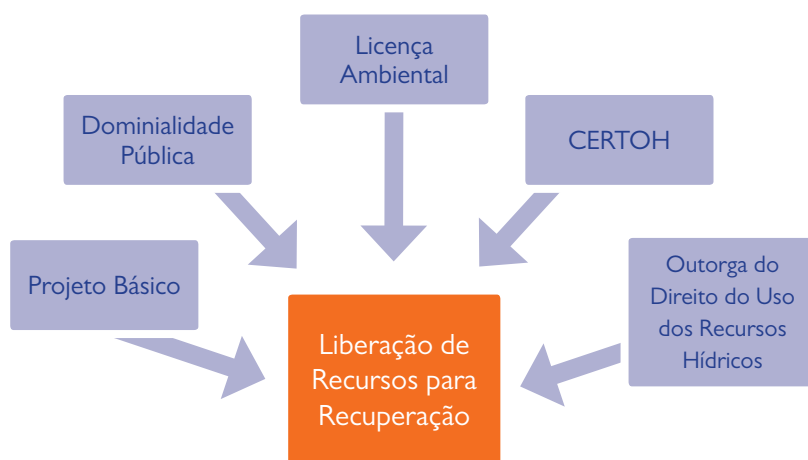


Figura 16: Documentos necessários durante o acompanhamento da execução das metas de Recuperação

Fonte: Autores deste material 2014

No site da SEDEC você pode encontrar a relação de documentos necessários para a liberação de recursos federais. Acesse: <http://www.integracao.gov.br/web/guest/defesa-civil/solicitacao-de-recursos> Acesso em: 20 mar. 2014.

Resumo...

Nesta Unidade, você teve acesso a informações para obtenção de recursos federais para ações de Proteção e Defesa Civil, por meio das duas modalidades de transferência: voluntária e obrigatória. Também aprendeu a utilizar o Cartão de Pagamento de Defesa Civil. Esses conhecimentos são fundamentais para a operacionalização das ações relacionadas à gestão de riscos e de gerenciamento de desastres.

Complementando...

Para ajudá-lo no entendimento do conteúdo tratado nesta Unidade, leia o texto Complementar a *Cartilha da Defesa Civil* acessando: <http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=c5e97d55-e600-4018-85c3-ea1976f9569a&groupId=185960>. Acesso em: 10 jun. 2013.

Muito bem, concluímos mais uma Unidade. Lembre-se de que você tem total apoio do seu tutor, então, se precisar de ajuda, não hesite em entrar em contato, pois ele está pronto para ajudá-lo! Bom trabalho.

Atividades de aprendizagem

Agora, vá até o Ambiente de Ensino-Aprendizagem (AVEA) e participe do Fórum. Sua participação é importante para sua aprendizagem.

Tema do Fórum:

Debata com os seus colegas sobre os mecanismos de obtenção de recursos para as ações locais de Proteção e Defesa Civil.

UNIDADE 7



Objetivos de aprendizagem

Após a leitura desta Unidade, você deverá ser capaz de:

- Entender a importância de desenvolver simulados de preparação para desastres em seu Município;
- Identificar as etapas metodológicas de elaboração do plano de ação para simulado;
- Conhecer o passo a passo para desenvolver simulado; e
- Compreender as etapas de operacionalização, acompanhamento e avaliação do simulado;

Simulados de Preparação para Desastres

Olá participante,

Até o momento, você já estudou assuntos relacionados a desastres; aprendeu como planejar ações de preparação e de resposta; já sabe prestar assistência às pessoas afetadas e como se comunicar em situação de emergência; aprendeu a solicitar o reconhecimento da Situação de Emergência ou do Estado de Calamidade Pública pelo Governo Federal e os recursos necessários.

Enfim, você entendeu alguns conceitos relacionados à reconstrução e à recuperação de cenários pós-desastres. Como estamos chegando ao final do nosso curso, é importante que você faça uma autoavaliação para conferir o seu aprendizado e, caso seja necessário, entre em contato com o seu tutor para sanar qualquer dúvida que ainda possa existir.

Bom trabalho!

Salientamos a necessidade de desenvolver ferramentas de planejamento, que identifiquem, instrumentalizem e operacionalizem a conduta da Defesa Civil e das demais agências envolvidas, ou que poderão estar envolvidas, em um desastre. A preparação é o momento no qual ocorre o planejamento das ações e a definição das estratégias que serão tomadas em caso de desastre. Ainda nesta fase, as ações que foram planejadas devem ser testadas com o objetivo de verificar sua eficácia, proporcionar o tempo adequado para a sua avaliação e promoção dos ajustes necessários.

Como organizar todos esses processos que você encontrou nas Unidades anteriores? Como criar fluxos entre as ações de preparação, resposta e recuperação? Como operacionalizar a comunicação durante a resposta? Ao aprender como planejar simulados de preparação para desastres, você poderá colocar em prática os conhecimentos aprendidos nas unidades anteriores. Então, vamos lá!

O conteúdo desta Unidade foi retirado do documento *Simulado de Preparação para Desastres: guia de orientação para elaboração de exercícios simulados de preparação para os desastres*. SEDEC/MI (2012). Disponível em: http://www.mi.gov.br/pt/c/document_library/get_file?uuid=759c31f7-57ad-469e-b29c-1fcd478f5e91&groupId=10157 Acesso em: 05 maio de 2014..

Recentemente o Centro Regional de Informações sobre Desastres da América Latina e Caribe (CRID) lançou o Portal Sistematización de Herramientas de Gestión de Riesgo de Desastres. Esse portal surgiu como parte de um esforço de cooperação entre o CRID e a Oficina das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Desastres (UNISDR) e apresenta ferramentas de diversos países e de instituições para realizar a gestão de riscos e de desastres. Mais informações pelo site: <<http://herramientas.cridlac.org/index.php>>. Acesso em: 7 abr. 2014.

Muito bem, para realizar todas essas ações, você precisa de ferramentas nas quais possa incluir as etapas e os processos em determinados espaço e tempo, a partir:

- da identificação de quais são os cenários de risco que você enfrenta ou pode vir a enfrentar em sua comunidade e quais as suas dimensões;
- do reconhecimento das características desses cenários do ponto de vista geofísico, social, econômico, cultural, ambiental, institucional, jurídico, etc.;
- da aderência a sua realidade local, ou seja, a sua estrutura, as agências e as organizações que lhe cercam, a rede de atores locais com os quais a Defesa Civil pode se articular; e
- da priorização na redução, tanto quanto possível, dos impactos dos eventos, minimizando perdas e danos.

Os planos de contingência se apresentam como uma dessas ferramentas de planejamento. Uma vez elaborados e sistematizados, eles devem ser colocados em prática para verificar sua eficácia e validade. Os planos precisam, também, ser frequentemente reavaliados e atualizados.

Definição, Conceitos, Finalidade e Desafios

Os simulados de preparação para desastres se caracterizam como exercícios práticos que implicam na mobilização de recursos humanos e materiais para avaliar, em tempo real, a funcionalidade de planos de contingência. Sendo assim, objetiva, entre outros aspectos, avaliar as ações realizadas, os recursos empreendidos, as decisões adotadas, promovendo a capacitação e treinamento das equipes para enfrentar adequadamente uma situação de emergência.

Os simulados são atividades fundamentais na preparação para desastres, pois objetivam atualizar e aperfeiçoar o plano de contingência junto aos órgãos, aos profissionais envolvidos e, principalmente, para a comunidade. O simulado deverá ser realizado em áreas de risco mapeadas, contando com a participação da comunidade. Esta ação contribui para a redução da vulnerabilidade e para a minimização dos riscos. Isso porque as pessoas envolvidas podem desenvolver maior percepção dos riscos existentes em sua comunidade.

Com relação à organização do exercício, devemos ter clareza de que:

[...] um simulado tem a intenção de uma aprendizagem, a qualidade deste dependerá da qualidade de sua preparação. Nem o sentido comum, nem a boa vontade são suficientes para realizar um bom simulado. (UNICEF, 2010, p. 14)

A preparação do simulado, integrada a outras ações ou programas locais, deve se efetivar como um dispositivo para fomentar ou intensificar a articulação entre diferentes órgãos e a comunidade.

É importante que os exercícios simulados sejam realizados periodicamente com o objetivo de atualizar e de revisar os planos e as funções. O desafio é conduzir processos e relações que se mantenham após a realização dos simulados e sejam efetivos em situações reais de emergência. Assim sendo, a comunicação na rede, a revisão das funções e das tarefas, os recursos e os objetivos precisam ser permanentemente atualizados.

Lembre-se de que o fortalecimento das competências locais por meio de atividades de preparação para os desastres é uma das prioridades ressaltadas no *Marco de Ação de Hyogo* da Estratégia Internacional para Redução de Desastres (EIRD, 2005/2011).

Aspectos Gerais do Conteúdo

As etapas apresentadas a seguir devem ser compreendidas como um conjunto de orientações para organizar simulados de preparação para desastres, de âmbito externo, com foco na ação conjunta com as comunidades. Apesar de ser apresentado um passo a passo salientamos que não se trata de um roteiro fechado de ações ou, como se diz no linguajar comum, uma “receita de bolo”, e sim orientações práticas para execução dessas atividades.

Metodologia de Elaboração do Plano de Ação

A metodologia para elaboração do Plano de Ação envolve um conjunto de etapas que serão detalhadas a seguir.

Etapas I – Preparação do Simulado

Levantamento prévio de informações e caracterização dos riscos locais – ameaças e vulnerabilidades precisam ser compreendidas como fatores interdependentes que se constituem mutuamente. A relação entre as ameaças e as vulnerabilidades implicará na criação do cenário adequado para organizar o exercício simulado. É importante que o simulado seja construído a partir de cenários de riscos reais e que englobe, o máximo possível, os aspectos relacionados ao processo de vulnerabilização existentes na localidade foco.

Para construir, portanto, o cenário do simulado e o plano de contingência local, o primeiro passo é realizar o levantamento das áreas de maior risco e caracterizar os riscos, delineando a relação entre as ameaças e as vulnerabilidades.

Além de apontar aspectos e de identificar o risco, é importante realizar a compreensão das relações que produzem riscos e identificar quais processos estão envolvidos, tendo em vista as limitações do que pode ser abordado no planejamento e na execução de um simulado.

De acordo com o guia: Ainda que o exercício simulado não tenha a função de solucionar problemas relacionados ao risco ou mesmo enfrentar o processo de vulnerabilização ali existente, o mapeamento das áreas de risco, a compreensão dos diferentes aspectos interligados e o levantamento de informações gerais sobre a comunidade são relevantes para planejar o simulado, para conduzir a comunicação comunitária e promover a mobilização social.

Lembre-se de que a proposta é atrelar os exercícios simulados ao desenvolvimento permanente de programas locais com foco na redução de risco e preparação das comunidades.

Faz parte dessa etapa o levantamento de informações gerais sobre a comunidade, identificando, entre outros aspectos,

Se você desejar fazer um exercício, faça o levantamento dos riscos do seu Município e caracterize as ameaças e as vulnerabilidades.

características socioeconômicas das populações que convivem com o risco de desastres; produção de informação setorizada para compor indicadores de vulnerabilidade local, como: número de idosos, mulheres, crianças, pessoas com deficiência; fatores culturais relevantes; etc.

Levantamento dos mecanismos de enfrentamento já existentes na comunidade ou nas agências e organismos de resposta – para que a atividade seja efetiva e integrada à realidade local, é importante que o exercício simulado seja construído a partir das estratégias já utilizadas pelas comunidades em situações de emergência.

Devemos investigar, entre outros aspectos:

- as rotas de fuga utilizadas pela comunidade;
- os tipos de alerta, alarme utilizados entre si;
- as formas de monitoramento dos riscos;
- os procedimentos de atendimento de emergência;
- a divisão de papéis e de responsabilidades;
- os abrigos locais; e
- os grupos de voluntários.

Nem sempre as estratégias anteriormente utilizadas serão as mais adequadas em situação de emergência. Contudo, a identificação dos mecanismos já existentes facilita o diálogo da comunidade com a construção coletiva de soluções que partam de seus próprios recursos.

Por um lado, algumas resistências na adoção de novas práticas de proteção dentro da comunidade podem estar amparadas em costumes locais há muito tempo enraizados na vida cotidiana ali existente. Por outro, a comunidade é que conhece mais sobre a sua realidade, os seus espaços e territórios e os seus hábitos. Os conhecimentos produzidos pela população, que circulam na vida social da comunidade, podem ser valiosos para o **planejamento de ações em Proteção e Defesa Civil**, seja na prevenção ou na resposta.

Por isso, integre, sempre que possível e adequado, as estratégias locais no plano de execução do simulado, estimulando a participação da comunidade.

Levantamento de Recursos Humanos e Materiais – consiste na Identificação das pessoas e das instituições, governamentais e não governamentais, que devem participar do exercício com

Se você desejar fazer um exercício, mapeie os mecanismos locais de enfrentamentos a emergências do seu Município.

funções e responsabilidades específicas e podem alocar recursos humanos e materiais para esse exercício (profissionais de carreira e de voluntários; equipamentos; viaturas; helicóptero; macas; etc.). É importante utilizar os recursos existentes na própria comunidade e integrar suas lideranças em todas as etapas do projeto.

São organizações relevantes para participar do simulado:

- Órgão Municipal de Proteção e Defesa Civil, que atuará no planejamento e coordenação;
- Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa Civil;
- Corpo de Bombeiros Militar;
- Polícia Civil e Polícia Militar;
- Secretaria de Saúde;
- Guarda Municipal;
- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU);
- Lideranças comunitárias locais (líderes de Associações comunitárias, líderes religiosos, entre outros); e
- Empresas, organizações não governamentais, instituições locais.

Alguns municípios contam com os Comitês Municipais de Urgência, ou outros comitês locais relacionados à ocorrência de desastres. Nesses casos, devemos convidar essas organizações a participar do planejamento do exercício.

Para realizar o levantamento e o acompanhamento das atividades, podemos construir uma planilha descrevendo o tipo e a quantidade de recursos humanos e materiais necessários de cada organização, bem como qual a sua responsabilidade no processo.

Pessoas/ Organizações	Recursos Humanos	Recursos Materiais	Responsabilidades
Exemplo: Secretaria de Saúde	Agentes de saúde (2) Médicos (1)	Macas (3) Ambulância (1)	Atendimento das vítimas após resgate dos bombeiros e deslocamento para hospital

Quadro 7: Levantamento de Recursos para o Simulado

Fonte: Elaborado pelos autores deste material

Faça um exercício, realize o levantamento de organizações e de pessoas que possam disponibilizar recursos humanos e materiais para a execução do simulado. Preencha uma planilha descrevendo o tipo e a quantidade do recurso, e a responsabilidade no exercício.

Elaboração do Plano de Contingência Local

O exercício simulado deve ser realizado com base no plano de contingência local, o qual deve ser elaborado a partir dos passos 1, 2 e 3 já descritos. Como consta na Unidade que trata dos **Planos de Contingência**, o documento prevê:

- finalidade;
- situação e cenários;
- comitê de operações;
- estrutura de resposta;
- administração e logística; e
- atualização.

Os planos de contingência não contemplam todas as interveniências que podem ocorrer em uma situação de emergência. Ele deve, entretanto, respaldar as principais ações a serem executadas pelas equipes para minimizar perdas e danos. Por sua configuração, os planos de contingência identificam pessoas, ações e recursos disponíveis. Assim sendo, é importante que o simulado seja conduzido, sempre que possível, a partir do plano de contingência municipal.

Envolvimento dos Múltiplos Órgãos no Processo de Preparação e de Planejamento do Exercício

Esta etapa compreende as reuniões de preparação e de planejamento de ações das quais devem participar os diferentes grupos sociais e instituições envolvidas. É importante agregar os distintos órgãos de resposta, as empresas, as lideranças comunitárias, os NUDECs, os líderes religiosos, os líderes comunitários, os agentes de saúde, os bombeiros, a polícia militar, os agentes e os técnicos de Proteção e Defesa Civil e as escolas etc.

O simulado é um bom momento para integrar pessoas, agências, Defesa Civil e comunidades, serve, ainda, para verificar o fluxo de comunicação entre as instituições e a sua atuação desde o acionamento até a resposta.

Você pode, ainda, organizar uma lista de contatos de todos os envolvidos detalhando o nome, a função, o órgão, o telefone e o endereço eletrônico.

Faça um exercício: considere ou elabore o plano de contingência e o tenha em mãos para a criação do cenário de risco do simulado.

Organize reuniões, apresente a proposta e objetivos do simulado, e prepare cronograma prévio de atividades de planejamento das ações.

Definição da Comissão de Organização do Simulado

É necessário que a Comissão de Organização do Simulado seja definida e que os órgãos e instituições participantes sejam envolvidos. Esta Comissão é responsável por desenvolver diversas ações, como:

- Definir os objetivos do simulado.
- Determinar a finalidade, abrangência, data, hora, lugar, notificação, cenário, para desenvolver o simulado.
- Supervisionar a elaboração do guia ou o passo a passo do simulado.
- Determinar e mobilizar as necessidades e os recursos disponíveis.
- Mobilizar as agências, as equipes e comunidades.
- Divulgar o plano de contingência e o plano de execução do simulado para todos os envolvidos.
- Adquirir ferramentas, serviços ou demais equipamentos necessários para execução do simulado.
- Convocar e facilitar as reuniões de preparação e planejamento.
- Elaborar os materiais e promover a avaliação do simulado.
- Cuidar e manter a segurança de todos os participantes.
- Coordenar a participação de todos os envolvidos, assegurando a continuidade ou o cancelamento do exercício em decorrência de qualquer imprevisto.

Caso a coordenação do simulado opte por dividir as tarefas em subgrupos (logística, segurança, comunicação, etc.), é preciso realizar a descrição das tarefas de cada subgrupo e definir as pessoas e os contatos repassando as informações a todos.

Etapa II – Planejamento

Avaliação das necessidades e finalidade do exercício

– com base no plano de contingência local, nas ameaças e vulnerabilidades prioritárias, é definida a área socioterritorial onde executar o simulado, identificando os órgãos e setores que irão se envolver no exercício. É importante ter em mente que o objetivo principal do simulado é preparar efetivamente a comunidade para que ela seja capaz de desenvolver as primeiras ações de desocupação. Contudo, o exercício simulado pode representar situações que

Esta etapa foi baseada no material Capacitação de Facilitadores para Exercícios Comunitários de Preparação para Emergências, organizado por Carlos Alberto de Araújo Gomes Júnior (CEPED UFSC). Disponível em: http://www.mi.gov.br/pt/c/document_library/get_file?uuid=759c31f7-57ad-469e-b29c-1fcda78f5e91&groupId=10157 Acesso em: 5 maio de 2014.

demandam a ativação completa de um plano de contingência, ou ser parcial e representar situações que avaliam apenas uma parte ou um aspecto do plano (avaliar o tempo de remoção das famílias; avaliar o tempo de chegada das equipes de apoio ao cenário; a comunicação entre as equipes, etc.).

Há possibilidade de realizar exercícios com ou sem aviso prévio, ou seja, informando **com antecipação o dia**, a hora, as hipóteses e os objetivos a serem analisados e as equipes que irão participar; ou utilizando o sinal de alarme como enunciador do simulado, diante do qual as equipes determinam a sua participação. Este último modelo de execução de simulados é o menos comum e depende de uma capacitação prévia das equipes, assim como consenso com relação ao sistema de alerta e alarme utilizado.

- **Descrição da Finalidade:** depois de estabelecer a finalidade do exercício, é importante reunir, aproximadamente, cinco principais componentes em uma frase que sintetize a situação e oriente a construção do cenário e o restante do trabalho.

Exemplo: este exercício simulado tem por finalidade avaliar a eficiência do sistema de alerta antecipado e a desocupação de comunidades de risco, desenvolvido pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Salvador por meio de um simulado de campo, a ser realizado às 8h30min do dia 28 de maio de 2011 na comunidade de Bosque Real.

- **Definição de objetivos:** com base na finalidade, é preciso estabelecer objetivos claros, observáveis e mensuráveis. Exemplos: avaliar o funcionamento do sistema de alerta antecipado (monitoramento, alerta e alarme) para ameaças decorrentes de fenômenos hidrometeorológicos do Órgão Municipal de Proteção e Defesa Civil de Alagoas. Para mensurar: quantificar o tempo transcorrido para acionamento do alarme e entre o alarme acionado e a resposta da comunidade; verificar se as famílias moradoras de áreas de risco identificaram o alarme emitido; etc.
- **Elaboração do cenário de risco:** devemos elaborar uma narrativa que descreva um cenário de risco, o qual deve atender à finalidade e aos objetivos do exercício, ajudando os participantes a abordarem a situação de forma realística. É interessante desenvolver **atividades nas escolas próximas da localidade em que irá acontecer o exercício simulado** com o objetivo de mobilizar as crianças. Os simulados escolares objetivam exercitar ações planejadas para situações de emergência que possam afetar a comunidade escolar.

Realize um exercício: selecione o local, onde será realizado, e as pessoas que devem participar da atividade e defina os objetivos do exercício simulado.

Para mais informações sobre simulados escolares buscar por Simulacros escolares: una guía para su preparación. Panamá: lusgrftab (2010). Disponível em: <http://educacionygestiondelriesgo.crid.or.cr/preparacion/simulacros_y_simulaciones>. e <http://educacionygestiondelriesgo.crid.or.cr/preparacion/simulacros_y_simulaciones>. Acesso em: 4 abr. 2014. Ver também Guía para el manejo de simulacros de evacuación para una preparación y planeamiento en centros educativos (2007). Disponível em: <<http://www.crid.or.cr>>. Acesso em: 4 abr. 2014.

Ao elaborar a narrativa, podemos levar em consideração os seguintes questionamentos:

- ▶ O que aconteceu?
 - ▶ Como foi notificado?
 - ▶ Quais alertas e alarmes foram emitidos?
 - ▶ Há quanto tempo?
 - ▶ Qual a sequência de eventos?
 - ▶ Quais as ações de resposta que já foram implementadas?
 - ▶ Quais os danos já identificados?
 - ▶ Qual a tendência de evolução?
 - ▶ Quais as condições climáticas relevantes para a situação?
 - ▶ Quais outras condições podem influenciar na conduta de resposta à situação emergencial?
- **Descrição dos problemas:** enfatizar os problemas sobre os quais se espera uma decisão ou conduta específica, fornecendo mais informações sobre ele e suas condições. Exemplos: o cenário exigirá a atuação simultânea e coordenada de diversos órgãos de resposta. Esperamos que as ações sejam articuladas a partir do emprego das recomendações do SCO.
 - **Descrição das ações esperadas:** um objetivo do exercício é verificar se os participantes percebem ou agem de uma determinada forma, conforme previsto nos planos e normas. Essas decisões e ações devem estar identificadas e a situação proposta deve ser capaz de provocá-las. Exemplo: no caso do problema descrito anteriormente (cenário escolhido às margens de uma rodovia movimentada), é importante que o plano identifique a necessidade de ações de segurança, como por exemplo, a delimitação e controle da área com cones e fitas de isolamento, posicionamento de controladores, retirada ordenada de pessoas da área de risco, orientação antecipada da população local sobre o que irá acontecer, quando e como o simulado ocorrerá.
 - **Preparação de mensagens:** as mensagens são descrições totais ou parciais da situação, na forma de comunicações operacionais. Devem contribuir para o realismo da situação, tanto na linguagem como no meio de transmissão, desencadeando as decisões e ações esperadas. Exemplo: alerta urgente, em função da previsão do tempo que indica fortes chuvas nas próximas horas, a Defesa Civil acionou seu plano de desocupação. Você deverá sair da área de risco

e deslocar para uma área segura, conforme foi orientado anteriormente.

- **Definição das famílias/pessoas que serão envolvidas:** é importante definir as famílias/pessoas que serão removidas de acordo com cenário de risco definido, a partir do qual as casas seriam afetadas. Assim, se o cenário de risco for, por exemplo, 200 mm de chuva provocando inundações, é necessário remover as famílias que seriam afetadas caso esse cenário ocorresse de fato.

Apesar de o exercício simulado ter objetivos específicos, envolvendo, muitas vezes, determinadas pessoas da comunidade, lembre-se de que a comunicação de riscos e a comunicação sobre a realização do simulado devem ser feitas para toda a comunidade, explicitando as razões do exercício e, se possível, informando a possibilidade da realização de outras simulações. É importante otimizar o momento de preparação do simulado para dar continuidade ao processo de comunicação de riscos com toda a comunidade.

- **Definição de sistema de alerta, alarme e monitoramento:** um sistema de alerta antecipado centrado na comunidade consiste na transmissão rápida de dados que ativem mecanismos de alarme em uma população previamente treinada para reagir a um desastre.

É bastante relevante definir o mecanismo de alerta e alarme que será utilizado no exercício simulado de acordo com o que consta no plano de contingência local. É preciso garantir que esse sistema seja incorporado pela comunidade após a sua realização e que a comunidade partilhe dos meios e dos mecanismos utilizados.

Os avisos de alerta e alarme devem chegar até as pessoas em áreas de risco com antecipação suficiente para permitir o preparo. Além disso, a comunidade precisa conhecer esses avisos, compartilhar seus significados e sua importância, além de integrá-los às suas práticas cotidianas.

- **Definição do abrigo provisório:** o plano de contingência define os locais que serão utilizados como abrigos provisórios. É importante que seja um local seguro, de fácil acesso, próximo às áreas evacuadas, e que possam ser utilizados em situações reais de emergência.

Comumente, no Brasil, as escolas são escolhidas como abrigos provisórios, o que decorre em alguns problemas quando retorna o período escolar. Contudo, muitas vezes, é a única opção disponível ou são tão significativamente importantes para a vida comunitária que acabam sendo escolhidas como locais de abrigo. Nesse sentido, a definição dos abrigos deve considerar a segurança física e também os significados compartilhados pela comunidade sobre os locais que podem lhes oferecer proteção em situação de emergência.

Outras opções comumente usadas são:

- salões de igreja;
- ginásios; e
- galpões, etc.

Certamente, muitos desses abrigos são previstos para serem utilizados temporariamente até o momento da intervenção dos órgãos de resposta e desenvolvimento de ações de assistência humanitária no local.

Outro aspecto relevante para escolher abrigos provisórios é que as condições do abrigo devem garantir os direitos humanos mínimos da pessoa nessa situação.

Remoção de Animais Domésticos

Assim como é preparada a remoção de seres humanos em áreas de risco, também é preciso criar estratégias para remoção de animais domésticos. É fundamental identificar o órgão que será responsável por essa ação e como ela será desenvolvida localmente. A remoção de animais domésticos precisa estar incluída no plano de contingência e pode constar no cenário de desastres do exercício simulado e em seu plano de ação.

Elaboração do Plano de Ações e o Passo a Passo da Programação do Simulado

Devemos reunir as informações de logística, cenário e ações esperadas de resposta em um documento único. Esse documento poderá ser desdobrado em um plano de ações, num passo a passo ou em um fluxograma de desocupação de comunidades afetadas por desastres.

A hora zero significa o momento de ocorrência do suposto evento.

O Plano de ações consiste em um documento no qual, a partir de uma “hora zero”, descreve de maneira esquemática e cronológica uma sequência de ações que determina a participação das pessoas e que permite a atuação de instituições envolvidas de acordo com o plano de contingência e as finalidades determinadas para o exercício.

É preciso definir, também, o comando das ações. O passo a passo consiste em descrever todas as ações de execução do simulado, organizadas etapa por etapa, em sequência. Funcionará como um *check list* durante a execução da atividade.

O fluxograma consiste em uma imagem ou diagrama que esquematize um determinado processo. Assim sendo, devemos organizar a repercussão de ações e o acionamento das pessoas responsáveis em sequência.

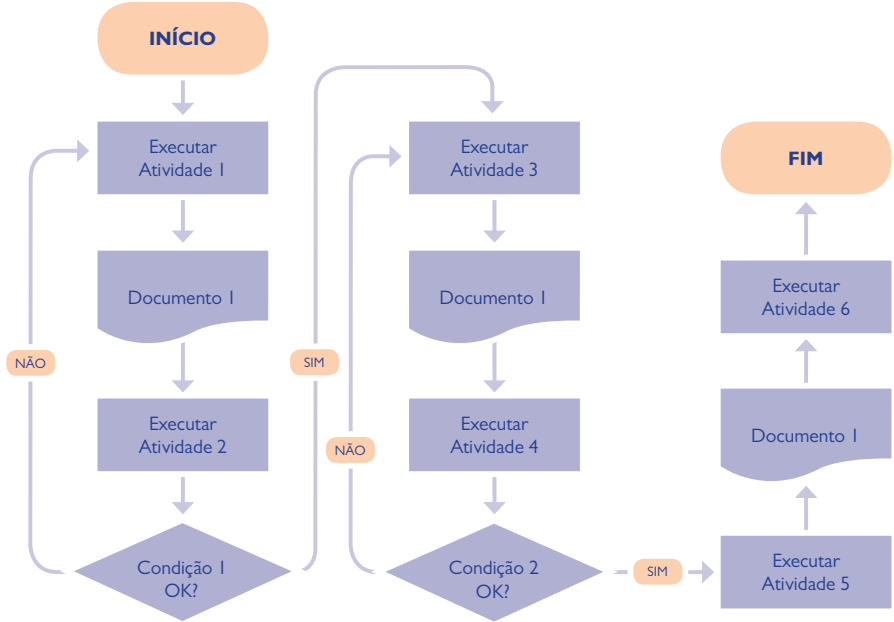


Figura 17: Modelo de Fluxograma de Processos
Fonte: Aghatha (2013)

Definir Planos de Ação Alternativos para Execução do Simulado

Algumas situações **intervenientes** podem ocorrer no momento de execução do exercício simulado:

- os moradores podem desistir de participar;
- os órgãos apoiadores podem ter problemas em exercer seus papéis;

Interveniente: que intervém; interventor.
Fonte: Ferreira (2010).

Realize um exercício: crie e detalhe as ações alternativas para os possíveis imprevistos que podem ocorrer no momento do simulado.

- as crianças podem estar sozinhas em casa; ou
- os recursos humanos ou materiais podem não aparecer.

Para resguardar a qualidade do exercício, ao mesmo tempo em que nos preparamos para essas situações extraordinárias, **é importante que sejam construídos planos de ação alternativos.**

- **Produção de mapas e croquis:** os mapas e croquis devem indicar os setores que precisam ser removidos, as rotas de fuga e os pontos de encontro. Relacionar as instituições envolvidas na elaboração e disseminação dos planos e orientações sobre os aspectos do local.
- **Definição das áreas de segurança:** definir as áreas seguras e os abrigos de acordo com o plano de contingência local. Utilizar espaços seguros reais que de fato possam receber as pessoas em situação de emergência.
- **Definição de data e horário:** definir data e horário do simulado de acordo com a conveniência da comunidade, visando a sua plena participação.
- **Definição da participação da imprensa na realização dos simulados:** é relevante a participação da imprensa no decorrer do exercício, uma vez que o simulado pode favorecer a disseminação de informações e a promoção de comunicação de risco, com foco na prevenção. Para isso, a imprensa deve ser informada sobre a realização do exercício e ser integrada na fase do planejamento, particularmente na construção de pautas.

É importante que a imprensa seja adequadamente conduzida e pautada pela coordenação do simulado para que não sejam divulgadas informações equivocadas.

- **Definição dos observadores:** além da imprensa, é importante prever e definir a participação de observadores, os quais podem atuar como avaliadores do processo simulado. Definir onde eles ficarão localizados e o que devem observar, a partir de um roteiro de análise que servirá também no planejamento do exercício e na sua avaliação.
- **Difusão do plano de ações do simulado:** garantir que todos os envolvidos tenham conhecimento e compreendam o plano de ações elaborado. É importante realizar reuniões de checagem com a presença de todos os participantes, antes da simulação propriamente dita, para esclarecer dúvidas.

Operacionalização e Acompanhamento

A seguir, você encontrará **sugestões de etapas para operacionalizar e acompanhar o simulado** de preparação para desastre.

- **Divisão dos grupos envolvidos na atividade:** no início da execução do exercício, é preciso separar os grupos envolvidos na execução do simulado e definir o posicionamento de cada um conforme sua tarefa.
- **Notificação da ameaça – sistema de alerta:** notificar a ameaça e dar início ao exercício com o sinal de alarme.
- **Comando e controle do exercício:** utilizar a **assunção** formal do comando, instalação de um posto de comando e integração das organizações e agências em um comando unificado. Separação da estrutura de coordenação do simulado e da resposta ao incidente.
- **Sinalização das áreas seguras:** sinalizar as áreas seguras e os abrigos, indicando para onde as pessoas devem se dirigir.
- **Deslocamento das pessoas ao abrigo:** o deslocamento ao abrigo é uma etapa crítica do plano de contingência, fundamental para o sucesso do abandono de uma área de risco. Deve ser planejado caso a caso, considerando o uso ou não de veículos para esse deslocamento, em função da segurança e acesso ao abrigo.
- **Organização do abrigo para a recepção da população removida:** é importante que o abrigo esteja preparado para receber as pessoas e que, no decorrer do período em que elas permaneçam ali, atividades sejam desenvolvidas com a finalidade de entretê-las e, também, promover ações de prevenção a desastres.
- **Divulgação na mídia de forma estruturada e integrada:** pautar as informações à mídia durante a execução do exercício simulado, enfatizando o caráter preventivo do evento.
- **Participação de figuras políticas:** é necessário analisar a participação de figuras políticas (prefeito, deputado) para que o evento não perca o objetivo central que é o de capacitar a população para desocupação de áreas de risco. Elabore estratégias de participação destas personalidades de modo que não prejudique a atividade.

Outros aspectos podem ser encontrados em *Guía práctica para la realización de simulaciones y simulacros* (FEDERACIÓN INTERNACIONAL DE SOCIEDADES DE LA CRUZ ROJA Y DE LA MEDIA LUNA ROJA, 2008). Disponível em: <<http://www.crid.or.cr/>>. Acesso em: 7 abr. 2014. Na base de dados do Centro Regional de Información sobre Desastres (CRID) é possível encontrar materiais lúdicos, educativos, técnicos e científicos sobre desastres, acesse: <<http://www.cridlac.org>>. Acesso em: 7 abr. 2014.

Assunção: Ato ou efeito de assumir. Fonte: Ferreira (2010).

Sobre gerenciamento de desastres, ver Gerenciamento de Desastres – Sistema de Comando em Operações (2010). Disponível em: <<http://www.ceped.ufsc.br/biblioteca/outros-titulos/manual-de-gerenciamento-de-desastres>>. Acesso em: 7 abr. 2014. .

Avaliação e Validação do Plano a Partir do Exercício Simulado

Adoção de formulários padronizados para a coleta de informações observadas, tanto quantitativas como qualitativas. É importante estabelecer um método para avaliação dos simulados, de modo que se possam comparar os exercícios entre diferentes comunidades, avaliar os avanços alcançados com o exercício em uma mesma localidade, redefinir estratégias utilizadas, reavaliar o plano de contingência local, subsidiar as ações executadas pelas agências envolvidas, entre outros aspectos relevantes.

Observe que a adoção de formulários padronizados para coleta de informações, ou para a elaboração de um guia de avaliação, pode ser uma alternativa para esse processo. Alguns indicadores sugeridos são: tempo médio de desocupação pelas rotas de fuga definidas; número e nomes das agências envolvidas; número de pessoas removidas por exercício e número de profissionais envolvidos.

Para fazer essa medição, realize uma reunião de avaliação com os parceiros envolvidos, os observadores e a comunidade.

Outro aspecto relevante se refere à avaliação de reação da comunidade, logo após o evento e em nível local quanto a sua efetividade e qualidade de resposta. Pode ser interessante voltar à comunidade após a realização do exercício **para medir o efeito da mobilização**.

Além dos formulários, é importante se reunir com todos os participantes, juntos ou isoladamente, com o objetivo de avaliar o exercício e de estabelecer *feedbacks* entre as pessoas envolvidas.

Feedback: normalmente chamado de realimentação ou retorno. Fonte: Elaborado pelos autores deste material.

Resumo...

Nesta Unidade, você compreendeu a importância de desenvolver exercícios simulados de preparação para desastres em seu Município. Os simulados possibilitam atualizar o plano de contingência municipal e verificar quais aspectos devem ser aperfeiçoados. Você aprendeu a identificar as etapas metodológicas de elaboração do plano de ação para simulado e teve acesso ao passo a passo para programar o exercício simulado. Por fim, foram apresentadas as sugestões para as etapas de operacionalização, acompanhamento e avaliação do exercício simulado. Sendo assim, você está apto para colocar em prática, em seu Município, os conhecimentos adquiridos neste curso.

Enfim, concluímos nosso curso. Agora sugerimos que, se você precisar de ajuda, procure o seu tutor. Não hesite em entrar em contato, pois ele está pronto para ajudá-lo!

Temos a certeza de que você adquiriu muito conhecimento neste curso para poder realizar as tarefas de um agente de Proteção e Defesa Civil responsável e ético em suas atividades.

Complementando...

Para o um melhor entendimento sobre o assunto desta Unidade, sugerimos que você acesse o Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA) leia as sugestões que estão no texto *Check list para avaliação do simulado*.

Check List para Avaliação do Simulado

Os pontos apresentados a seguir consideram os aspectos mais relevantes das diferentes etapas do simulado e devem ser ajustados conforme a especificidade de cada exercício desenvolvido e com os objetivos definidos na etapa de preparação. Assim sendo, é importante adaptar o modelo de avaliação apresentado de acordo com estes objetivos, esclarecendo os critérios que serão avaliados.

Salientamos que a comparação entre avaliações sucessivas possibilita a análise da condução do processo de capacitação e

treinamento das equipes e comunidade, bem como a evolução destas iniciativas.

CRITÉRIOS A SEREM AVALIADOS		
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		
ASPECTOS ORGANIZATIVOS	SIM	NÃO
Organizou-se o grupo coordenador do simulado		
Foram definidas as tarefas a serem desenvolvidas por cada um de seus membros		
Foi elaborado um plano de ações do simulado, guia ou passo a passo		
O guia elaborado estava de acordo com o plano de ação existente e com os recursos disponíveis		
Foi utilizado e divulgado o plano de contingência local		
O plano para remoção de pessoas foi revisado		
As pessoas da comunidade conheciam os procedimentos a seguir em caso de remoção		
Foi realizada reunião informativa com as pessoas da comunidade que participaram do simulado		
Foi realizada reunião interinstitucional para planejar e coordenar as ações das outras instituições		
As rotas de fuga e as áreas seguras foram sinalizadas		
As pessoas da comunidade que não participaram do exercício foram informadas sobre a sua realização		
Os meios de comunicação foram informados acerca da realização do simulado		
Os participantes foram informados sobre o sinal para iniciar o exercício		
Foi informado aos participantes sobre o seu comportamento durante a remoção e nas áreas de segurança		
Foi designado local e tarefas para os observadores durante o exercício		
Foram tomadas as medidas necessárias e foi dado sinal para suspender o simulado no momento adequado		
Foram elaborados planos de ação complementares (animais, crianças sozinhas, entre outros)		

ASPECTOS GERAIS	NÚMERO TOTAL	
Pessoas removidas		
Instituições participantes (preencha os nomes) Corpo de Bombeiros Militar: Polícia Militar: Defesa Civil: SAMU: Guarda Municipal: Cruz Vermelha:		
DESENVOLVIMENTO DO SIMULADO		
Hora de início do simulado		
Hora de comunicação às outras instituições Bombeiro: Polícia Militar: Defesa Civil: Cruz Vermelha:	CHAMADA	CHEGADA
Hora de expedição da ordem de remoção das famílias		
Hora de início da remoção das famílias		
Hora de saída da última pessoa a ser removida		
Hora de chegada das pessoas ao abrigo		
Duração do total do exercício		
Nas perguntas abaixo, marque E (Excelente), B (Bom), S (Satisfatório), R (Ruim) e NO (Não Observado)		
Cenário de risco escolhido	E (), B (), S (), R (), NO ()	
Rotas de fuga selecionadas	E (), B (), S (), R (), NO ()	
Áreas seguras selecionadas	E (), B (), S (), R (), NO ()	
Sistema de Alerta e Alarme utilizado	E (), B (), S (), R (), NO ()	
Mensagens utilizadas	E (), B (), S (), R (), NO ()	
Deslocamento das pessoas ao abrigo	E (), B (), S (), R (), NO ()	

Qualidade do abrigo provisório	E (), B (), S (), R (), NO ()
Qualidade das atividades desenvolvidas no abrigo provisório	E (), B (), S (), R (), NO ()
Tarefas executadas pelas Instituições parceiras	E (), B (), S (), R (), NO ()
Finalização do exercício e regresso dos participantes às suas casas	E (), B (), S (), R (), NO ()
Apareceram problemas durante a realização do exercício Comentário: _____ _____ _____ _____	SIM () NÃO ()
Desempenho das instituições participações	
Bombeiro: _____ _____ _____	
Polícia Militar: _____ _____	
Defesa Civil: _____ _____ _____	
Aspectos positivos do exercício: _____ _____ _____	
Aspectos negativos do exercício: _____ _____ _____	

Quadro 8: Modelo de *Check list* para a avaliação de simulados
Fonte: SEDEC/MI (2012)

Para avaliar a efetividade do simulado, podemos verificar se alguns aspectos ficaram definidos com relação à preparação para desastres, tais como:

- Está definido e esclarecido a todos os participantes quais os órgãos ou instâncias responsáveis pela preparação e resposta frente aos desastres. Foram produzidos e estão implementados os instrumentos e protocolos que regulam estas funções e responsabilidades.
- Existe um plano atualizado de contingência e um plano de resposta a emergências, discriminando recursos humanos e materiais disponíveis.
- Existem mecanismos de difusão e avaliação constante destes planos.
- Há avaliação recente das ameaças e vulnerabilidades que permitem definir as condições frente ao risco.
- Existe comunicação constante entre as agências, com a finalidade de manter e atualizar os planos e contatos.
- Há resultados dos simulados anteriores com a finalidade de comparar os exercícios e melhorar a atuação de todos os envolvidos.

Atividades de aprendizagem

Agora, vá até o Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA) e realize as atividades. A realização das tarefas é extremamente importante!

Referências

- AGHATHA – Soluções e Serviços em Governança de TI, Segurança Informação e Gerenciamento de Portfólio, Programas e Projetos. **Como desenhar fluxogramas de processos de negócio:** parte 1 – introdução, conceitos e modelos. [2013]. Disponível em: <<http://aghattha.wordpress.com/2011/07/03/como-desenhar-fluxogramas-de-processos-de-negocio-1-parte-introducao-conceitos-e-modelos/>>. Acesso em: 4 jul. 2013.
- ALTOUNIAN, Cláudio Sarian. **Obras públicas:** licitação, contratação, fiscalização e utilização. 4. ed. Belo horizonte: Forum, 2014.
- ATLAS Brasileiro de Desastres Naturais. **Volume Brasil.** CEPED/UFSC Florianópolis, 2012. Disponível em: <<http://150.162.127.14:8080/atlas/Brasil%20Rev.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2013.
- AULETE. **O Dicionário da Língua Portuguesa na internet.** Parametrizado: de parametrizar. [2014]. Disponível em: <<http://aulete.uol.com.br/parametrizar>>. Acesso em: 5 maio 2014.
- BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 25 jun. 2013.
- BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 4 jul. 2013.
- BRASIL. **Lei n. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608.htm>. Acesso em: 19 jun. 2013.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Instrução Normativa MI/GM 01, de 24 de agosto de 2012.** Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/web/guest/defesa-civil/legislacoes>>. Acesso em: 7 maio 2013.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Transferência obrigatória:** caderno de orientações. Da solicitação de recursos à prestação de contas. Lei n. 2.340/ 2010 e Decreto n. 7.257/2010. Brasília, DF, Ministério da Integração Nacional, 2011.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Guia de orientações para elaboração de exercícios simulados de preparação para os desastres.** Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis: CEPED, 2011.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Comunicação de riscos e de desastres.** Curso a distância /Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis: CEPED, 2010.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Transferência obrigatória:** caderno de orientações. Da solicitação de Recursos à prestação de contas. 2011. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=563577a1-6a82-4d85-b469-7dbae4ec26ca&groupId=10157>. Acesso em: 7 jun. 2013.

BRASIL. Ministério das Cidades. Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). **Mapeamento de riscos em encostas e margem de rios.** Celso Santos Carvalho, Eduardo Soares de Macedo e Agostinho Tadashi Ogura. (Org.). Brasília: Ministério das Cidades; Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), 2007.

BRASIL. **Portaria n. 314, de 17 de outubro de 2012.** Disponível em: <<http://www.inteligenciaambiental.com.br/sila/pdf/fportmcti314-12.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2014.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa Civil.** Brasília: Ministério da Integração Nacional Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2007.

BRASIL. **Portaria Interministerial MPOG/MF/n. 127/08, de 29 de maio de 2008.** Disponível em: <http://www.habitacao.sp.gov.br/casapaulista/downloads/portarias/portaria_interministerial_127_de_05mai_29_2008.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2013.

BRASIL. **Portaria Interministerial MPOG/MF/n. 507, de 24 de novembro de 2011.** Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/PortariaInterm507_ConveniosCoop_241111.pdf>. Acesso em: 5 maio 2014.

BRASIL. **Portaria Interministerial n. 342, de 5 de novembro de 2008.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/segurancaalimentar/portarias/2008/Portaria%20Interministerial%20no%20342-%20de%205%20de%20novembro%20de%202008.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2013.

BRASIL. **Programa 2040**: gestão de riscos e resposta a desastres. Ministério da Integração do Brasil. 2013. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/defesa-civil/programas-e-acoes_sedec/gestao-de-riscos-e-resposta-a-desastres>. Acesso em: 29 abr. 2013.

BRASIL. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Glossário de defesa civil**: estudos de riscos e medicina de desastres. 3. ed. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2009. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/web/guest/defesa-civil/publicacoes>>. Acesso em: 17 jun. 2013.

CARTA Humanitaria y normas mínimas para la respuesta humanitária. Espanha: El Proyecto Esfera, 2011. Disponível em: <<http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/8206.pdf?view=1>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de. **Manual de planejamento em defesa civil**. Brasília: Imprensa Nacional, Ministério da Integração Nacional, 1999a. (v. I)

CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de. **Manual de planejamento em defesa civil**. Brasília: Imprensa Nacional, Ministério da Integração Nacional, 1999b (v. II)

CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de. **Manual de planejamento em defesa civil**. Brasília: Imprensa Nacional, Ministério da Integração Nacional, 1999c. (v. III)

CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de. **Manual de planejamento em defesa civil**. Brasília: Imprensa Nacional, Ministério da Integração Nacional, 1999d. (v. IV)

CENAD. **Figura 6**. Apresentação em Power Point da Secretaria Nacional de Defesa Civil. 2014.

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe. **Manual para evaluación del impacto socioeconómico y ambiental de los desastres**. Naciones Unidas. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) y el Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento (El Banco Mundial), 2003.

CRUZ ROJA. **Guía para elaboración de planes de respuesta e contingencia**. Centro América y Panamá: Oficina Regional de Representación para México, 2009.

DUTRA, Rita de Cássia; GALAN, Rutilio Parada. **Figura 3**: ciclo de gestão de riscos e de desastres. Florianópolis: CEPED/UFSC, 2013a.

DUTRA, Rita de Cássia; GALAN, Rutilio Parada. **Figura 4**: Processos chaves do ciclo de gestão de riscos de desastres. Florianópolis: CEPED/UFSC, 2013b.

DUTRA, Rita de Cássia; GALAN, Rutilio Parada. **Figura 6:** documentações necessárias para ações de resposta. Florianópolis: CEPED/UFSC, 2013c.

DUTRA, Rita de Cássia; GALAN, Rutilio Parada. **Figura 7:** documentações necessárias para ações de reconstrução. Florianópolis: CEPED/UFSC, 2013c.

EDAN – Evaluación de Daños y Análisis de Necesidades. El Salvador: USAID/OFDA, 2010.

EIRD – Estrategia Internacional para Reducción de Desastres de las Naciones Unidas (UN/ISDR). **Terminología sobre reducción del riesgo de desastres.** Ginebra, Suiza: UN/ISDR, 2009. Disponível em: <http://www.unisdr.org/files/7817_UNISDRTerminologySpanish.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2013.

EIRD. Estrategia Internacional para Redução de Desastres. Nações Unidas (UNISDR). **O desastre sob o enfoque de novas lentes:** para cada efeito, uma causa/Brigitte Leoni, Tim Radford, Mark Schulman; tradução Sarah Marcela Chinchilla Cartagena. São Paulo: CARE Brasil, 2012.

EIRD/ONU. **Estrategia internacional para la reducción de desastres, Naciones Unidas.** Marco de Ação de Hyogo 2005-2015: aumento da resiliência das nações e das comunidades frente aos desastres. Naciones Unidas, 2005. Tradução para o português. Brasil: Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2011. Disponível em: <http://www.defesacivil.gov.br/cidadesresilientes/pdf/mah_ptb_brochura.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2013.

EIRD/ONU. **Estrategia internacional para la reducción de desastres, Naciones Unidas.** Vivir con el Riesgo – Informe mundial sobre iniciativas para la reducción de desastres. Secretaría Interinstitucional de la Estrategia Internacional para la Reducción de Desastres, Naciones Unidas: EIRD/ONU, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, Sandro Heleno Gomes. **Capacidade dos municípios no desenvolvimento da gestão do risco de desastres por meio dos seus órgãos de proteção e defesa civil:** estudo aplicado aos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte que declararam situação de emergência no período chuvoso de 2011-2012. Monografia (Especialização em Segurança Pública). Academia de Polícia Militar e Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2012.

FORNI, João José. Comunicação e crise. *Site do Professor João José Forni. Comunicação Empresarial, mídia e gestão em crise. **Japão**: lições e dúvidas um ano após a tragédia.* 11 de março de 2012. Disponível em: <http://www.comunicacaoecrise.com/new/index.php?option=com_content&view=article&id=469:as-licoes-e-frustracoes-um-ano-depois-da-tragedia-do-japao-&catid=35:blog&Itemid=54>. Acesso em: 2 jul. 2013.

FORNI, João José. Comunicação em tempo e crise. *In: DUARTE, Jorge (Org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia**: teoria e técnica.* 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GARCIA, Cecilia Castro. La inequidad de género en la gestión integral del riesgo de desastre. Un acercamiento. **Revista de la Universidad Cristóbal Colón**, n. 20, Tercera época, Año III, Veracruz, Veracruz, 2005. Disponível em: <https://www.mineduc.gob.gt/portal/contenido/menu_lateral/programas/conred/documents/PNR.PDF>. Acesso em: 28 jun. 2013.

GFDRR – Global Facility for Disaster Reduction and Recovery. **Fondo Mundial para la Reducción y Recuperación de Desastres**: evaluación de daños y pérdidas ocasionadas por los desastres. 2010. (v. 2). Disponível em: <http://www.gfdr.org/sites/gfdr.org/files/DaLa_Vol2_Spanish.pdf>. Acesso em: 1º jul. 2013.

GUÍA para el manejo de simulacros de evacuación para una preparación y planeamiento en centros educativos. Centro de Capacitación y Prevención para el Manejo de Emergencias y Medio Ambiente S.O.S Vidas Perú Unesco. Estrategia Internacional para la Reducción de Desastres (EIRD), 2007. Disponível em: <http://www.unisdr.org/files/16781_guiasimulacroscolegioscampafiaeirds.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2013.

HIDEKI, Fukunaga. **Apresentação no 2º Seminário Internacional Brasil/Japão para a gestão do risco de desastres naturais em Belo Horizonte**: dimensões da capacidade de proteção em defesa civil. Belo Horizonte, MG. Em 15 de março de 2013.

HOUAISS, Eletrônico. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Versão monousuário 3.0. Junho de 2009. (CD-ROM)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas Nacional do Brasil Milton Santos**. Brasília, DF: IBGE, 2010.

JAPAN Tsunami: before and after, almost one year since the tragedy. Pictures. 20/02/2012. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.co.uk/2012/02/20/japan-tsunami-before-and-after-almost-one-year-along-since-the-tragedy_n_1288599.html>. Acesso em: 1º jul. 2013.

KUNSCH, Margarida Maria Kroling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus, 2003.

LAVELL, Allan; NARVÁEZ, Lizardo; ORTEGA, Gustavo Pérez. **La gestión del riesgo de desastres: un enfoque basado en procesos**. Peru: PREDECAN, 2009.

MANUAL GERENCIAMENTO DE DESASTRES. CEPED UFSC, 2010. Disponível em: <<http://www.ceped.ufsc.br/biblioteca/outros-titulos/manual-de-gerenciamento-de-desastres>>. Acesso em: 6 maio 2014.

MCLOUGHLIN, Barry. **Um plano de comunicação eficaz**. São Paulo: HSM, 2004.

OLIVEIRA, Anderson de. **Figura 5**: fotos de container com *kit* de assistência humanitária. Escola Fundamental Ishihamanishi. Município de Higashiura. Japão. 19 de julho de 2012.

OLIVEIRA, Marcos de. **Manual de gerenciamento de desastres**: livro texto do projeto gerenciamento de desastres. Sistema de Comando de Operações. Florianópolis: Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres, 2009.

PLANCON. Plano de contingência. **Orientações para elaboração de plano de contingência**. Defesa Civil. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional. 2012. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/orientacoes-para-elaboracao-de-um-plano-de-contingencia>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

PNUD. Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo. **Reduciendo los riesgos y atendiendo los desastres en las Américas**. VI CUMBRE DE LAS AMERICAS. Conectando las Américas: Socios para la Prosperidad. Colombia. 2008. Disponível: <http://www.sela.org/attach/258/default/PNUD_Documento_tecnico_Reducion_Riesgo_de_Desastres_2012.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2013.

PRIETO, Juan Pablo Sarmiento. **El Desafío de la gestión de riesgos como estrategia de intervención multisectorial y participativa al servicio del desarrollo**. Tiempo para Entregar el Relevante: reducción del riesgo de desastres desde la perspectiva de gestión ambiental, ordenamiento territorial, finanzas e inversión pública. San José, Costa Rica, Grupo Internacional Recursos del Sur, 2007. (Capítulo I, p. 9 a 20)

SEDEC/MI. **Quadro 4**. [2014]. Disponível em: <www.integracao.gov.br/.../defesa-civil-nacional-tera-estoques-estrategico>. Acesso em: 12 mar. 2014.

SIMULADO de Preparação para Desastres. **Guia de orientação para elaboração de exercícios simulados de preparação para os desastres**. Brasília, DF: Secretaria de Defesa Civil (SEDEC)/Ministério da Integração Nacional (MI), 2012.

SOUSA, Dijanira Goulart. **Manual para gerenciamento de crise e comunicação**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://jforni.jor.br/forni/files/Manual%20para%20gerenciamento%20de%20crise%20em%20comunica%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

SUSSKIND, Lawrence; FIELD, Patrick. **Em crise com a opinião pública**. São Paulo: Futura, 1997.

TORQUATO, Gaudêncio. **Tratado da comunicação organizacional e política**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

UNICEF. **Simulacros escolares**: una guía para su preparación. Panamá: lusgratlab, 2010. Disponível em: <http://educacionygestiondelriesgo.crid.or.cr/preparacion/simulacros_y_simulaciones>. Acesso em: 3 jul. 2013.

UNIVERSIDADE Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Pesquisa e Estudos sobre Desastres. **Capacitação dos gestores de defesa civil para uso do sistema integrado de informações sobre desastres – S2ID**. [Texto: Jairo Ernesto Bastos Krüger]. Florianópolis: CAD UFSC, 2012.

ZENATTI, Ana Paula de Assis; SOUSA, Soledad Yaconi Urrutia. **Comunicação em desastre**: a atuação da imprensa e o papel da assessoria governamental. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina; SJC/DEDC; UFSC/CEPED, 2010.

Minicurrículos

Anderson de Oliveira

Anderson de Oliveira, 39 anos, Major da PMMG, incluído na corporação em 1993, exerce o cargo de Superintendente Técnico e Operacional da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil de Minas Gerais, responsável por gerenciar as ações de capacitação, orientação técnica, planejamento e atuação emergencial no Estado. Especialista em Segurança Pública pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro e Especialista em Segurança Pública e Criminalidade, pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bacharel em Direito pela Faculdade Padre Arnaldo Janssen e Bacharel em Ciências Militares pela Academia de Polícia Militar de Minas Gerais. Atua exclusivamente na gestão de riscos e desastres desde 2004, sendo professor titular do conteúdo na Escola de Proteção e Defesa Civil da Cedec e de Cursos de Especialização da Polícia Militar.



Daniela da Cunha Lopes

Graduada em Serviço Social pela Universidade de Brasília (1993) e em Psicologia pelo Centro Universitário de Brasília (2005). Especialista em Psicologia Social e Sistêmica. Tenente Coronel do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Consultora em Políticas Públicas com ênfase em segurança, direitos humanos e proteção global frente a riscos e desastres.



Fabiane Pickush Costa

Diretora de comunicação social da prefeitura municipal de São Bento do Sul, em Santa Catarina. Graduada em jornalismo com Especialização em Assessoria de Imprensa, já atuado como assessora de comunicação



da Secretaria de Estado da Defesa Civil catarinense, além de trabalhar em prefeituras e em associações empresariais. Participou de cursos nas áreas de Proteção e Defesa Civil, Assessoria de Imprensa, Comunicação Organizacional e Gestão Pública.



Jairo Ernesto Bastos Krüger

Mestre em Administração Universitária pelo Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina. Possui Graduação em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001) e Graduação em Turismo – Faculdades Integradas Associação de Ensino de Santa Catarina (1998). Atualmente é Coordenador de Projetos no CEPED UFSC (Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres). Atua principalmente nos seguintes temas: Gestão da Qualidade (ISO 9000, 9001), Gestão Ambiental (14001), Turismo e Hotelaria, Pesquisas relacionadas à prevenção, preparação, resposta e reconstrução pós-desastres. Membro do GADE - Grupo de Apoio a Desastres desde 2012.

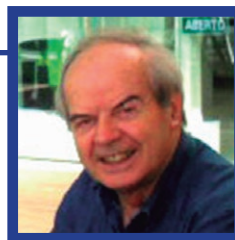


Janaina Rocha Furtado

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004) e mestrado em Psicologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2007). Psicologia de Emergências e Desastres, atuando em projetos pesquisa e extensão relacionados à capacitação e treinamentos, mapeamento de áreas de risco, mobilização social para atuação em redução de riscos de desastres, percepção e comunicação de riscos de desastres, entre outros. É coordenadora de projetos em redução de riscos de desastre pelo CEPED UFSC desde de 2008.

Pedro Paulo de Souza

Administrador, titulado pela UFSC. Funcionário aposentado pelo Ministério da Saúde. Exerceu as atividades de Diretor Regional de Planejamento, Secretário Regional de Administração, e Secretário Regional de Finanças e Contabilidade, no INAMPS/SC. Na Secretaria de Saúde, do Estado de Santa Catarina, atuou como Diretor de Planejamento, por dois anos; como Assessor Técnico na Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura de Florianópolis, por dois anos. Consultor Associado ao CEPED, desde 2009.



Rita de Cássia Dutra

Socióloga; Especialista em Gestão de Risco e Desenvolvimento Territorial pela Universidade Nacional de El Salvador; Mestrado em Engenharia Civil (Gestão Territorial e Urbana) pela Universidade Federal de Santa Catarina; Mestrado em Economia Política para Redução de Risco de Desastres pela Universidade Internacional de Florida – EUA; Pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas sobre Desastres – CEPED UFSC; Voluntária Internacional pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD El Salvador) no Projeto de Redução de Risco nas Escolas. Atualmente Coordenadora Regional das Regiões Centro Oeste e Sul do Brasil pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD – Panamá) no projeto Fortalecendo a Cultura de Prevenção de Risco de Desastres no Brasil.





Ministério da
Integração Nacional

